

TEXTO E CONTEXTO DAS LEIS ORGÂNICAS
DOS ENSINOS INDUSTRIAL, COMERCIAL E
AGRÍCOLA: 1942 - 1946

SOLANGE CARNEIRO MOLINARO FERREIRA

TEXTO E CONTEXTO DAS LEIS ORGÂNICAS
DOS ENSINOS INDUSTRIAL, COMERCIAL E
AGRÍCOLA: 1942 - 1946

@

SOLANGE CARNEIRO MOLINARO FERREIRA

Tese submetida como requisito parcial
para a obtenção do grau de Mestre em
Educação.

179

Rio de Janeiro
Fundação Getúlio Vargas
Instituto de Estudos Avançados em Educação
Departamento de Administração de Sistemas de Ensino
1980

À Hilda
minha querida avó e madrinha

À minha filha Wanessa
À minha mãe Maria Natália
Ao meu esposo Manoel Cezar

AGRADECIMENTOS

- Ao meu orientador, Professor Luís Felipe Meira de Castro, pelo apoio na hora certa.
- Ao meu orientador inicial, Professor Luiz Felipe Baêta Neves Flores, que apontou os primeiros caminhos.
- À Professora Celia Lopes da Costa Chaves, que gentilmente fez a revisão ortográfica do texto.

Meu muito obrigado

SUMÁRIO

	Pág.
INTRODUÇÃO	1
 1. RETROSPECTIVA DOS ENSINOS INDUSTRIAL, COMERCIAL E AGRÍCOLA: ATÉ A PROMULGAÇÃO DAS RESPECTIVAS LEIS ORGÂNICAS	 10
1.1. <u>Ensino Industrial</u>	13
1.1.1. Fase Embrionária	13
1.1.2. Fase de Oficialização	15
1.2. <u>Ensino Comercial</u>	22
1.2.1. Fase Embrionária	23
1.2.2. Fase de Oficialização	24
1.3. <u>Ensino Agrícola</u>	32
1.3.1. Fase Embrionária	33
1.3.2. Fase de Oficialização	34
 2. ANÁLISE DO CONTEXTO EM QUE SÃO PROMULGADAS AS LEIS ORGÂNICAS DOS ENSINOS INDUSTRIAL; COMER- CIAL E AGRÍCOLA	 42
2.1. <u>Análise de Contexto da República Velha</u> ...	43
2.1.1. Perspectiva Geral	44
2.1.2. Análise da Conjuntura Econômica da República Velha	 45
2.1.3. Análise da Conjuntura Educacional da República Velha	 46
2.2. <u>Análise do Contexto da Segunda República</u> .	50
2.2.1. Perspectiva Geral	50
2.2.2. Análise da Conjuntura Econômica da Segunda República	 51
2.2.3. Análise da Conjuntura Educacional da Segunda República	 52

	Pág.
2.3. <u>Análise do Contexto do Estado Novo</u>	60
2.3.1. Perspectiva Geral	61
2.3.2. Análise da Conjuntura Econômica do Estado Novo	62
2.3.3. Análise da Conjuntura Educacional do Estado Novo	65
3. <u>ANÁLISE DE DISCURSO DAS LEIS ORGÂNICAS DOS ENSI- NOS INDUSTRIAL, COMERCIAL E AGRÍCOLA</u>	77
3.1. <u>Paralelo entre as Leis Orgânicas dos Ensi- nos Industrial, Comercial e Agrícola</u>	80
3.1.1. Diretrizes Gerais	80
3.1.2. Cursos de Formação	104
3.1.3. Demais Categorias de Cursos	110
3.1.4. Peculiaridades da Lei Orgânica do Ensino Industrial	113
3.1.5. Peculiaridades da Lei Orgânica do Ensino Agrícola	113
3.2. <u>Análise de Conteúdo das Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola</u> .	114
3.2.1. Diretrizes Gerais	114
3.2.2. Cursos de Formação	155
3.2.3. Demais Categorias de Cursos	161
3.2.4. Peculiaridades da Lei Orgânica do Ensino Industrial	166
3.2.5. Peculiaridades da Lei Orgânica do Ensino Agrícola	169
4. <u>ANÁLISE IDEOLÓGICA DO TEXTO E CONTEXTO DAS LEIS ORGÂNICAS DOS ENSINOS INDUSTRIAL, COMERCIAL E AGRÍCOLA</u>	173
5. <u>CONCLUSÃO</u>	220
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	227
<u>BIBLIOGRAFIA</u>	243

LISTA DE TABELAS

Tabela	T í t u l o	Pág.
01	Matrícula Efetiva e Frequência do Ensino Médio Industrial - Brasil - 1921/1930	17
02	Evolução do Ensino Médio Industrial - Brasil - 1932/1942	20
03	Evolução do Ensino Médio Comercial - Brasil - 1905/1925	25
04	Evolução do Ensino Médio Comercial - Brasil - 1932/1943	30
05	Evolução do Ensino Médio Agrícola - Brasil - 1933/1945	37
06	Evolução do Ensino no Brasil - 1932/1937 ..	58
07	População Estimada e Porcentagem de Alunos Matriculados - Brasil - 1932/1937	60
08	Evolução do Ensino no Brasil - 1938/1945 ..	73
09	População Estimada e Porcentagem de Alunos Matriculados - Brasil - 1938/1945	75
10	Resultados dos Censos Demográficos - 1940/1960	207
11	Situação do Ensino Industrial de Nível Médio - Brasil - 1937 e 1942/1961	208
12	Situação do Ensino Comercial de Nível Médio - Brasil - 1943/1961	211
13	Situação do Ensino Agrícola de Nível Médio - Brasil - 1945/1961	214

R E S U M O

O trabalho destina-se a caracterizar e a delinear o conteúdo expresso no texto das Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola, respectivamente, Decreto-lei nº 4.073 de 30 de janeiro de 1942, Decreto-lei nº 6.141 de 28 de dezembro de 1943 e Decreto-lei nº 9.613 de 20 de agosto de 1946 e a sua vinculação com o contexto político-sócio-econômico-administrativo-educacional.

O estudo é esquematizado em quatro capítulos. Os dois primeiros capítulos seguem a linha de investigação histórica, sendo focalizadas as evoluções do ensino profissional brasileiro e dos variados aspectos do contexto para posicionar o texto das Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola. Os dois últimos capítulos têm como escopo aflorar a ideologia do texto dessas leis orgânicas, sendo que o terceiro capítulo apresenta a análise de discurso do texto em evidência, enquanto que o quarto capítulo analisa e interpreta as premissas ideológicas entre o texto das leis orgânicas e o contexto. Os quatro capítulos visam aos fatos e às idéias formuladas e sedimentadas pelo contexto, através do texto das Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola.

A pesquisa evidencia que o texto das Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola empreende perfeitamente as funções ideológicas elaboradas pelo governo para atender à realidade do Estado Novo através da sedimentação da ordem vigente e dos mecanismos de conservação e de reprodução sociais, apesar de ser constatada a parcial alienação às necessidades da efetivação do processo de industrialização no País e da construção de um modelo de sistema educacional adequado ao sistema geral de produção e de acordo com o progresso social exigido pelo contexto.

ABSTRACT

This study intends to characterize and delineate the content of Organic Laws of Industrial Education (Decree-Law No. 4073, 1942), of Commercial Education (Decree-Law No. 6141, 1943), and of Agricultural Education (Decree-Law No. 9613, 1946) and the linkages with the political, social, economic, administrative, and educational context.

This study is organized in four chapters. The first and second chapters utilize the historical method. Chapter I focuses on the evolution of the occupational education in Brazil. Chapter II deals with aspects of the aforementioned context which influenced the context of the organic laws. The last two chapters have the purpose of speculating upon the ideology contained in the text of the organic laws. Chapter III presents the analysis of the text, while Chapter IV analyzes and interprets ideological premises which link the content of those laws to the political, social, economic, administrative, and educational context.

This study indicates that the texts of Organic Laws of Industrial, Commercial, and Agricultural Education, created by the government reflect their ideological functions. The purpose of these functions was to attain to the goals of the "Estado Novo" through the consolidation of the social order and through mechanisms of social maintenance and social reproduction. This study also indicates that the textual analysis of Organic Laws did not fulfill the needs of the national process of industrialization. In addition, the laws did not meet the need to construct a model of an educational system which could satisfy the requirements of the productive system as well as the social development demanded by the political, social, economic, administrative, and educational context.

As árvores impedem de enxergar a floresta.

Hegel

I N T R O D U Ç Ã O

1. OBJETIVO DO TRABALHO

O tema de estudo tem como escopo evidenciar as relações entre o texto das Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola promulgadas entre 1942 e 1946 e o contexto, identificando o mecanismo de articulação desses texto e contexto.

A suposição teórica utilizada torna indispensável o exame, primeiramente, da evolução do contexto em que as Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola são elaboradas a partir do ensino profissional no País no início do século passado e, em segundo lugar, das estruturas político-sócio-econômico-administrativo-educacionais a partir da Primeira República.

Parte-se da hipótese de que não é apenas a década de 40 que modela as Leis Orgânicas dos Ensino Industrial, Comercial e Agrícola. A herança do Império e dos primeiros sessenta anos republicanos dessas três modalidades de ensino e do contexto político-sócio-econômico-administrativo - republicano, também, reflete-se na elaboração do texto das leis orgânicas. É necessário evidenciar essa herança e relacionar os aspectos mais importantes que influenciam direta ou indiretamente o texto das leis orgânicas. As leis orgânicas não podem ser analisadas abstratamente, porêm, nes se quadro geral.

No curso da investigação, o contexto fornece os subsídios para se colocar em relevo o papel das Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola no quadro das necessidades e realidades coletivas, porque elas refletem e modelam o contexto, apesar de, no decorrer do trabalho, verificarem-se certas contradições e defasagens.

Definem-se "leis orgânicas" como as regras instituídas pelo Estado através do representante máximo do Poder Executivo — Getúlio Vargas e Eurico Gaspar Dutra — as quais vêm estabelecer um organismo, fixando-lhe as normas e a estrutura.

As leis orgânicas, como expressão jurídica, apresentam textos passíveis de serem questionados e representam um todo. Elas são investigadas como reais, possibilitando atingir aos condicionantes ideológicos do contexto.

A Lei Orgânica do Ensino Industrial (Decreto-lei nº 4073 de 30 de janeiro de 1942), a Lei Orgânica do Ensino Comercial (Decreto-lei nº 6141 de 28 de dezembro de 1943) e a Lei Orgânica do Ensino Agrícola (Decreto-lei nº 9613 de 20 de agosto de 1946) são selecionadas para evidenciarem a organização das modalidades do ensino profissional de nível médio que se relacionam diretamente com os setores econômicos e são enquadradas no sistema geral de produção.

Segue-se, em todo o trabalho, a ordem cronológica de promulgação das leis orgânicas. Essa ordem é mantida por que ajuda a evidenciar a hierarquia das preocupações governamentais com a modernização dos setores econômicos e com as características peculiares de cada modalidade de ensino profissional.

O setor industrial é o primeiro a receber a estruturação de seu ensino. O ensino industrial, até então, estava restrito aos Liceus Industriais e à introdução da cooperação por parte do empresariado para a criação de cursos de formação e aperfeiçoamento. O Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários — SENAI — é criado na semana anterior à Lei Orgânica do Ensino Industrial.

A promulgação da primeira das leis orgânicas evidencia que a política econômica do Governo passa a impulsionar o setor industrial, indispensável ao engajamento do País no processo de desenvolvimento, através da moderniza-

ção industrial e da implantação da indústria de base. A Lei Orgânica do Ensino Industrial reflete o reconhecimento da necessidade de preparação da mão-de-obra qualificada e da formação de tecnologia nacional.

O segundo setor econômico a ser beneficiado com lei orgânica de ensino é o comercial, que já apresenta uma certa tradição educacional, através da iniciativa privada e do controle estatístico governamental, com várias especializações para a formação de mão-de-obra das atividades comerciais.

O setor comercial, além da tradição na área educacional, também evidencia tradição na estrutura econômica do País. O governo caminha para a criação de novos estímulos devido aos reflexos da dinamização do setor industrial na conjuntura.

O setor agrícola, que se constitui no setor econômico dominante no País por mais de três séculos, é o terceiro setor econômico a receber os cuidados da legislação educacional, por representar interesse em menor escala ao desenvolvimento na fase de elaboração das leis orgânicas.

A dinamização do ensino agrícola é dirigida para a renovação da estrutura econômica e social do País através, respectivamente, da ampliação da capacidade agrícola de produção e da minimização do êxodo rural.

A promulgação das Leis Orgânicas do Ensino Industrial, Comercial e Agrícola não se restringe ao contexto do Estado Novo. A Lei Orgânica do Ensino Agrícola, de 1946, é promulgada no período posterior à derrubada do Estado Novo — Governo Provisório — em que Eurico Gaspar Dutra está no comando. No decorrer do trabalho engloba-se a Lei Orgânica do Ensino Agrícola no Estado Novo, porque ela reflete e projeta os mesmos princípios e as mesmas tendências em que são elaboradas as leis orgânicas do Estado Novo.

Os resultados das Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola também não ficam restritos ao Estado Novo, já que elas perduram aproximadamente por três lustros. Somente em 1959, pela Lei nº 3552 de 16 de fevereiro, surge uma nova estruturação para o ensino industrial. E, em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — Lei nº 4024 de 20 de dezembro — fixa nova organização para o setor educacional brasileiro.

As bases lançadas pelas Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola são mantidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Essa lei estabelece algumas inovações para os ensinos industrial, comercial e agrícola, englobando-os e rotulando-os de ensino técnico de grau médio. Os resultados acarretados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional não são analisados no presente trabalho.

No período de 1942 a 1946 são promulgadas, além das Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola, mais duas leis orgânicas do ensino médio: Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-lei nº 4244 de 9 de abril de 1942) e Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-lei nº 8530 de 2 de janeiro de 1946). O ensino primário tem sua lei orgânica promulgada pelo Decreto-lei nº 8529 de 2 de janeiro de 1946. As Leis Orgânicas dos Ensinos Secundário, Normal e Primário não fazem parte da população alvo do trabalho, porque não estão diretamente ligadas aos setores econômicos.

O aparato das leis orgânicas reflete as condições peculiares do momento histórico. As leis orgânicas são elaboradas em um período — Estado Novo — autoritário, de tendências fascistas, em que os canais da educação, incluindo as leis orgânicas elaboradas nesse período, são utilizados como instrumentos de sedimentação da nova ordem política estabelecida, de difusão ideológica e da manutenção do padrão de discriminação e reprodução sócio-econômica.

O referencial teórico que se pretende traçar busca o produto da luta ideológica que está presente nas leis orgânicas. Tenta-se estabelecer os mecanismos em que as leis orgânicas estão alicerçadas, através dos alvos distintos encobertos em seus conteúdos e das orientações estabelecidas pelas classes dominantes e adotadas pelos promotores das leis orgânicas.

A postura adotada busca descobrir se as soluções legais estabelecidas pelo texto das Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola estão de acordo com os postulados essenciais da ordem instituída, ou se elas traçam novos princípios.

2. METODOLOGIA

Esse trabalho distingue como universo explícito o texto das Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola, respectivamente, Decreto-lei nº 4073 de 30 de janeiro de 1942, Decreto-lei nº 6141 de 28 de dezembro de 1943 e Decreto-lei nº 9613 de 20 de agosto de 1946.

Para o desenvolvimento do tema são abordadas outras leis relativas à educação brasileira, mormente ligadas ao ensino profissional, desde o período imperial, além das demais leis orgânicas — Leis Orgânicas dos Ensinos Secundário, Normal e Primário.

Como fontes auxiliares, ainda, são utilizados outros componentes que ajudam a retratar o contexto, principalmente livros, jornais, conferências, pronunciamentos, relatórios de entidades, tradições nacionais, soluções adotadas interna e externamente, dados estatísticos e outros mecanismos disponíveis e manipuláveis que caracterizam o momento histórico estudado.

A principal fonte primária impressa utilizada é o texto das leis orgânicas de 1942 a 1946 (mormente as dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola). Recorre-se, tam bém a livros, jornais, publicações oficiais, relatórios de conferências e de entidades, pronunciamentos e outras formas de expressar o pensamento do período em questão.

As fontes secundárias impressas utilizadas se constituem em uma variada bibliografia específica e em uma bibliografia paralela, que retratam o contexto educacional dos períodos imperial e republicano até a década de 40, além da utilização do mesmo tipo de fonte para o contexto político-sócio-econômico-administrativo do período republicano até a década de 40.

Para se concretizar o estudo pretendido e formali zar os passos metodológicos definidos, esquematiza-se o trabalho em quatro capítulos distintos.

O primeiro capítulo, através da investigação histórica, descreve e confronta os fatos que moldam os ensinos industrial, comercial e agrícola, nos períodos imperial e republicano até a década de 40.

O primeiro capítulo busca a reconstrução histórica das modalidades distintas de ensino profissional através da síntese dos fatos evolutivos do aparelho educacional profissional, estabelecendo subsídios para relacionar a evolução dos ensinos industrial, comercial e agrícola com o texto das respectivas leis orgânicas.

O segundo capítulo, mantém a linha de investigação histórica do primeiro capítulo, descrevendo e confrontando a linha de desenvolvimento dos fatos que moldam o contexto político-sócio-econômico-educacional do período republicano até a década de 40.

Nesse segundo capítulo, os aspectos educacionais ressaltados são de âmbito geral, sem serem especificadas as três modalidades de ensino profissional do primeiro ca-

pítulo. Os problemas educacionais, por se apresentarem incrustados na problemática geral, tornam indispensável a análise pretendida de articular as partes ao todo, sem cogitar de abarcar todas as nuances da realidade conjuntural.

Os dois primeiros capítulos são apresentados não só à guisa de introdução ou de ordenação, mas para buscar a base teórica sistemática da sucessão de fatos significativos do plano cronológico e de fazer aflorar subsídios necessários para a pretendida análise ideológica do último capítulo.

O terceiro capítulo apresenta a análise de discurso do texto das Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola. É apresentado um paralelo entre o texto das três leis orgânicas e destacadas as peculiaridades de cada texto.

A análise adotada nesse terceiro capítulo é calçada no paralelo e nas peculiaridades do texto das Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola, no sentido de chegar à singularidade do texto das referidas leis orgânicas.

O terceiro capítulo fornece ao subsequente, além do material manifesto pelas Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola, os elementos para a descoberta de um segundo texto, ou seja, do texto ausente ou implícito nelas e, conseqüentemente chegar a um terceiro texto que justifica e formaliza o sentido real do texto que é o escopo da dissertação.

O quarto capítulo analisa e interpreta as premissas ideológicas predominantes entre o texto das Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola e o contexto, sob mais de uma perspectiva conjuntural.

O quarto capítulo é orientado no sentido de uma abordagem lógica e sistemática do pensamento e práticas pe

dagógicas do momento histórico, que levam os legisladores a elaborarem soluções e transformações estabelecidas pelo texto das Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola.

O objetivo dos dois últimos capítulos é de trazer luz à ideologia do texto das Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola que justifica e formaliza o contexto político-sócio-econômico-administrativo-educacional.

O procedimento adotado nos quatro capítulos visa à análise e à interpretação dos fatos e das idéias formuladas e sedimentadas pelo contexto, através do texto das Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola.

Há o cuidado com o dimensionamento dos ensinos industrial, comercial e agrícola. A seqüência de dados é iniciada no primeiro capítulo, quando são apresentados elementos estatísticos das três modalidades de ensino no início do século até a promulgação das leis orgânicas. No quarto capítulo são tratados os resultados obtidos durante a vigência das Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola. O levantamento tem como objetivo reforçar a linha de análise adotada pela dissertação.

CAPÍTULO I

1. RETROSPECTIVA DOS ENSINOS INDUSTRIAL, COMERCIAL E AGRÍCOLA: ATÉ A PROMULGAÇÃO DAS RESPECTIVAS LEIS ORGÂNICAS

O Brasil, País caracterizado por uma educação predominantemente humanística durante quatro séculos, apresenta algumas realizações no setor da instrução profissional.

As realizações do ensino profissional até a República Velha são eminentemente escassas, assistemáticas, relegadas a segundo plano pela falta de interesse da cliente-la e sem articulação com a estrutura educacional brasileira. Não obstante, esse tipo de ensino deve ser analisado, porque durante aquele período são lançados os frutos para o surgimento das leis orgânicas desse tipo de ensino.

O capítulo é dividido em três seções. Na primeira é focalizado o ensino industrial, na segunda o ensino comercial, e por fim, o ensino agrícola. Segue-se a ordenação das datas de promulgação das respectivas leis orgânicas, ou seja, 1942, 1943 e 1946. Essas datas formam o marco final para a retrospectiva de cada tipo de ensino.

Nos estudos e legislação que servem de base a esse capítulo, sente-se dificuldade em rotular as três modalidades de ensino e em identificar os níveis ou graus dos ensinos. São encontradas as expressões "ensino técnico profissional", "ensino econômico" e "ensino agrônômico" para rotularem os ensinos, respectivamente, industrial, comercial e agrícola. "Ensino econômico" e "ensino agrônômico" se apresentam, mormente, a nível superior, enquanto "ensino técnico profissional" a nível médio.

O capítulo destaca, principalmente, o nível médio dos ensinos industrial, comercial e agrícola, porque é o posicionamento adotado pelas Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola. Em quaisquer níveis ou

graus, não são abordados os três tipos de ensino promovidos no seio das Forças Armadas.

Os estudos evolutivos dos ensinos industrial, comercial e agrícola são subdivididos em dois momentos. No primeiro momento, chamado de "fase embrionária", são evidenciados dois fatos divisórios — a chegada ao Brasil da família real portuguesa e o início do atual século, com um fato marcante para cada um dos três tipos de ensino — durando cerca de um século. A "fase embrionária" é estabelecida porque é o período em que são originados os primeiros passos para a estruturação das três modalidades de ensino.

O segundo momento, chamado de "fase de oficialização", parte de um fato específico para cada um dos três ramos de ensino, no início do século até a promulgação da respectiva lei orgânica. A "fase de oficialização" é estabelecida porque é o período em que o Governo Federal, efetivamente, se volta para a estruturação das três modalidades de ensino.

As Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola formam um terceiro momento que pode ser chamado de "fase de profissionalização", que, por se constituir o principal objetivo da dissertação, encontra-se em capítulo especial. A "fase de profissionalização" é estabelecida porque essas leis orgânicas objetivam a capacitação profissional do aparelho escolar através do ensino profissional ao nível técnico-profissional.

Os ensinos industrial, comercial e agrícola sofrem processos distintos de evolução, porém têm suas origens na figura do Príncipe Regente D. João¹.

As atividades econômicas brasileiras são incrementadas com a chegada da Corte Portuguesa no início do século XIX. Nesse momento, surge uma nova mentalidade educacional voltada para a formação de uma burocracia necessá-

ria ao País, através da estruturação do ensino profissional a nível superior.

D. João, através da instalação do "Colégio das Fábricas", da "Abertura dos Portos às Nações Amigas", da instalação da "Aula Pública de Economia" e da "Carta Régia de 1812" estabelece condições à implantação dos ensinos, respectivamente, industrial, comercial e agrícola na capital e nas demais províncias da Colônia.

As iniciativas imperial, provincial e privada marcam a "fase embrionária" do ensino profissional. Pela Constituição Imperial de 1824, os ensinos médio e elementar passam à competência das províncias, enquanto que o governo imperial se restringe ao ensino superior.

A segunda fase do ensino profissional é a "fase de oficialização", que se inicia, para os ensinos industrial, comercial e agrícola, respectivamente: pela criação das escolas de aprendizes artífices em 1909, pelo dispositivo legal do ensino comercial de 1905 e pela criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, em 1906. Esses atos governamentais iniciais formam o passo decisivo para a participação da União no ensino profissional.

Outros atos legais marcam a segunda fase, mormente, as várias tentativas de instalar um órgão central para cada ramo de ensino, ligados, inicialmente², ao Ministério da Justiça e Negócios Internos, depois, ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e, finalmente, ao Ministério da Educação e Saúde Pública.

A segunda fase traça uma rede de normas, com objetivos parcialmente atingidos, ajudando a formação de uma burocracia educacional.

1.1. Ensino Industrial

A revisão da evolução do ensino industrial até a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Industrial aponta duas fases características. A primeira, que se pode chamar de "fase embrionária", inicia-se com a chegada de D. João e a família real ao Brasil e vai até a promulgação do decreto que cria as escolas de aprendizes artífices. Essa fase dura um século, do início do século XIX ao início do atual século.

A segunda fase, que se pode rotular de "fase de oficialização", se estende da promulgação do Decreto de 1909 até a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Industrial, incluindo a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários - SENAI.

1.1.1. Fase Embrionária

Ao se buscar relacionar o ensino industrial e o tempo, mesmo que o Brasil não apresentasse tradição industrial, não se pode pensar que essa modalidade de ensino só se inicia efetivamente no País após o advento da República. Não se devem esquecer os pequenos surtos industriais ocorridos em certas províncias, que dão condições de alimentar algumas concretizações no setor educacional industrial, mormente, aquelas províncias.

Durante o período colonial não surge ocasião para a fundação de escola industrial, apenas são formados artífices, graças aos trabalhos manuais nas aldeias jesuíticas, a nível elementar.

Surge efetivamente, após um ano da chegada de D. João ao Brasil, o primeiro estabelecimento para atender à educação dos artistas e aprendizes - Colégio das Fábricas.

Nesse período, as iniciativas e as realizações es

tatais caracterizam o ensino industrial como ensino emendativo³, além do próprio povo pensar e agir do mesmo modo.

O ensino industrial se volta, inicialmente, para os indígenas, depois para os escravos e, em seguida, é destinado aos "órfãos", "desfavorecidos de fortuna", "classes pobres", "meninos desvalidos", e "abandonados". Essa última é uma fase que perdura por mais de um século, apresentando como objetivo definido a regeneração pelo trabalho.

As primeiras escolas não formam propriamente um sistema educacional, apenas, um conjunto de obras sociais, como suas denominações comprovam: "Casa do Educando Artífice", "Colégio da Misericórdia", "Escola de Ingênuos", "Orfanato", "Asilo Industrial", "Asilo de Menores Desvalidos", "Reformatório", "Instituto", "Aprendizado", "Escolas de Aprendizizes", "Liceus Industriais", "Escolas Profissionais", "Escolas de Aprendizagem"⁴.

As origens do ensino industrial, sem se considerar o grau de ensino fornecido pelos estabelecimentos, estão nas províncias do Rio de Janeiro, Sergipe, Maranhão, Pernambuco, Piauí, São Paulo, Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba e Amazonas.

Algumas das iniciativas do período são de grande utilidade ao País, enquanto que outras, de curta duração, não passam de tentativas de cunho profissional, porém, arraigadas à cultura humanística.

Essa fase inicial apresenta as seguintes principais características: falta de sistematização do ensino industrial, mesmo considerando-o como "ensino de ofícios", falta de articulação com a estrutura nacional de educação e, quase exclusividade de ensino emendativo, ou seja, de recuperação social para abandonados.

A nova etapa surge, somente, quando o Governo Federal se volta para a necessidade de formação de mão-de-obra industrial especializada.

1.1.2. Fase de Oficialização

A segunda etapa é iniciada pelo Decreto nº 7.566⁵ de 23 de setembro de 1909, que estabelece a criação de escolas de aprendizes artífices, nas capitais dos Estados, subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Esse decreto representa o marco das atividades federais no ensino industrial.

O Decreto de 1909, criando escolas de aprendizes artífices de ensino primário, é o selecionado para o limite inicial da "fase de oficialização", apesar da temática da dissertação estar voltada para o ensino médio, porque: o Governo Federal desperta para a problemática do ensino industrial ao criar uma escola para cada Estado; o preâmbulo por representar mais um esforço de inserir o ensino industrial em um plano assistencial; estabelece condições para o preparo técnico e intelectual⁶, permitindo certa elevação de grau de ensino; e, finalmente, pela Portaria de 13 de novembro de 1926, baixada pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, há a temática de elevar o nível das escolas de aprendizes artífices.

"Adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e crime" é o objetivo estabelecido para as escolas criadas pelo Decreto de 1909, evidenciando que os velhos preconceitos assinalados na primeira fase continuam presentes. O ensino está voltado às "classes proletárias" e aos "filhos dos desfavorecidos de fortuna", ou seja, persiste o escopo da regeneração pelo trabalho.

Efetivamente, a partir de janeiro de 1910 é que começam a surgir as escolas decretadas, chegando a dezenove⁷.

As escolas criadas não atingem plenamente aos seus objetivos, mesmo recebendo novos regulamentos⁸, principalmente porque não existem prédios adequados, o funcio-

namento das oficinas é deficiente, além de faltarem professores especializados. As escolas passam a esboçar certa uniformidade em seus currículos para os cursos primário, de aprendizagem de trabalhos manuais e de desenho, a partir da Portaria de 1926.

O ensino industrial é beneficiado pelo surto industrial processado durante a Primeira Guerra Mundial, devido à redução das importações e ao conseqüente incremento da produção interna de artigos manufaturados e industrializados, calcado nas indústrias de substituição. Ele passa a se desenvolver quantitativa e qualitativamente para atender à crescente necessidade de mão-de-obra das fábricas e indústrias emergentes, através da criação de novas escolas e da introdução de melhores métodos de ensino, porém não atende ao volume e a estruturação das reais exigências da conjuntura.

O Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico, ligado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, que passa a funcionar a partir de 1920, é o órgão que presta alguns serviços ao ensino industrial, tais como: tradução para a língua portuguesa de alguns compêndios específicos do ensino industrial; contratação de professores brasileiros e estrangeiros; ampliação dos currículos para seis anos; fixação da Portaria de 1926 e da Consolidação das Leis de Assistência e Proteção a Menores.

O ensino industrial mantém parcialmente a linha de assistência social e de processo de regeneração pelo trabalho nos dez anos de vigência do Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico.

Os reflexos do Regulamento de 1918 e da dinamização do Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico podem ser evidenciados na década de 20, através da Tabela 01.

TABELA 01

MATRÍCULA EFETIVA E FREQUÊNCIA DO ENSINO
MÉDIO INDUSTRIAL — BRASIL — 1921/30

ANOS	MATRÍCULA EFETIVA		FREQUÊNCIA	
	NÚMERO ABSOLUTO	Nº ÍNDICE ANO BASE 1921	NÚMERO ABSOLUTO	Nº ÍNDICE ANO BASE 1921
1921	4870	100,0	2043	100,0
1922	5206	106,8	2223	108,8
1923	5671	116,4	2525	123,5
1924	5254	107,8	2288	111,7
1925	5106	104,8	2079	101,7
1926	5495	112,8	2397	117,3
1927	4922	101,0	2842	139,1
1928	6258	128,5	3082	150,8
1929	6033	123,8	3262	159,6
1930	5320	109,2	3152	154,2

FONTE: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Oportunidades de Preparação do Ensino Industrial. Publicação nº 1943, 1950. 2.^a Tiragem, p. 7.

A evolução do ensino industrial, na década de 20, apresenta altos e baixos, baseando-se nos dois quesitos — "matrícula efetiva" e "frequência" — focalizados pela Tabela 01. No triênio 1924-1926, o decréscimo se acentua e esta tendência também se faz sentir, em 1930. Nos demais anos há uma lenta evolução, não muito superior ao crescimento populacional registrado no período.

A inconstância verificada na direção do ensino industrial a partir da criação do Ministério de Educação e Saúde Pública em 1930 até a instalação em novembro de 1937 do Estado Novo, fica patenteada pelo fato de que, em menos

de sete anos, ocorrem três mudanças, conservando-se o engenheiro Francisco Montojos a frente da direção.

Em 1930, o Serviço de Remodelação é substituído pela Inspetoria de Ensino Profissional Técnico⁹. Em 1934, a Inspetoria muda de rótulo, passa a Superintendência do Ensino Profissional¹⁰. Com a reforma do Ministério surge em 1937 a Divisão do Ensino Profissional que se estabiliza com o Estado Novo. A Divisão é criada em um período de grandes mudanças na política educacional. Com o estabelecimento do Estado Novo e sua Constituição outorgada, ainda em 1937, o ensino industrial passa a se constituir alvo de maiores atenções.

Pela primeira vez uma Constituição brasileira especifica o ensino industrial, ao determinar pelo seu art. 129 que "*(...) É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. (...)*". É o primeiro passo, pelo menos em termos de legislação, para o incremento desse tipo de ensino no Brasil. Inicialmente, não é concretizado o passo, porque a Federação Brasileira da Indústria entrava o ante-projeto que regulamentaria a criação de escolas de aprendizes.

Em 1939¹¹, os Ministérios de Educação e Saúde e de Trabalho, Indústria e Comércio legislam a criação de cursos de formação e de aperfeiçoamento profissional para trabalhadores menores e adultos, por parte de estabelecimentos com mais de quinhentos empregados. Inicia-se a tentativa de romper a mentalidade "emendativa".

Esses cursos profissionais mantidos por estabelecimento(s) industrial(is), também, não são a solução definitiva, porque ainda não tendo completado dois anos de regulamentação, é criado o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários - SENAI¹² - órgão educacional próprio à formação profissional dos trabalhadores do setor industrial e, conseqüentemente, do próprio setor.

O SENAI passa a organizar e administrar as escolas de aprendizagem para industriários, em âmbito nacional. Não se restringe, como indica seu rótulo, à aprendizagem, também, oferece à sua clientela cursos de continuação, aperfeiçoamento e especialização.

Pelo Decreto nº 6029 de 1940, os estabelecimentos industriais com mais de quinhentos empregados passam a ser os responsáveis pela criação de cursos profissionais. Esse encargo é transferido à Confederação Nacional da Indústria pelo Decreto-lei nº 4048 de 1942.

A Confederação Nacional da Indústria fica responsável pela organização e direção do SENAI e passa a arrecadar contribuição mensal por empregado de todos os seus estabelecimentos enquadrados.

O Decreto nº 6029 cai parcialmente. Parcialmente porque continua sendo permitido aos estabelecimentos de mais de quinhentos empregados a manutenção dos cursos, tendo como recompensa a isenção da contribuição mensal.

O art. 129 da Constituição de 1937, o Decreto-lei de 1939, seu regulamento de 1940 e a criação do SENAI inauguram uma nova era para o ensino industrial brasileiro. É introduzida uma nova filosofia, ligando trabalho à educação a partir da determinação de que os estabelecimentos industriais passem a patrocinar a formação de seus trabalhadores, menores e adultos, e filhos desses. O ensino industrial passa a apresentar condições de se expandir mais rapidamente, mormente, a nível de aprendizagem.

Essa fase estudada ainda se caracteriza pela ausência de articulação do ensino industrial (como na primeira fase), com os demais ramos de ensino, especialmente com os ensinos secundário e superior. Somente com a criação do SENAI, a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Industrial e da Lei de Equivalência de 1953 é que o governo começa a transformar a mentalidade de que o ensino industrial não é

para os que almejassem atingir melhores condições na escala social.

A Tabela 02 apresenta alguns dados estatísticos que fornecem uma visão quantitativa das iniciativas introduzidas pelo Governo Federal, a partir da criação do Ministério de Educação e Saúde e pelas novas direções surgidas para essa modalidade de ensino.

TABELA 02

EVOLUÇÃO DO ENSINO MÉDIO INDUSTRIAL
BRASIL - 1932/1942

ANOS	Unidades Escolares		Corpo Docente		Matrícula Geral	
	Números Absolutos	Nº Índice 1932-100	Números Absolutos	Nº Índice 1932-100	Números Absolutos	Nº Índice 1932-100
1932	108	100,0	877	100,0	14.638	100,0
1933	133	123,1	917	104,5	14.693	100,3
1934	137	126,8	1.028	117,2	16.186	110,5
1935	143	132,4	974	110,0	15.034	102,7
1936	154	142,5	1.034	117,9	14.541	99,3
1937	157	145,3	1.123	128,0	13.928	95,1
1938	153	141,6	1.207	137,6	14.540	99,3
1939
1940	159	147,2	1.438	163,9	16.978	115,9
1941	164	151,8	1.398	159,4	16.223	110,8
1942	196	181,4	1.873	213,5	17.393	118,8

FONTE:-Dados até 1938 - IBGE - Repertório Estatístico do Brasil. Situação Cultural, nº 1, 1941.

-Dados a partir de 1940 - Ministério de Educação e Saúde. O Ensino no Brasil - em 1940. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1946, p.XIV.

Os dados de 1932 a 1934 refletem a mesma linha de direção e de mentalidade do Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico, apesar de, desde 1931, esse Serviço ter sido substituído pela Inspetoria do Ensino Profissional Técnico. No triênio, os quesitos "corpo docente" e "matrícula geral" não chegam a aumentar 10%. Há apenas incremento em relação ao número de "unidades escolares", porém não chega a atingir 30%.

Dos dados apresentados pela Tabela 02 o período de maior instabilidade é de 1934 a 1937, quando passa a funcionar a Superintendência do Ensino Profissional em substituição à Inspetoria do Ensino Profissional. Há a diminuição do número de "matrículas" e do "corpo docente", se bem que o número de estabelecimentos aumente, em relação a 1934, cerca de 20%.

Em 1937, com a instauração do Estado Novo e a reforma do Ministério da Educação e Saúde, surge a Divisão do Ensino Industrial que passa a receber maior atenção por parte das autoridades.

A Constituição de 1937 dá atenção especial ao ensino industrial, contudo sem estabelecer resultados concretos de imediato. Em 1938, inclusive, há decréscimo no número de "unidades escolares" em relação a 1936 e 1937.

Os dados de 1940-1942 são os primeiros a apresentar um real crescimento devido a três fatores: em 1939, é decretado que todos os estabelecimentos industriais que tivessem mais de quinhentos empregados deveriam criar cursos de aperfeiçoamento profissional para seus trabalhadores; em janeiro de 1942, é criado o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários - SENAI, quando cai parcialmente o decreto de 1939; e, ainda em janeiro de 1942, é promulgada a Lei Orgânica do Ensino Industrial. Esses dois últimos eventos evidenciam seus reflexos no próprio ano de criação ou promulgação.

Pelos dados estatísticos apresentados é possível

evidenciar que nessa fase ainda não há a reestruturação do ensino industrial por parte da União, apesar de o Governo Federal começar a criar condições de crescimento para esse tipo de ensino.

Mesmo que no Brasil, o ensino de ofício tenha nascido separadamente dos processos de educação, durante toda essa fase, há a conscientização de que o ensino industrial deve estar vinculado à estrutura educacional brasileira e não apenas ser encarado como instrução profissional. Essa conscientização vem sendo realizada após a implantação da Lei Orgânica do Ensino Industrial.

1.2. Ensino Comercial

A evolução do ensino comercial até a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Comercial pode ser dividida em duas fases características. A primeira fase se inicia com a chegada do Príncipe Regente D. João ao Brasil e se prolonga até a promulgação do primeiro texto legal de âmbito nacional sobre o ensino comercial — Decreto Legislativo de 1905. Essa fase dura aproximadamente um século, podendo ser chamada de "fase embrionária".

A segunda fase tem início com o Decreto Legislativo de 1905 e se estende até a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Comercial. A fase se subdivide em três momentos — 1905, 1926 e 1931 — que correspondem à promulgação de atos legisferantes que são resultados da crescente conscientização, por parte do Governo Federal, da necessidade de crescimento do ensino comercial na conjuntura do País. Essa fase pode ser rotulada de "fase de oficialização".

1.2.1. Fase Embrionária

O ensino comercial — além dos demais tipos de ensino profissional brasileiro — tem suas origens na vinda da família real portuguesa ao Brasil.

A chegada da Corte Portuguesa acentua a necessidade de comércio. Do Brasil se passa a reger o comércio português e de suas colônias. Mesmo que o ato de 1808, conhecido como "Abertura dos Portos Brasileiros às Nações Amigas", tenha representado mero formalismo, o Brasil comercializa com Portugal e com a Inglaterra. Pela primeira vez, surge uma chance para o Brasil começar a criar o seu próprio comércio externo.

O Visconde de Cairu, ao instalar, em 1808, no Rio de Janeiro, a "Aula de Comércio"¹³ ou "Aula Pública de Economia", torna-se a figura que se destaca no campo do ensino comercial no período de permanência de D. João no Brasil.

O curso criado pelo Visconde de Cairu é a semente que dará frutos no início do século XX, na própria cidade do Rio de Janeiro, apesar das constantes regulamentações e transformações, da frequência mínima, dos resultados pouco significativos para o setor terciário brasileiro durante o século XIX.

As províncias, durante o Império são as maiores responsáveis pelo incremento do ensino comercial, mesmo que apenas tenham sido instituídas algumas cadeiras de ensino vinculadas ao setor comercial e tenham-se criado alguns cursos comerciais.

Não obstante serem reduzidas as tentativas concretizadas pelas províncias para o florescimento no Brasil do ensino comercial, o setor começa a criar condições de se desligar da situação gerada anteriormente, ou seja, de inferioridade das profissões mercantis e de predomínio do ensino humanístico.

Ao se iniciar o século XX — 1902 — surgem as duas primeiras academias comerciais, no Rio de Janeiro e em São Paulo, que se constituem nos dois centros brasileiros de maiores transações comerciais e onde certas figuras percebem o momento em que não mais malograriam as tentativas, como antes.

No Rio de Janeiro, o visionário é Candido Mendes de Almeida que funda a Academia de Comércio e, em São Paulo, é Horácio Berlinck que cria a Escola Prática de Comércio. Ainda é possível citar o nome de Bittencourt da Silva, no final do século XIX, no Rio de Janeiro.

O advento da República, a expansão da produção e a circulação de riquezas, a evolução da máquina burocrática, o aumento da rede ferroviária e das estradas de rodagem proporcionam condições e oportunidades ao Governo Federal de incrementar o ensino comercial, em âmbito nacional, através de um adequado aparelhamento desse ramo de ensino. Inicia-se uma nova fase para o ensino comercial.

1.2.2. Fase de Oficialização

Nessa segunda fase é possível destacar três momentos em que o ensino comercial recebe demonstração de interesse por parte do governo republicano. Os três momentos dão condições para a instalação de cursos comerciais de níveis primário, secundário e superior. Os momentos ocorrem em 1905, 1926 e 1931.

O ensino comercial no Brasil é institucionalizado pelo Decreto legislativo nº 1339 de 9 de janeiro de 1905. O governo passa a reconhecer oficialmente o ensino ministrado nas Academias de Comércio do Rio de Janeiro e de São Paulo como padrão para a formação de pessoal do comércio.

A iniciativa privada, através das Academias de Co

mércio do Rio de Janeiro e de São Paulo, é a responsável pela formação de uma rede de escolas de ensino comercial, enquanto que o Governo Federal se limita a estabelecer o modelo disposto pelo Decreto de 1905 e, pelo Decreto nº... 4724-A de 23 de agosto de 1923, tenta unificar o ensino comercial brasileiro através da recomendação de um padrão legal para os seus cursos.

Em 1925, existem várias escolas de comércio espalhadas pelo Brasil, mormente no Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, todas de iniciativa privada.

Para mostrar a evolução desse primeiro momento do ensino comercial brasileiro apresenta-se a Tabela 03 que comprova o crescimento a partir do ato legal de 1905.

TABELA 03

EVOLUÇÃO DO ENSINO MÉDIO COMERCIAL
BRASIL - 1905-1925
ANO BASE - 1905

ANOS	Unidades Escolares		Matrícula Geral	
	Nº Absoluto	Nº Índice	Nº Absoluto	Nº Índice
1905	2	100	343	100,0
1915	2	100	500	145,7
1920	6	300	773	225,3
1925	20	1000	1000	291,5

FONTE: Manoel Marques Carvalho. Situação Atual e Tendências do Ensino Técnico Comercial no Brasil. In: Revista de Estudos Pedagógicos, XLIV (99), 72-98, jul./set. 1965. p.89.

Baseando-se na regulamentação de 1905, a Tabela 03 mostra que, ainda em 1915, continuam a existir apenas

as duas Academias de Comércio — do Rio de Janeiro e de São Paulo — fundadas em 1902. Registra-se, nessas duas academias, um aumento de 45% dos "alunos matriculados" entre 1905 e 1915. Em 1920, a "matrícula" cresce na mesma proporção do número de estabelecimentos, porém esses triplicam em relação a 1905, enquanto as "matrículas" apenas dobram.

Somente em 1925 é que efetivamente o número de estabelecimentos de ensino comercial chega a duas dezenas. Mesmo tendo representado um aumento de 900% em relação a 1905, aparentemente o número de estabelecimentos não atende às necessidades do contexto, principalmente por causa da imensidão do País. Registra-se fenômeno semelhante em relação ao número de matrículas, atingindo apenas a 1.000 alunos.

Dando continuidade à retrospectiva do ensino comercial na "fase de oficialização", o Decreto nº 17.329 de 29 de maio de 1926 caracteriza o segundo momento dessa evolução. Por esse dispositivo legal fica aprovado o *"regulamento para os estabelecimentos de ensino técnico comercial oficialmente reconhecido pelo Governo Federal para melhorar e coordenar o ensino comercial no Brasil"*.

O Decreto de 1926 é o primeiro texto legal que determina o nível técnico para os estabelecimentos de ensino comercial. O ensino comercial é dividido em cursos: geral, superior e de especialização.

O Decreto de 1926 é uma regulamentação centralizadora que cria a Superintendência de Fiscalização dos Estabelecimentos do Ensino Comercial¹⁴ e busca uma organização uniforme para o ensino comercial. Esse decreto é o primeiro dispositivo legal que estabelece para essa modalidade de ensino: o número de anos de cada curso e a distribuição das matérias por séries; o número de minutos e de aulas semanais por matéria; a uniformidade do ensino através do currículo, desdobrando disciplinas já determinadas e acres

centando outras; além de relacionar normas precisas para o funcionamento, organização, validade e fiscalização dos esta^{le}cimentos de ensino técnico comercial reconhecido.

Em certos momentos, o regulamento de 1926 apresenta excesso de minúcias, cuidado que até então o ensino comercial não tinha recebido. As principais críticas recaem na estruturação dada ao curso geral, mormente em relação ao curso de quatro anos de duração, com cerca de trinta e cinco matérias e na dificuldade de se encontrarem no Brasil professores especializados para certas matérias.

A grande quantidade de matérias estabelecidas pelo Decreto de 1926 não permite que os alunos possam ter uma formação mais precisa, por não ser possível o aprofundamento em todas as disciplinas. A Exposição de Motivos do Decreto nº 20.158 de 30 de junho de 1931 parte das críticas apontadas acima para reformular o ensino comercial.

Com o Regulamento de 1926 há certo crescimento no ensino comercial. No próprio ano de 1926, vinte escolas de comércio requerem a fiscalização pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e no ano seguinte requerem-na mais vinte e nove escolas. Ainda em 1927, trinta estabelecimentos estão oficializados.

Em 1929, cinquenta estabelecimentos são oficializados dos cento e cinco submetidos a fiscalização do Ministério. Em 1930, atinge-se a cento e quarenta e cinco unidades escolares.

Além do aumento registrado no número dos estabelecimentos de ensino comercial, também, cresce o número de alunos. Em 1930, chega-se a quinze mil e quinhentos alunos, com aumento do número de alunos internos. As escolas começam a adquirir um caráter mais dinâmico, deixando de representar meros cursos noturnos com o objetivo de adestrar os praticantes de contabilidade.

As famílias mais abastadas se interessam em internar seus filhos nos estabelecimentos de ensino comercial. Mesmo com a inclusão de disciplinas de caráter humanístico e a procura crescente por parte das famílias, há dificuldade em precisar, no tocante ao conteúdo curricular, o nível do ensino comercial — nível médio ou nível superior.

O crescimento verificado no ensino comercial não encobre o fato de o Governo Federal e os intelectuais da educação da época não terem despertado para o ensino comercial. O Governo Federal apenas fica na tentativa de padronizar o ensino comercial através dos dois atos legais — de 1905 e de 1926, não chegando a criar estabelecimentos desta modalidade de ensino.

Os intelectuais mesmo tendo se reunido em três conferências (I, II e III Conferência Nacional de Educação), não colocam em pauta o ensino comercial. Uma das mais eminentes figuras da educação brasileira — Fernando de Azevedo — ao elaborar o "Inquérito", em 1926, sobre a instrução pública em São Paulo para o jornal "*O Estado de São Paulo*", pouco realça este ramo de ensino em suas perguntas, questões e opiniões.

Nesse segundo momento da evolução do ensino comercial persiste a idéia de que "a alma do negócio é o segredo", portanto, não havendo necessidade de estudos neste sentido, bastando a prática e a experiência.

O ensino comercial inicia o terceiro momento de sua evolução através do Decreto nº 20.158 de 30 de junho de 1931, promulgado pelo ministro Francisco Campos à frente do recém-criado Ministério de Educação e Saúde Pública. O Decreto de 1931 é elaborado no momento em que o País passa por mudanças significativas com a Revolução de 1930 e está incluído entre as inúmeras reformas introduzidas a-pressadamente pela nova conjuntura.

O instrumento legal de 1931, reestrutura o ensino comercial através de: formação diversificada e especializada da mão-de-obra do setor em níveis elementar, técnico e superior, pela discriminação de cursos elementar, geral propedêutico, técnicos e superior; currículos mais adequados e com maior caracterização profissional¹⁵, principalmente nos cinco setores — contador, atuário, guarda-livros, secretário e administrador-vendedor — do curso técnico, profissão de contador, e, introdução à política de articulação aos cursos técnico e superior de alunos, respectivamente, das primeira e quinta séries do ensino secundário.

A Superintendência de Fiscalização dos Estabelecimentos do Ensino Comercial é transformada em Superintendência do Ensino Comercial, ligada ao Ministério de Educação e Saúde Pública. Este novo órgão passa a desempenhar a função diretiva, inspecionadora, disciplinadora e fiscalizadora, nos moldes da inspeção do ensino secundário, além de registrar diplomas de todos os estabelecimentos de comércio, ciências econômicas e administrativas. Esse órgão, porém, não apresenta liderança necessária ao crescimento do ensino comercial.

Através de algumas referências estatísticas¹⁶ pode-se constatar pela Tabela 04 a evolução da última das três regulamentações dessa fase, ou seja, a de 1931. Os dados param em 1943, porque em dezembro desse ano é promulgada a Lei Orgânica do Ensino Comercial, conseqüentemente, os dados de 1944 representam os resultados da implantação dessa lei.

TABELA 04

EVOLUÇÃO DO ENSINO MÉDIO COMERCIAL
BRASIL - 1932/1943

ANOS	Unidades Escolares		Corpo Docente		Matrícula Geral	
	Números Absolutos	Nº Índice 1932-100	Números Absolutos	Nº Índice 1932-100	Números Absolutos	Nº Índice 1932-100
1932	401	100,0	3.186	100,0	19.268	100,0
1933	416	103,7	3.234	101,5	20.343	105,5
1934	466	116,2	3.594	112,8	23.084	119,8
1935	512	127,6	3.811	119,6	26.569	137,8
1936	534	133,1	4.016	126,0	31.665	164,3
1937	543	135,4	4.099	128,6	35.678	185,1
1938	564	140,6	4.222	132,5	40.537	210,3
1939	559	139,4	45.932	238,3
1940	612	152,6	4.663	146,3	52.454	272,2
1941	640	159,6	4.821	151,3	58.826	305,3
1942	721	179,8	5.316	166,8	67.672	351,2
1943	801	199,7	6.124	192,2	79.433	412,2

FONTE:-Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Oportunidades de Preparação no Ensino Comercial. Publicação nº 44, 1949, p.9 (para dados dos itens "unidades escolares" e "matrícula geral").

-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Repertório Estatístico do Brasil: Situação Cultural. Nº 1, 1941, e, Ministério da Educação e Saúde. Ensino no Brasil em 1945. Rio de Janeiro, 1950 (para dados do item "corpo docente").

Para a análise é considerado como ano base o de 1932 e não o ano da implantação do estatuto (1931), porque somente no ano seguinte é possível sentir os resultados da nova regulamentação.

De 1930 a 1932 são triplicados o número de estabelecimentos. O mesmo não acontece com o item "matrícula geral", que apenas aumenta um terço, como mostra a Tabela 04.

Durante os onze anos — até a implantação da Lei Orgânica do Ensino Comercial — os três quesitos apresentados pela Tabela 04 crescem paulatinamente. O quesito "unidades escolares" é o único que evidencia um pequeno decréscimo, no ano de 1939, contudo supera o dado de 1937, e, no ano seguinte, apresenta um acréscimo compensatório.

As "unidades escolares" apresentam, nos quatro primeiros anos e nos quatro últimos anos dos dados acima, um crescimento anual médio de 10% devido: aos incentivos e facilidades proporcionadas pelo governo, ao momento por que passa o País, à maior procura por parte da clientela, à evidente necessidade de maior formação de mão-de-obra, que é absorvida imediatamente pelo mercado de trabalho.

O quesito "corpo docente" evidencia um crescimento paulatino. Acontece o mesmo fenômeno com o item "unidades escolares", ou seja, nos primeiros e últimos anos de implantação do Decreto de 1931, o crescimento é acentuado. Àquele quesito, também, deve-se registrar o incentivo dado pelo Decreto-lei nº 3297 de 22 de maio de 1941 que dispõe sobre o contrato de professores estrangeiros para os estabelecimentos de ensino profissional, dando condições à contratação de novos professores especializados.

O item "matrículas gerais" é o que apresenta maior crescimento. É o único quesito que apresenta aumento contínuo de ano para ano e, nos últimos, mostra elevação anual acima de 30%. A clientela cada vez mais procura esse tipo de ensino, por causa das facilidades encontradas no mercado de trabalho após a conclusão do curso. Oriundas desse aumento de clientela surgem novas "unidades escolares" e mais professores, completando o círculo, ou seja, com mais alunos surgem mais escolas e mais professores e, com mais

escolas e mais professores surgem mais alunos.

O ano de 1943 ainda reflete a legislação de 1931, porque a Lei Orgânica do Ensino Comercial é decretada em dezembro. Nesse ano, os três quesitos apresentam o maior crescimento. Os reflexos do Decreto se acentuam após uma década de implantação.

Os itens "unidades escolares" e "corpo docente", nos onze anos de influência do Decreto de 1931, apresentam a mesma proporção de crescimento, ou seja, dobram, enquanto o número de "alunos matriculados" chega a quadruplicar.

A principal justificativa do crescimento dessa etapa da evolução do ensino comercial é o estatuto de 1931, porém não se podem deixar de registrar o amadurecimento e a contribuição oriundos dos dois outros decretos — Decretos de 1905 e 1926 — ao desenvolvimento desta modalidade de ensino.

O ensino comercial começa com as chamadas "Aulas", passa a formar cursos e, finalmente, surgem as várias especializações. Esse caminho percorrido evidencia que o Governo Federal procura a vinculação desse ramo de ensino à estrutura educacional brasileira, o que vem sendo tentado, mormente, a partir da Lei Orgânica do Ensino Comercial.

1.3. Ensino Agrícola

É possível a detecção de dois momentos distintos da evolução do ensino agrícola até a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Agrícola. O primeiro momento se constitui a partir da chegada da família real portuguesa ao Brasil e alonga-se até a criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, no início do século XX, durando aproximadamente um século e pode ser rotulada de "fase

embrionária".

O segundo momento pode ser rotulado de "fase de oficialização" e inicia-se com a criação do novo Ministério, indo até a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Agrícola em 1946, durando cerca de trinta e seis anos.

1.3.1. Fase Embrionária

Somente no apagar das luzes do Brasil Colonia é que se pode vislumbrar uma tentativa do governo de criar condições para o estabelecimento do ensino agrícola, apesar de o País estar voltado para a agricultura e existirem inúmeros estudos, ponderações e sugestões sobre a falha preparação do homem brasileiro em relação às atividades rurais.

O Príncipe Regente D. João estabelece, pela Carta Régia de 25 de junho de 1812, "Instruções" para a criação de um curso de agricultura na Bahia, que seria utilizado como padrão para as demais capitanias. O ato de 1812 inaugura o ensino agrícola no Brasil, mesmo que, de imediato, não tenha havido efetivação real das instruções.

Outra tentativa que fica no papel é a criação de uma escola de agricultura, de cunho teórico-prático, a ser localizada na capital do Império, pelo Decreto nº 15 de 1 de abril de 1848.

A partir do Ato Adicional de 1834, as províncias de São Paulo, Minas Gerais, Maranhão, Espírito Santo, Paraíba, Paraná e Alagoas iniciam o ensino agrícola, ora através de escolas — fazenda ou escola normal ou escola prática ou asilo agrícola — ora através da criação de cadeiras específicas — agricultura em geral ou botânica agrícola.

Ainda nas décadas de sessenta e setenta são cria-

das escolas no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pará, Bahia, Sergipe e Pernambuco, além de serem introduzidas, em várias províncias, cadeiras ligadas ao ensino de agricultura. Todas essas iniciativas surgem, sendo algumas efêmeras, e outras mais estruturadas, mormente no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Minas Gerais.

Com o advento da República, surgem novas perspectivas para a educação brasileira, sendo criados estabelecimentos de ensino agrícola no Rio Grande do Sul e em São Paulo.

Nessa fase falta uma estruturação geral para o ensino agrícola. Surgem apenas alguns decretos e instruções, faltando uma definição própria para o campo de atuação dessa modalidade de ensino, além do reduzido apoio do governo. As iniciativas ainda são limitadas, carecendo de um órgão que definisse, planejasse, organizasse e integrasse o ensino agrícola à estrutura educacional brasileira. Essa indefinição vem sendo, paulatinamente, eliminada no Brasil República.

1.3.2. Fase de Oficialização

O Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, criado em 1906, fornece elementos à frutificação das sementes lançadas na "fase embrionária".

Entre as atribuições iniciais desse ministério, destacam-se a difusão e a supervisão do ensino agrícola — além dos cursos industrial e comercial — no Brasil, o fornecimento de informações e propaganda de assuntos relacionados à agricultura. O ensino agrícola surge, oficialmente, com o recém-criado ministério.

Ao ser analisada a evolução do ensino agrícola constata-se que é realmente a partir do Decreto nº 8319¹⁷

de 20 de outubro de 1910 — Regulamento do Ensino Agrônômico — que se inicia o desenvolvimento desse ensino no País, como instrução profissional. O ensino agrícola ganha novos rumos de cunho nacional, principalmente no tocante aos aspectos administrativo, de planejamento e de execução. Os atos seguintes do Governo Federal em relação a essa modalidade de ensino, inclusive na década de 20, são baseados nesse estatuto.

Pelo regulamento aprovado o ensino agrícola passa a ter onze tipos e/ou graus de ensino: ensino superior, ensino médio ou teórico-prático, ensino prático, aprendizagem dos agrícolas, ensino primário agrícola, escolas especiais de agricultura, escolas domésticas agrícolas e conferências agrícolas; além dos seguintes serviços e instalações complementares: estações complementares, campos de experiência e demonstrações, fazendas experimentais, estações de ensaio de máquinas agrícolas, postos zootécnicos e postos meteorológicos.

Pela primeira vez fica estabelecido que o ensino agrícola tem condições de se articular com outros ramos de ensino, mormente com o ensino secundário. Está aberto o caminho para que essa modalidade de ensino deixe de ser autônoma e passe a integrar a estrutura educacional brasileira.

A grande maioria das minúcias¹⁸ determinadas pelo Regulamento de 1910 não chegam a ser instruídas no Brasil, por se constituírem cópia fiel da organização educacional agrícola da França, sem levar em consideração o contexto nacional, principalmente as diferenças das práticas agrícolas rudimentares e as condições climáticas tropicais e regionais. A partir do Regulamento são efetuadas inúmeras alterações e reformas no ensino agrícola.

O ensino agrícola profissional de níveis elementar e médio não atinge às instruções do regimento e torna-se ensino emendativo, ou seja, a clientela das escolas e

patronatos agrícolas é formada de órfãos, delinquentes, menores indigentes e marginais das cidades.

Em janeiro de 1933, é criada a Diretoria do Ensino Agrônômico¹⁹, que representa o primeiro órgão com a finalidade específica de administrar e fiscalizar o ensino agrícola. A Diretoria com duas seções técnicas — a do ensino agrônômico superior e médio e a do ensino técnico-profissional — passa a traçar novos rumos do ensino agrícola, e este perde o caráter emendativo. Em março de 1934, há a mudança de rótulo, ou seja, a Diretoria passa a se chamar Diretoria do Ensino Agrícola.

A nova Diretoria do Ensino Agrícola fica incumbida de coordenar, dirigir, orientar e fiscalizar o ensino da agricultura e das indústrias rurais nos seus diferentes graus e especialidades.

As modificações continuam a ser introduzidas. Em dezembro de 1938, a Diretoria do Ensino Agrícola passa a ser rotulada de Superintendência do Ensino Agrícola e, em novembro de 1940, recebe sob sua jurisdição outro tipo de ensino — ensino veterinário. Com a modificação introduzida o órgão tem retificada, mais uma vez, sua denominação, passa a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.

Pelo mesmo Decreto-lei de dezembro de 1938 é criado novo órgão de ensino agrícola, intitulado Centro Nacional de Ensino de Pesquisas Agrônômicas diretamente subordinado ao Ministro de Estado.

Em novembro de 1944, é aprovado o Regimento da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, ratificando suas duas linhas de ação, uma de orientação educacional e outra de orientação dos profissionais desses setores. São reforçadas as duas funções do órgão no tocante à orientação educativa, ou seja, a de orientar e a de fiscalizar os estabelecimentos dos ensinos veterinário e agrícola.

A ação da Superintendência do Ensino Agrícola e

Veterinário se estende pelo restante do período que se propõe enfocar essa parte do trabalho. Finalizam-se as sucessivas modificações e reorganizações administrativas efetuadas no principal órgão desse ramo de ensino.

O ensino agrícola começa a se estruturar nos diferentes graus e modalidades, principalmente a partir da criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, do Regulamento de 1910 e do desmembramento do Ministério da Agricultura^{2º} e Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Alguns dados quantitativos do ensino médio agrícola especializado refletem essa fase, apesar do ensino agrícola apresentar deficiência de levantamentos estatísticos.

TABELA 05

EVOLUÇÃO DO ENSINO MÉDIO AGRÍCOLA — BRASIL — 1933/1945

ANO BASE — 1933

ANOS	Unidades Escolares		Corpo Docente		Matrícula Geral		Conclusão de Curso	
	Nº Abs.	Nº Índ.	Nº Abs.	Nº Índ.	Nº Abs.	Nº Índ.	Nº Abs.	Nº Índ.
1933	6	100	85	100	387	100	34	100
1934	5	83	75	88	488	126	48	141
1935	6	100	90	106	641	166	76	224
1936	8	133	143	168	672	174	70	206
1937	13	217	168	198	1037	268	143	421
1938	11	183	117	138	498	129	82	241
1939	11	183	126	148	504	130	111	326
1940	17	283	174	205	719	186	158	465
1941	20	333	195	229	711	184	218	641
1942	22	367	194	228	763	197	244	718
1943	22	367	193	227	681	176	257	756
1944	22	367	206	242	792	205	265	779
1945	20	333	175	206	659	170	162	476

FONTE: Serviço de Estatística da Educação e Cultura. In: O Brasil em Números; Apêndice do "Anuário Estatístico do Brasil — 1960". IBGE, p. 131.

Os dados da Tabela 05 mostram que, apesar do detalhamento estabelecido pela regulamentação de 1910, o ensino agrícola apresenta crescimento inferior às necessidades da conjuntura do País. Depois de vinte e três anos, ou seja, de 1910 a 1933, registram-se apenas seis estabelecimentos desse ramo de ensino e o item "matrícula" não representa a formação da mão-de-obra necessária ao setor. Nessa fase, porém, se acentua a atuação do Governo Federal em relação a essa modalidade de ensino.

O ano inicial dos dados apresentados é o de 1933, porque é o ano da criação do primeiro órgão orientador, coordenador e executor desse tipo de ensino, ou seja, da Diretoria do Ensino Agrônômico.

No ano seguinte a Diretoria do Ensino Agrônômico transforma-se em Diretoria do Ensino Agrícola. É na vigência desse novo órgão que registra-se o ano — 1937 — que supera os dados do período em relação ao item "matrícula geral".

Os dados de 1937 divergem do padrão de crescimento anual geral, apresentando maior expansão, principalmente, em relação aos itens "matrícula geral" e "conclusão de curso". O crescimento verificado em 1937 não é mantido pelos anos imediatamente posteriores.

A partir de 1938, na vigência da Superintendência do Ensino Agrícola²¹ que substitui a Diretoria do Ensino Agrícola, verifica-se que o crescimento dos itens focalizados, em números absolutos, é irrisório e não se mantém constante. O ano de 1945, inclusive, atesta dados em decréscimo geral.

Excluindo os dados de 1945, ano que antecede a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, o item "conclusão de curso" é o que apresenta maior incremento, chega a aumentar cerca de 680% em relação ao ano base — 1933 — e os demais quesitos — "unidades escolares", "corpo docente" e "matrícula"

cula geral" — crescem, respectivamente, cerca de 270%, 140% e 105%, partindo-se do ano base.

No período estudado, os dados evidenciam, em números absolutos, que o ensino agrícola continua a não fazer frente às necessidades de constante formação, aperfeiçoamento e especialização de mão-de-obra agrícola.

Os numerosos atos avulsos que marcam essa fase, mostram que a atuação do governo se restringe à elaboração da legislação e à oficialização do ensino agrícola na tentativa de encontrar o caminho²² para a racionalização dessa modalidade de ensino nos diferentes graus.

É necessário ressaltar que o ensino profissional brasileiro encontra grande obstáculo na predominância da linha propedêutica da estrutura educacional, além de ficar restrito a âmbito provincial ou estadual. Essas barreiras, registradas durante o período focalizado, são de ordem histórico-sócio-administrativa e não apenas pedagógica.

Os ensinos agrícola e comercial deveriam apresentar maior tradição educacional por ser o Brasil um País economicamente estruturado no comércio externo de produtos agrícolas tropicais e subtropicais, enquanto que o ensino industrial deveria ser o mais recente a se instalar. Os surtos industriais verificados em algumas regiões brasileiras proporcionam ao ensino industrial a mesma origem dos outros dois tipos de ensino.

Mesmo em condições diferentes, os três tipos de ensino têm suas origens no mesmo fato — a transmigração da família real portuguesa — e passam pelas mesmas fases — "embrionária" e de "oficialização" — iniciadas e finalizadas no mesmo período, por fatos similares. Passam, inclusive, à terceira fase — de "profissionalização" — na mesma década, com o mesmo ato legal — leis orgânicas.

Seguindo a mesma linha de evolução, inicialmente, se pode verificar que os ensinos agrícola e industrial pos

suem caráter emendativo, enquanto o ensino comercial está voltado para a formação de cargos de administração pública, especialmente os de níveis mais elevados na hierarquia profissional. Aqueles dois ensinos apresentam-se menos voltados para a cultura geral, enquanto o ensino comercial dá maior relevo à cultura humanística.

A política educacional brasileira começa a se voltar para as necessidades de formação das inúmeras especializações dos setores econômicos, dando enfoque maior ao ensino profissional.

CAPÍTULO II

2. ANÁLISE DO CONTEXTO EM QUE SÃO PROMULGADAS AS LEIS ORGÂNICAS DOS ENSINOS INDUSTRIAL, COMERCIAL E AGRÍCOLA

É necessário analisar a problemática nacional, mormente a estrutura econômico-educacional em que são implan-tadas as Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola. São levadas em conta, também, as estruturas po-lítica, administrativa, social, além da financeira, traba-lhística, sindical e jurídica.

O capítulo é dividido em três partes, de acordo com o período histórico que antecede ou presencia as Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola.

A primeira parte apresenta uma retrospectiva da República Velha ou Primeira República - 1889-1930. A segun-da parte engloba o Governo Revolucionário de 1930-1934 e o Governo Constitucional de 1934-1937, também chamados de Se-gunda República. A terceira e última parte situa o Estado Novo - 1937-1945, período em que são promulgadas as Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial e Comercial. A Lei Orgâni-ca do Ensino Agrícola é promulgada no período do Governo Provisório da Terceira República - 1946 - porém é reflexo da política educacional do Estado Novo, não sendo necessá-rio contextualizar a Terceira República para atingir o es-copo da dissertação.

A primeira parte focaliza a República Velha, por representar o período que antecede a "fase varguista" - 1930-1945 - em que surgem as Leis Orgânicas dos Ensinos In-dustrial, Comercial e Agrícola. O objetivo é detectar as raízes²³ que dão origem e condições de serem elaboradas as leis orgânicas.

A segunda parte focaliza o período de 1930 a 1937, por ser a base e o palco das transformações iniciais por

que atravessa o País, além de ter propiciado a instalação do governo autoritário de 1937. Esta parte tem o objetivo de evidenciar a conjuntura em que se processa a preparação paulatina da hegemonia do Estado, em todos os campos, na figura do chefe de governo.

A terceira parte focaliza o período que é intitulado de Estado Novo. O objetivo é evidenciar o contexto em que são promulgadas as leis orgânicas.

Cada parte se subdivide em três. A primeira subdivisão apresenta a situação político-sócio-administrativa do período estudado. Em seguida, são evidenciadas as atividades econômicas do período, sendo discriminados os três setores — primário, secundário e terciário. E, finalmente, são focalizados os aspectos educacionais do período, sem diferenciar os graus e os ramos de ensino.

Não há a preocupação de abordar, unicamente, os fatos através de uma sucessão histórica, só se prefere essa metodologia na divisão dos itens, para facilitar a ordenação dos acontecimentos que influenciam, direta ou indiretamente, a elaboração das Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola, através da racionalização e da justificação dos fatos ligados a esse objeto de estudo. Se bem que, não se deva esquecer que o objeto se configura, além do espaço, no tempo.

A abordagem adotada, neste capítulo, procura compreender o texto das leis orgânicas em questão, através da análise do momento em que elas são geradas, aliando os fatores mais diversos, mormente político-sócio-administrativo-econômicos.

2.1. Análise do Contexto da República Velha

Esta parte contextualiza a República Velha, bus-

cando as origens do processo educacional que atingem os três setores econômicos, culminando com as Leis Orgânicas dos Ensino Industrial, Comercial e Agrícola.

Três seções são apresentadas — "perspectiva geral", "análise da conjuntura econômica" e "análise da conjuntura educacional" — que focalizam, respectivamente, a situação político-sócio-administrativa, a econômica e a educacional do período proposto.

2.1.1. Perspectiva Geral

Nas últimas décadas do Império e no transcorrer da implantação da República, o País enfrenta a desarticulação dos setores até então vigentes devido principalmente ao surto industrial e à abolição da escravatura. Sérios problemas de desarticulação afetam a República Velha.

Na Primeira República, inicialmente, a classe latifundiária continua fornecendo o modelo político-sócio-econômico-administrativo, e, posteriormente surgem novas forças sociais, principalmente a burguesia industrial-urbano-financeira, o operariado e ampliam-se os setores médios (militares e intelectuais). É preparado o processo para a formação de novas camadas sociais no Brasil.

A consubstanciação do grupo industrial-urbano-financeiro e o movimento pós-guerra de dissidência oligárquica que leva à diferenciação da camada dominante, exigida pelo crescimento do sistema capitalista de produção, originam um movimento pela recomposição dentro do sistema, visando, em princípio, à hegemonia político-econômica. O grupo emergente passa a utilizar a educação como instrumento para a desejada mudança.

A concretização da diferenciação ideológica entre os grupos agrário-exportador e industrial-urbano-financei-

ro somente passa a ser marcante no chamado Estado Novo, através da utilização de novos mecanismos de produção, da reestruturação total do poder e conseqüente recomposição do próprio sistema; e do momento em que o grupo industrial-urbano-financeiro passa a controlar os centros de decisões político-sôcio-econômico-educacionais do País.

2.1.2. Análise da Conjuntura Econômica da República Velha

A política econômica da República Velha se sedimenta através dos gêneros agrícolas de exportação, principalmente do café. Há fases em que também se destacam a borracha, o cacau, o fumo, a erva-mate.

As atividades industriais emergentes são beneficiadas pela aplicação de lucros originados das exportações cafeeiras e pela política de "substituição de importação" ocasionada pela Primeira Guerra Mundial. A indústria na década de 20 se caracteriza "(...) pela insuficiência dos ramos básicos, pela baixa capitalização, pelo grau incipiente de concentração"²⁴, além da baixa qualificação de mão-de-obra nacional.

O setor comercial, com exceção do comércio externo, apresenta-se em plano secundário. O comércio externo ostenta grandes superávits (do segundo para o terceiro decênio cresce mais de 25%), porque está vinculado à política cafeeira. O comércio interno reflete a falta de transportes para a circulação de produtos, a concorrência de produtos importados, a falta de apoio das autoridades, e, principalmente, o incipiente mercado interno.

No decênio de 20, segundo dados²⁵ da Fundação Getúlio Vargas, as taxas anuais de crescimento do produto real das atividades econômicas — agricultura, indústria e comércio — apresentam-se equivalentes, de 3,3 a 3,4% a.a..

A crise econômica mundial de 1929 afeta profundamente a economia brasileira na década de 30 e gera insatisfação geral.

2.1.3. Análise da Conjuntura Educacional da República Velha

A Constituição de 1891, que vigora durante a República Velha, não intervém no processo educacional do País. As poucas disposições estabelecidas para o setor educacional são: a criação de um sistema escolar federal de ensino secundário e superior; a criação de sistemas escolares estaduais de ensino primário e secundário de adultos e profissionalizante; a criação de ensino superior na Capital da República, pela União, além da determinação da laicidade do ensino público.

Durante o Governo Provisório, pela primeira vez em caráter transitório, é criado um ministério — Ministério de Instrução Pública, Correios e Telégrafos — encarregado da instrução pública, além de outras atividades. Ele, em dois anos (de abril de 1890 a setembro de 1892), promulga a primeira reforma educacional do período republicano — Reforma Benjamin Constant de 1890-1891. Neste primeiro momento, o positivismo está presente, principalmente na parte teórica da organização educacional.

Em 1892, ao ser extinto o citado ministério, o setor educacional passa à esfera de outros ministérios já existentes, dependendo do campo de ensino a que está vinculado. De um modo geral, o ensino primário fica sob a jurisdição do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, os níveis médio e superior ligados ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, e o militar vinculado aos respectivos ministérios.

O setor educacional não sofre alterações profundas até a década de 30, apesar das quatro reformas educacionais de âmbito nacional. Em 1901, no governo de Campos Sales surge o Código de Ensino de Epitácio Pessoa — Decreto nº 3892 de 1 de janeiro, em 1911, no governo do Marechal Hermes da Fonseca é promulgada a Lei Orgânica de Riva d'Ávia Correa — Decreto nº 8659 de 5 de abril, em 1915, no governo de Wenceslau Brás é instituída a Reforma Carlos Maximiliano — Decreto nº 11.530 de 18 de março, e em 1925, durante o governo de Arthur Bernardes surge a Reforma Luís Alves — Rocha Vaz — Decreto nº 16.782-A de 13 de janeiro.

O dualismo educacional²⁶ se faz sentir na estruturação do ensino do País, sendo transplantado de outras culturas, principalmente da francesa. A camada dominante recebe o ensino formalístico, humanístico e abstrato, vinculado à cultura clássica, através da escola secundária — de caráter propedêutico — e a superior — de caráter intelectualista e universalista. Às camadas menos favorecidas restam a escola primária — de caráter geral — e a média técnico-profissional — de caráter prático.

Cada camada social, ao receber um tipo de educação, sem o perigo de "sensibilizar" o aluno para outro tipo de educação, contribui para a reprodução sócio-política.

"Entusiasmo pela educação" e "otimismo pedagógico"²⁷ são as duas linhas do fenômeno educacional que começam a se caracterizar durante a Primeira Guerra Mundial e década de 20, dependendo da formação política ou pedagógica dos participantes da cúpula administrativa educacional. Esses dois enfoques podem ser percebidos, segundo Vanilda Pereira Paiva²⁸ sob, respectivamente, "perspectiva externa" e "perspectiva interna", ou seja, a educação passa ser focalizada ou sob o contexto político-sócio-econômico, ou sob os aspectos metodológico-técnico-administrativos da educação.

No fim da Primeira República começa a surgir uma abordagem conjunta da educação, em termos quantitativos e qualitativos, que Vanilda Pereira Paiva prefere chamar de "realismo da educação"²⁹.

O movimento de reorientação que passa a receber os processos educativos — rotulado de "Escola Nova" ou "Escola Ativa" — caracteriza-se pelos objetivos de reformar e democratizar a educação brasileira, além da tentativa de abandonar o empirismo em educação.

A diversificação de posições³⁰ no tratamento da educação leva a uma "política educacional liberal". No governo de Arthur Bernardes (1922-1926) começa a se esboçar uma outra política educacional — "autoritária" — que floresce nos períodos seguintes³¹.

Na Primeira República, a "política educacional liberal" se apóia no movimento "entusiasmo pela educação", em suas bases humanitaristas e no "otimismo pedagógico", nos seus ideais qualitativos de educação.

A "política educacional autoritária" se baseia em medidas de intervenção do Estado na área educacional, principalmente com a Reforma Luís Alves-Rocha Vaz de 1925, que introduz a instrução moral e cívica, que é um dos pontos de apoio dessa política e, o órgão máximo da educação do período — Conselho Nacional de Ensino — com amplas atribuições. Outras medidas intervencionistas se fazem sentir durante o Estado Novo.

As "política educacional liberal" e "política educacional autoritária" continuam a ser desenvolvidas no governo de Getúlio Vargas. Durante o primeiro momento varguista — Governo Provisório e Governo Constitucional — se projeta marcadamente a "política educacional liberal", enquanto no segundo momento — Estado Novo — sobressai a "política educacional autoritária".

Em 1924, Heitor Lira funda a Associação Brasileira de Educação, que é a primeira sociedade de profissionais da educação do País. Na Associação predominam as idéias de tecnificação pedagógica³² do período. São patrocinados congressos nacionais em Curitiba (dezembro de 1927), Belo Horizonte (novembro de 1928) e São Paulo (setembro de 1929).

Até 1930, a estrutura educacional evidencia a falta de diretrizes uniforme de uma política escolar, pela multiplicidade das estruturas escolares estaduais estabelecidas pela Constituição de 1891.

As estruturas escolares do Distrito Federal, São Paulo, Ceará, Bahia, Minas Gerais e Pernambuco propiciam os primeiros movimentos de reforma e reconstrução da educação do País graças ao empreendimento de certos educadores e da influência da Escola Nova.

Durante a Primeira República, a estrutura do ensino apresenta, em termos absolutos, pequena expansão. O ensino universitário, realizado até então em faculdades ou escolas isoladas, é implantado no País nesse período. O ensino secundário acadêmico, com certa tradição, é estimulado principalmente pela iniciativa privada leiga e religiosa. O ensino médio profissional, de iniciativa estadual é gratuito, sendo o ensino industrial o único a esboçar alguma organização. O ensino público primário, gratuito, atinge a uma pequena parcela da população.

A educação é mantida como veículo de conservação do *status quo*, principalmente através da gratuidade³³ do ensino primário e médio profissional, da não gratuidade do ensino secundário acadêmico e de seu exame seletivo de admissão, da impossibilidade de acesso do egresso de ensino médio profissional ao ensino superior de outra área que não fosse da sua formação e da criação de uma estrutura escolar urbana sem estar voltada para as inúmeras necessida-

des do campo.

2.2. Análise do Contexto da Segunda República

Esta parte contextualiza a Segunda República, período que antecede e cria condições para a elaboração das Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola.

São apresentadas três seções — "perspectiva geral", "análise da conjuntura econômica" e "análise da conjuntura educacional" — que focalizam, respectivamente a situação político-sócio-administrativa, econômica e educacional do período.

2.2.1. Perspectiva Geral

A conjuntura formada em 1930, chamada por muitos de Segunda República, não representa claramente quaisquer setores sociais ou um movimento político-ideológico definido. O governo revolucionário de 1930 se origina da coalizção heterogênea das velhas oligarquias (velhos setores agrários), dos "tenentes" (grupo militar, de tendência mais radical e reformista), da burguesia urbana (indústria, comércio e finanças), e quando muito das camadas populares (operariado).

À medida que se consolida o poder pessoal do governante, reforçado pela falta de disputas eleitorais, nenhuma classe social tem condições de assumir o jogo político, nem de oferecer as bases de legitimidade à nova estruturação. Entre os grupos dominantes surge equilíbrio instável.

A instabilidade da conjuntura político-sócio-eco

nômica dá margem à intervenção paulatina do Estado a partir da derrota do levante paulista, da severa vigilância sobre organizações e lideranças operárias, do apoio dos "tenentes" e dos políticos mais conservadores e da limitação do federalismo. É adotada uma política conciliatória.

A instabilidade, a intranquilidade e a agitação³⁴ ajudam Getúlio Vargas a aparecer como o defensor da ordem, mobilizando ou desarticulando os grupos, de acordo com os interesses pessoais.

2.2.2. Análise da Conjuntura Econômica da Segunda República

Os fatores políticos são os principais a gerar o movimento revolucionário de 1930. Mas não é possível esquecer que os fatores econômicos, também, contribuem para a eclosão do movimento.

A situação econômica nacional acentua os descontentamentos e as insatisfações contra a República Velha, incapacitada de solucionar os problemas. O colapso da economia mundial, também, gera instabilidade.

O governo não consegue controlar os problemas resultantes da superprodução cafeeira e a conseqüente baixa de preços do produto (mesmo com a manutenção da política de valorização).

Entre 1924 e 1930, há, também, a difícil fase que o setor industrial atravessa, se bem que não se pode assegurar a participação efetiva e direta dos setores secundário e terciário no movimento revolucionário.

A nova organização ministerial surgida em novembro de 1930 estabelece condições de maior dinamização dos setores econômicos. O setor agrícola passa a ter um ministério isolado — Ministério da Agricultura. Os setores in-

dustrial e comercial constituem outro ministério, incluindo a atividade trabalhística — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

O movimento revolucionário, por ter parte de sua origem na crise do setor cafeeiro, elabora uma política econômica, realçando os demais setores econômicos e enfraquecendo a supremacia da agricultura exportadora, sem alterar as relações de produção. Estas continuam com base na grande propriedade agrária.

O nacionalismo e o pragmatismo³⁵ econômicos marcam profundamente o País nas décadas de 30 e 40.

O movimento revolucionário estimula a diversificação agrícola. Surgem os Institutos do Açúcar e Alcool, do Mate e do Pinho, para dinamizarem o desenvolvimento de novas lavouras e atividades extrativas. O algodão chega a atingir, em 1934, a metade da produção do café.

Na Segunda República, a princípio, o setor secundário se ressentia da crise do café, porém, posteriormente, recebe benefícios, porque os capitais até então empregados na agricultura são transferidos para a indústria, além de ter sido renovada a política protecionista do setor através das tarifas alfandegárias.

O setor industrial apresenta um aumento de 50% entre a Revolução de 1930 e a instalação do Estado Novo. E, em 1933, o valor total da produção industrial se iguala ao da safra agrícola. A partir de 1934, a produção industrial supera a agrícola.

As atividades comerciais internas brasileiras apresentam grande crescimento, entre 1929 e 1937, com o poder aquisitivo interno alcançando o dobro do externo. Há, também, aumento do comércio externo.

Em 1934, surge o mais importante órgão intervenor do regime varguista — Conselho Federal de Comércio Ex-

terno. O Conselho tem seu campo de ação voltado para os setores agrícola e industrial. O modelo corporativista começa a se esboçar no País e se acentua durante o Estado Novo.

Com base em dados estatísticos³⁶ fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas, o Brasil apresenta, no decênio de 30, a taxa de crescimento do produto real de 4,6% a.a., sendo que cada setor econômico apresenta diferente taxa, enquanto que, na década anterior, os três setores tinham apresentado taxas anuais equivalentes. O setor secundário é o que mais se desenvolve, contribui com 5,6% a.a.. O setor comercial apresenta a mesma taxa anual de crescimento do produto real. O setor agrícola fica abaixo da média do produto real, atinge a 4,3% a.a..

Para um período de recessão mundial e de nova estruturação interna os dados estatísticos são extremamente favoráveis e evidenciam as condições do País de caminhar para o desenvolvimento econômico.

2.2.3. Análise da Conjuntura Educacional da Segunda República

É iniciada a fase decisiva à instalação de uma política educacional brasileira. Um mês e meio após a implantação da Revolução é criado o Ministério de Educação e Saúde Pública, assumindo o cargo de Ministro o reformador do ensino mineiro — Francisco Campos.

Francisco Campos, como ministro, empreende reformas nos ensinos superior, secundário e comercial, além de criar o órgão consultivo do Ministério para assuntos relativos ao ensino — Conselho Nacional de Educação.

Para o ensino superior é estabelecido o Estatuto das Universidades Brasileiras, que adota como regra a organização universitária.

O ensino secundário tem regulado os seus ramos, ficando dividido em dois ciclos³⁷. A reforma de Francisco Campos representa o marco inicial à instalação de uma estrutura de ensino secundário no País.

O ensino técnico comercial passa a constar de quatro tipos de cursos — geral, propedêutico, técnicos superior e elementar.

A Associação Brasileira de Educação, fundada na Primeira República, continua nesse novo regime a promover conferências de âmbito nacional. Em dezembro de 1931, realiza-se a IV Conferência Nacional de Educação, comparecendo o Chefe do Governo Getúlio Vargas e o Ministro da Educação Francisco Campos. É solicitado aos educadores que definissem o "sentido pedagógico da Revolução".

No ano seguinte, como resposta àquela solicitação, é lançado o "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova". E, ainda como consequência da IV Conferência Nacional de Educação, surge o Convênio Estatístico de 1931, com o objetivo de estabelecer a uniformização da estatística do ensino e reforçando a "política educacional autoritária".

O "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova" demonstra tomada de consciência dos pedagogos, propondo a execução de um ambicioso plano escolar. O documento repercute em todo o País. Seus líderes pretendem uma revolução em termos educacionais, esperando reflexo nas estruturas social, política e econômica.

Entre os principais tópicos abordados pelo Manifesto podem-se citar: estabelecimento de um sistema completo de educação, reorganização da administração e dos serviços técnicos escolares, nacionalização do ensino, princípios de laicidade, organização da educação popular, estabelecimento de uma educação integral, obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário, reestruturação do ensino secundário para torná-lo aberto a todos, desenvolvimento da edu

cação técnico-profissional aos níveis superior e secundário, criação de universidades e institutos de alta cultura, vinculação de reformas educacionais estaduais com princípios estabelecidos pela União, organização de medidas e instituições psicotécnicas e orientação profissional, criação de fundos escolares, desenvolvimento de instituições pré-escolares e pós-escolares, reconstrução do sistema educacional para interpretação das classes sociais.

Apesar das leis orgânicas dos ensinos ligados aos setores econômicos e do Manifesto se caracterizarem por ideologias opostas apresentam semelhanças ao ser exigida educação técnico-profissional aos níveis médio e superior.

Em 1932, se reúne em Niterói a V Conferência Nacional de Educação, também, patrocinada pela Associação Brasileira de Educação e pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, que discute e aprova o Plano de Educação Nacional elaborado para o anteprojeto da Constituição.

No cenário educacional, o movimento revolucionário recebe como herança da Primeira República, as três tendências — "entusiasmo pela educação", "otimismo pedagógico" e "realismo em educação" — incrementadas pelo grupo do "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova".

A Constituição de 1934 estabelece uma nova mentalidade para a esfera educacional. Pela primeira vez um texto constitucional brasileiro dedica um capítulo específico à educação e à cultura. A Constituição determina: a frequência facultativa ao ensino religioso, a competência única e exclusiva da União de traçar as diretrizes da educação nacional, o Plano de Educação Nacional incluindo todos os graus e ramos, a organização e a manutenção dos sistemas educativos dos Territórios, do Distrito Federal (com exceção do ensino primário), os Estados e o Distrito Federal (quanto ao ensino primário) têm facultadas a organização e a manutenção dos sistemas educativos, a porcentagem mínima da renda dos impostos para manutenção dos sistemas

educativos — União e Municípios (10%) e Estados e Distrito Federal (20%), a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino primário, a formação de fundos de educação, a liberdade de cátedra, o concurso para magistério oficial, a vitaliciedade e a inamovibilidade nos cargos de professores públicos.

Na Segunda República continuam a refletir as duas políticas educacionais — "liberal" e "autoritária" — iniciadas no período anterior.

A "política educacional liberal" continua a vigorar, principalmente, até 1935. A Associação Brasileira de Educação é a principal fonte dessa política, através das conferências nacionais de 1931 e 1932.

O principal documento que retrata a "política educacional liberal" é o "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova". O Manifesto reflete o dualismo da educação brasileira.

A partir de 1935, a efervescência política e a repercussão da inquietação social se constituem no golpe fatal aos ideais liberais.

O modelo fascista italiano adotado na Reforma Francisco Campos, a paulatina estruturação do Ministério da Educação e Saúde Pública como órgão controlador através de dados estatísticos educacionais com a criação do Convênio Estatístico em 1931-1932 e dos serviços de registro de professores e de inspeção das escolas secundárias são os fatores que se constituem nas diretrizes estabelecidas, de 1930 a 1935, para configurarem a "política educacional autoritária". Essas diretrizes, porém, não repercutem amplamente nos Estados, porque eles têm suas próprias estruturas educacionais.

A "política educacional autoritária" se fortalece de 1935 a 1937, mormente com a tomada de consciência de vários "profissionais da educação" em relação à participação da educação na vida nacional. E se consolida através do

Plano de Educação Nacional.

O Plano de Educação Nacional³⁸ é abandonado após dois meses de discussão pela Câmara, quando esta é dissolvida. O Plano evidencia a nova ideologia dominante, principalmente com excessivo realce à Educação Cívica e à Educação Física, que, também, apresentam grande destaque na legislação educacional do Estado Novo.

Através dos dados estatísticos mostrados pela Tabela 06 que se segue, a partir de 1932, pode-se verificar o crescimento do ensino em geral em relação aos tópicos "unidades escolares", "corpo docente", "matrícula geral" e "conclusão de curso".

TABELA 06

EVOLUÇÃO DO ENSINO NO BRASIL - 1932/1937

ANO BASE - 1932

ANOS	Unidades Escolares		Corpo Docente		Matrícula Geral		Conclusão de Curso	
	Nºs absolutos	Nº índice	Nºs absolutos	Nº índice	Nºs absolutos	Nº índice	Nºs absolutos	Nº índice
1932	29.948	100	76.025	100	2.274.213	100	148.445	100
1933	32.430	108	79.745	105	2.466.092	108	179.625	121
1934	33.952	113	84.729	111	2.676.756	118	194.285	131
1935	36.662	122	91.542	120	2.862.612	126	202.192	136
1936	39.110	131	96.167	126	3.063.522	135	226.203	152
1937	42.627	142	103.090	136	3.250.296	143	263.506	178

FONTE:-Dados de 1932 a 1935: O Ensino no Brasil - em 1935. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1941. p.2.

-Dados de 1936 e 1937: O Ensino no Brasil - em 1940. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, p. XII.

Sendo considerado 1932 como o ano base, pode-se afirmar que os itens "matrícula geral" e "unidades escolares" apresentam o mesmo processo de evolução, com crescimento de, respectivamente, 43% e 42%, enquanto que o quesito "conclusão de curso" evidencia o maior crescimento — 78%. Não há decréscimo em quaisquer anos.

O item "matrícula geral" é o que demonstra um aumento mais equilibrado — cerca de 9% a.a. — e o de "conclusão de curso" é o de maior inconstância.

De um modo geral, durante esse período, os itens "unidades escolares", "corpo docente" e "matrícula geral" crescem cerca de 40%, enquanto que o quesito "conclusão de curso" dobra esse índice, ou seja, atinge cerca de 80%.

Na Segunda República, a taxa de alunos matriculados não chega a atingir um décimo da população. Nos seis anos que a Tabela 07 focaliza a taxa varia apenas de 1,9%, não acompanhando o crescimento demográfico do mesmo período.

TABELA 07

POPULAÇÃO ESTIMADA E PORCENTAGEM DE ALUNOS
MATRICULADOS — BRASIL — 1932/1937
ANO BASE — 1932

Anos	População estimada em 1 de julho		%
	Milhares habitantes	Número índice	
1932	34.957	100	6,5
1933	35.673	102	6,9
1934	36.404	104	7,4
1935	37.150	106	7,7
1936	37.911	108	8,1
1937	38.687	111	8,4

FONTE: IBGE: "Pesquisas sobre o Desenvolvimento da População do Brasil". In: O Brasil em Números - Apêndice do Anuário Estatístico do Brasil - 1960. Rio de Janeiro, IBGE, 1960, p.5.

NOTA: A porcentagem é obtida através da divisão entre o item "matrícula geral" e a população estimada.

2.3. Análise do Contexto do Estado Novo

Essa parte contextualiza o período histórico intitulado Estado Novo, em que são promulgadas as Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola.

Três seções são apresentadas: "perspectiva geral", "análise da conjuntura econômica" e "análise da conjuntura educacional" que focalizam, respectivamente, a situação político-sócio-administrativa, a econômica e a educacional do período.

2.3.1. Perspectiva geral

O Estado Novo é implantado a 10 de novembro de 1937, através de golpe de estado. Getúlio Vargas anuncia a "nova ordem" e a nova Constituição — com base nos moldes constitucionais polonês e da Carta del Lavoro —, porém o novo regime não reproduz exatamente a solução de Pilsudski, ou o corporativismo italiano.

O Estado Novo se processa dentro de uma situação de compromisso. Weffort afirma que *"esta forma particular de estrutura política, diríamos que se trata de um Estado de Compromisso que é, ao mesmo tempo, um Estado de Massas, expressão da prolongada crise agrária, da dependência social dos grupos de classe média, da dependência social e econômica da burguesia industrial e da crescente pressão popular"*³⁹.

Durante a Segunda Guerra Mundial, após três anos de neutralidade e simpatias pelo nazi-fascismo, o Brasil se posiciona ao lado dos Estados Unidos por causa dos atrativos dos financiamentos propostos e da posição geopolítica.

Em 1943, começam as manifestações de oposição a Getúlio Vargas, mesmo sendo prometida a redemocratização para após a guerra. Vargas, face ao aumento da oposição, estabelece medidas para conseguir o apoio das massas populares através do populismo, culminando com a promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas — CLT. O regime sofre novas transformações e, em 1944, começa o processo de abertura democrática.

Os novos atos do governo não evitam o aumento da oposição, principalmente, segundo Edgard Carone, de "grupos oligárquicos burgueses e grupos internos governamentais"⁴⁰.

Em outubro de 1945 Getúlio Vargas é deposto, devi

do: à nova visão interna propiciada pela Segunda Guerra Mundial, ao descontentamento da camada média desde o "Manifesto dos Mineiros", à falta de condições de controlar a especulação financeira, etc.

O Brasil sofre grandes transformações. Em quinze anos de governo, Getúlio Vargas transforma o panorama político-sócio-administrativo, fundamentando-o em: autoritarismo, centralismo, nacionalismo em vários setores, tentativas de modernização, institucionalização e racionalização dos setores civis e militares e melhorias das condições da massa popular urbana. O regime, porém, não se caracteriza por filosofia e ideologia próprias.

2.3.2. Análise da Conjuntura Econômica do Estado Novo

Com a implantação do Estado Novo em 1937, acentua-se o intervencionismo estatal na ordem econômica, que assume várias formas, com o objetivo de reaparelhamento econômico.

O nacionalismo econômico é estimulado pelo governo. Vários organismos consultivos de planejamento são criados e há a tentativa de implantar, no País, uma espécie de tecno-estrutura para propiciar condições ao Estado de incrementar o desenvolvimento econômico nacional nos mais variados setores.

As instituições corporativistas criadas caracterizam o Estado Novo e segundo Vamireh Chacon "corresponde àquele Bonapartismo definido por Marx n'º 18 de Brumário de Luís Napoleão"⁴¹.

Faltam tradições e condições para o País implantar o corporativismo. O Chefe de Governo não se volta totalmente "para essa direção, como praticamente em nenhuma

outra (...), o Brasil acabou tendo (...) um corporativismo nas bases, porém acéfalo na cúpula, talvez por medo de Vargas ter que enfrentar potenciais lideranças adversas no tal Conselho de Economia Nacional"⁴². Esse regime apenas se processa "pela metade"⁴³, porque não se articula internamente, ou seja, não se legitima pelo plebiscito estabelecido pela Constituição de 1937 e não se pode apoiar no proletariado inexistente.

O intervencionismo estatal acentua-se progressivamente. A limitada estrutura econômica⁴⁴ brasileira é sentida pelos empresários, comerciantes, latifundiários, financeiros, técnicos, sindicalistas. A fragilidade econômica facilita ao Chefe de Governo estabelecer o "dirigismo" estatal no campo econômico.

O controle estatal continua a ajudar essencialmente ao setor primário, tentando reorganizá-lo através de: manutenção do preço mínimo de certos produtos, compra de produtos para manter os seus preços no mercado externo, abertura de novos financiamentos, criação de órgãos próprios para certos produtos básicos e para a diversificação dos setores produtivos na área rural e incentivo à rotatividade de culturas com abertura de novas zonas pioneiras.

O Brasil, mesmo tendo sua balança comercial baseada no setor agrícola durante o Estado Novo, tenta mudança de orientação. No final da década de trinta, o valor da produção agrícola é 60% inferior ao da industrial. Essa diferença se acentua nos anos seguintes.

A preocupação de Vargas volta-se para a industrialização do País. O Estado passa a investir na implantação da indústria de base, porque o empresariado nacional e o externo não apresentam condições de assumir esse papel, respectivamente, pela falta de capital e pela escassez da conjuntura mundial.

O setor comercial também apresenta grande cresci-

mento. Nos períodos anteriores, o maior destaque é para o comércio externo, baseado nas exportações de matérias primas tropicais. Neste período o comércio interno é marcante, devido ao incremento da produção nacional e à ampliação da capacidade de aquisição do mercado consumidor interno.

O comércio externo tem papel relevante no processo brasileiro de industrialização, devido à escassez mundial gerada pela Segunda Guerra Mundial. As dificuldades de transportes internacionais marítimos, a diminuição das importações e a redução de exportações acarretam intensas tensões inflacionárias que obrigam à utilização de matérias primas nacionais e possibilitam o acúmulo de grande volume de reservas em divisas e o conseqüente incremento da produção industrial no País.

Segundo a Fundação Getúlio Vargas⁴⁵, as taxas anuais de crescimento do produto real, entre 1940 e 1947, registram que o setor agrícola, com a média de 3,9% a.a., é o que contribui com os menores índices, enquanto que os setores industrial e comercial apresentam as maiores taxas anuais médias, respectivamente, 6,5% e 4,7%. Esta tendência é iniciada no período revolucionário de 1930.

Apesar da aparente estrutura, não há planejamento a longo prazo. O oportunismo se caracteriza, ora a ação é protecionista, ora liberal, dependendo do momento político econômico-administrativo.

O principal enfoque dado aos problemas econômicos é o nacionalismo econômico, que se reflete nas fases que atravessa o governo getulista. No primeiro momento revolucionário é para atender à crise aguda do setor agrário-exportador. No período constitucional e início do Estado Novo é para atender politicamente às aspirações das camadas sociais emergentes. No apogeu do Estado Novo, com o intervencionismo estatal, é para atender à nascente industrialização e à reestruturação tecnoburocrática do País. E, finalmente, no período de reabertura democrática, é para aten-

der à reação da burguesia industrial, comercial e financeira e às massas populares.

Os primeiros prenúncios da política de continuísmo, latifundiária e imperialista decretam a falência do Estado Novo.

2.3.3. Análise da Conjuntura Educacional do Estado Novo

A União trilha e consolida novos caminhos relativos à política educacional com o objetivo de legitimar a nova ordem vigente.

A nova constituição outorgada — a de 1937 — consagra um capítulo — "Da Educação e da Cultura" — ao setor. A Carta Magna define novos rumos ideológicos do processo educativo, realçando os Ensinos Pré-Vocacional, Profissional, Cívico, de Trabalhos Manuais e a Educação Física.

O texto constitucional dirige o ensino à exaltação do ideal de nacionalidade e de culto à Pátria. A política de coesão nacional dá origem a entidades estatais e privadas que levam à juventude as aspirações cívicas nas concentrações estudantis da "Semana da Raça e da Pátria". A exaltação do nacionalismo é concretizada em março de 1940 com a criação da "Juventude Brasileira", vinculada aos Ministérios da Educação e Saúde e ao da Guerra.

O primeiro dever do Estado, em relação ao setor educacional, passa a ser os Ensinos Pré-Vocacional e Profissional voltados para as classes menos favorecidas. Esse dever é reforçado por vários discursos do Presidente Vargas.

Pela primeira vez, uma Constituição brasileira estabelece claramente o dualismo do setor educacional, anulando qualquer tentativa da política educacional liberal

iniciada nos dois primeiros períodos republicanos.

O dualismo é reforçado pela Reforma Capanema que distingue o ensino secundário⁴⁶ dos demais ramos de ensino médio, aquele voltado para a formação "das individualidades condutoras" e este para a qualificação do trabalhador dos mais variados setores econômicos.

O texto constitucional não fica restrito ao sistema dualista educacional no ensino geral — ensino elitista x ensino profissional e determina o dualismo em relação às faixas etárias da clientela. Infância e juventude são distinguidas, no tocante às oportunidades educativas. Esse aspecto segue traços do modelo nazi-fascismo triunfante na Europa, no período estudado.

É mantida a mesma linha⁴⁷ adotada para o ensino religioso, pela Constituição de 1934. Esse tipo de ensino continua a ser facultativo, sem atingir ao ensino superior.

O movimento de renovação escolar entra em declínio durante o Estado Novo, por causa do anti-liberalismo implantado com o regime autoritário. No final do período, o movimento retorna com a abertura política. As críticas à educação do liberalismo ajudam à justificação ideológica do novo regime, afirmando a necessidade de abandonar os valores liberais da educação.

Os ideais da Escola Nova pregados pelos profissionais da educação e o prestígio dos educadores liberais são comprometidos pelas novas diretrizes educacionais ditadas pela centralização política. Em 1940, persistem apenas os aspectos formais destes ideais, evidenciando o enfoque político que passa a sofrer a ação pedagógica.

O autoritarismo não permite a continuação da linha de discussão e divergências em relação aos problemas educacionais. Os debates passam a ser dirigidos substancialmente para assuntos que visam à manutenção do regime.

O tecnicismo, criado na década de 20, mantém-se com a criação de vários órgãos estatais, nos quais passam a trabalhar os profissionais⁴⁸ da educação, que adotam os ideais do novo regime.

As primeiras tentativas de tecnificação surgem na área propriamente educativa, e não apenas na área pedagógica, como tinha ocorrido na década de 20. A estrutura de ensino brasileiro volta a experimentar as decisões claramente políticas.

Em decorrência dos estudos iniciais do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos — INEP — é realizada, no final de 1941, a Primeira Conferência Nacional de Educação. Os temas centrais da Conferência são: o auxílio federal para a difusão dos ensinos primário, normal e técnico-profissional e a organização da Juventude Brasileira. A reunião é conduzida dentro dos padrões estabelecidos pelo consenso do regime.

A Juventude Brasileira é criada como entidade para a mocidade *"constituir reserva facilmente mobilizável sempre que houver objetivo patriótico a alcançar"*⁴⁹. Ela se baseia no ufanismo exacerbado provocado pelo governo e inspirada nas entidades alemã — Juventude Hitlerista (.... *Deutscher Jungvolk*) — italianas — Os Balilas e os Avanguardisti.

A Juventude Brasileira não atinge aos seus objetivos de preparo pré-militar e de educação física. A entidade apenas se consolida durante curto tempo como serviço de inspirações cívicas da mocidade.

Há a tentativa da formulação legal da ideologia educacional do Estado Novo em seu período final com a Reforma Capanema e com as demais leis orgânicas⁵⁰.

A Reforma Capanema consta de três leis orgânicas — Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Secundário e Co-

mercial - promulgadas, respectivamente, pelos Decretos-Leis nºs 4073 de 30 de janeiro de 1942, 4244 de 9 de abril de 1942 e 6141 de 28 de dezembro de 1943. Com algumas alterações sofridas no próprio período ou nos anos seguintes, elas vigoram quase quinze anos após a extinção do Estado Novo, em pleno período de democratização brasileira.

A Reforma Capanema consolida, neste período, a tradicional política da educação de dualismo. A Lei Orgânica do Ensino Secundário estrutura esse tipo de ensino em direção à camada mais favorecida - camada dominante. As Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial e Comercial estruturam seus ensinos em sentido das camadas menos favorecidas - camada operária. Essa mentalidade é reforçada pela Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

A Lei Orgânica do Ensino Secundário estabelece textualmente a tradição dualista do ensino ao destinar esse tipo de ensino à *"preparação das individualidades condutoras, isto é, dos homens que deverão assumir as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação, dos homens portadores de concepções e atitudes espirituais (...) as individualidades esclarecidas de sua missão social e patriótica"*.

As Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial e Comercial fazem parte de capítulo específico.

Os primeiros textos da Reforma Capanema são elaborados no período da conflagração mundial, quando o governo se mostra inclinado aos países nazi-fascistas. Esse motivo justifica as influências que a reforma sofre e reafirma a sua contradição após a entrada do Brasil na guerra ao lado dos países aliados.

Das três leis orgânicas que integram a Reforma Capanema, a Lei Orgânica do Ensino Secundário é a que mais evidencia a ideologia educacional do Estado Novo.

A exposição de motivos da Lei Orgânica do Ensino

Secundário deixa claro que o objetivo do ensino secundário está voltado para o nacionalismo, quando estabelece textualmente "a formação da consciência patriótica" e "ensino patriótico por excelência". Para atingir essa finalidade é determinado o "estudo da língua, da história e da geografia pátrias", "a educação moral e cívica", "o canto orfeônico", "a educação militar".

A ideologia política nacionalista de caráter fascista se confirma no conteúdo da Lei Orgânica do Ensino Secundário através de: estudo da língua pátria que se *"constitui para uma nação o primeiro elemento de organização e conservação de sua cultura"*, introdução de "disciplinas autônomas História do Brasil e Geografia do Brasil" com o objetivo de *"uma compreensão maior dos valores e das realidades nacionais"*, introdução "da Educação Moral e Cívica com o objetivo do caráter e do patriotismo", "Canto Orfeônico, de sentido patriótico", introdução da Educação Militar para os alunos do sexo masculino. O art. 24 estabelece que *"todas as atividades e circunstâncias (...) do processo da vida escolar (...) deverá transcorrer em termos de elevada dignidade e sentimento de brasilismo"*.

No período em que vigora a Reforma Capanema é criado o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários — SENAI — pelo Decreto-lei nº 4048 de 22 de janeiro de 1942 na semana anterior à promulgação da Lei Orgânica do Ensino Industrial.

O SENAI reflete o momento econômico-político-ideológico que atravessa o País. Momento econômico, porque o País necessita incrementar o processo de industrialização através da obtenção de maior contingente especializado. A formação de mão-de-obra para o setor secundário atende às pretensões da burguesia industrial e às expectativas e necessidades de difusão do ensino. Momento político-ideológico porque é legado à classe operária — pelo modelo populista — um órgão sem recursos financeiros estatais, para *"minimizar as possibilidades de formação de uma consciência e*

de acirramento da luta de classes"⁵¹.

A estrutura dualista da educação é reforçada pelo SENAI, porque este passa a propiciar ao industrial um "educação" própria a sua classe, sem condições de acesso à "educação" da classe dominante. É intensificado o processo de sedimentação da ordem vigente, como instrumento de conservação e/ou reprodução social. Esse objetivo é obtido com a consolidação da legislação, sem a interferência direta do governo, mesmo vigorando um regime autoritário.

Para o setor comercial, seguindo o mesmo modelo do SENAI, é criado o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Comerciantes — SENAC — pelos Decretos-leis nºs 8621 e 8622 de 10 de janeiro de 1946. O SENAC retrata a política educacional elaborada durante o Estado Novo, apesar de ser criado cerca de dois meses e meio após seu término. O decreto de criação do SENAC é promulgado na mesma quinzena das Leis Orgânicas dos Ensinos Primário e Normal.

A Lei Orgânica do Ensino Primário, promulgada pelo Decreto-lei nº 8529 de 2 de janeiro de 1946, representa a concretização da política iniciada em 1938, instituída pelo Fundo Nacional do Ensino Primário — FNEP — criado pelo Decreto nº 4958 de 14 de novembro de 1942. Esse Fundo continua a ser promovido após a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Primário.

A Lei Orgânica do Ensino Primário estabelece princípios democráticos porque é elaborada no período varguista de redemocratização. Essa lei orgânica evidencia a influência do movimento de renovação educacional expresso no "Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova" de 1932.

Entre os principais aspectos do liberalismo reivindicados pelos pioneiros da Escola Nova e estabelecidos pela Lei Orgânica do Ensino Primário, podem-se citar: estabelecimento de diretrizes gerais para o ensino primário nacional, flexibilidade às peculiaridades regionais, possibi

lidade de formação dos próprios sistemas estaduais, dos Territórios e do Distrito Federal, previsão da planificação educativa como instrumento de implantação da lei orgânica e o estabelecimento dos meios para essa implantação, formação de órgãos centrais, organização dos serviços de assistência aos escolares, execução de normas de obrigatoriedade da matrícula e da frequência escolar, organização das instituições complementares da escola, articulação dos sistemas regionais com os órgãos de aperfeiçoamento técnico especializado do Ministério de Educação e Saúde, gratuidade estabelecida pela Constituição de 1937 para alunos que não pudessem contribuir para a caixa escolar, obrigatoriedade do ensino primário entre 7 e 12 anos de idade, realização de estudos e pesquisas por órgãos técnicos sobre a organização do ensino primário, além de levantamentos estatísticos.

A Lei Orgânica do Ensino Primário, também, recebe influências fascistas e nacionalistas, que caracterizam a política educacional do Estado Novo, principalmente na discriminação de disciplinas a serem lecionadas — Canto Orfônico, Trabalhos Manuais e Educação Física e, na especificação de disciplinas voltadas para o sexo feminino — noções de Economia Doméstica e de Puericultura.

A Lei Orgânica do Ensino Normal é promulgada pelo Decreto-lei nº 8530 de 2 de janeiro de 1946, ou seja, no mesmo dia da promulgação da Lei Orgânica do Ensino Primário. Ambas mantêm a mesma linha de descentralização e da fixação de normas gerais para todo o território nacional.

A Lei Orgânica do Ensino Normal caracteriza o ensino normal como ensino profissional de nível médio de dois ciclos. O primeiro ciclo não apresenta perfeita formação profissional porque predominam as disciplinas acadêmicas, enquanto o curso de formação ao nível de segundo ciclo é destinado a uma clientela mais amadurecida para a profissionalização, apresentando um currículo mais diversificado e mais especializado, com disciplinas pedagógicas nas duas

últimas das três séries. Essas disciplinas não se caracterizam pela objetividade explicitada pelo preceito legal.

A Lei Orgânica do Ensino Normal determina a seletividade através da faixa etária da clientela do curso. O ensino normal fica restrito aos candidatos menores de vinte e cinco anos para os dois ciclos e à idade mínima de quinze anos para o curso de primeiro ciclo.

Seguindo a linha adotada pelas demais leis orgânicas de ensino profissional médio, a Lei Orgânica do Ensino Normal evidencia a falta de articulação com o ensino superior para os egressos do ensino normal, ficando restrito aos cursos de faculdade de filosofia.

A Lei Orgânica do Ensino Agrícola é focalizada no próximo capítulo.

Os dados estatísticos referentes ao ensino nacional evidenciam que o governo não alcança o objetivo de transformar a educação em veículo ideológico do regime, apesar dos atos legislados e dos órgãos educacionais estabelecidos com esse objetivo.

TABELA 08

EVOLUÇÃO DO ENSINO NO BRASIL — 1938/1945

ANO BASE — 1938

ANOS	Unidades Escolares		Corpo Docente		Matrícula Geral	
	Números Absolutos	Número Índice	Números Absolutos	Número Índice	Números Absolutos	Número Índice
1938	43.803	100	107.489	100	3.477.828	100
1939	44.537	102	109.805	102	3.588.800	103
1940	46.583	106	115.836	108	3.732.878	107
1941	48.117	110	119.431	111	3.808.937	110
1942	49.214	112	126.303	118	3.857.230	111
1943	49.898	114	134.799	125	3.888.890	112
1944	49.899	114	141.828	132	4.013.797	115
1945	51.252	117	149.336	139	4.189.295	120

FONTES: - Dados até 1940 - O Ensino no Brasil — em 1940.

Rio de Janeiro, Ministério de Educação e Saúde, Imprensa Nacional, p.XII.

- Dados de 1941 a 1945 - O Ensino no Brasil — em 1945. Rio de Janeiro, Ministério de Educação e Saúde, Serviço de Estatística de Educação e Saúde, 1950. p.XV.

Os dados relativos ao ano de 1937 não são apresentados pela Tabela 08, porque o Estado Novo se instala em 10 de novembro. Os dados de 1937 refletem a ideologia da Segunda República.

As tentativas governamentais não levam os itens "unidades escolares" e "matrícula geral" a crescerem mais do que 3% a.a.. O item "corpo docente" é o único que apresenta um crescimento médio anual de 7,5%. De um modo geral, durante o Estado Novo os itens "unidades escolares" e "matrícula geral" crescem cerca de 20% e o quesito "corpo docente" em

torno de 40%.

Através dos dados da Tabela 08 observa-se que a Reforma Capanema (Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Secundário e Comercial) e o SENAI refletem o aumento do item "corpo docente" e, em menor escala, dos itens "unidades escolares" e "matrícula geral".

A Lei Orgânica do Ensino Normal não influencia os dados do item "corpo docente", porque ela é promulgada em 1946, ou seja, após o término do Estado Novo.

O crescimento do item "matrícula geral" ao ser comparado com o crescimento demográfico brasileiro evidencia que o parâmetro "alunos matriculados" não ultrapassa a 9% da população, mantendo constância entre 8,8 a 9,0, portanto, durante todo o período permanece o mesmo crescimento do ensino em geral.

TABELA 09

POPULAÇÃO ESTIMADA E PORCENTAGEM DE ALUNOS

MATRICULADOS - BRASIL - 1938/1945

ANO BASE - 1938

Anos	População estimada em 1 de julho		%
	Milhares habitantes	Número índice	
1938	39.480	100	8,8
1939	40.289	102	8,9
1940	41.114	104	9,0
1941	42.069	107	9,0
1942	43.069	109	8,9
1943	44.093	112	8,8
1944	45.141	114	8,8
1945	46.215	117	9,0

FONTES: - IBGE - "Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Brasil". In: O Brasil em Números - Apêndice do Anuário Estatístico do Brasil - 1960. Rio de Janeiro, IBGE, p.5.

NOTA: A porcentagem é obtida através da divisão entre "matrícula geral" e a população estimada.

Os dados estatísticos evidenciam que a educação, de um modo geral, não é o principal foco de atenção do governo. Não são plenamente atingidas as diretrizes educacionais estabelecidas pelo regime autoritário através da Constituição de 1937 e da legislação educacional.

CAPÍTULO III

3. ANÁLISE DE DISCURSO DAS LEIS ORGÂNICAS DOS ENSINOS INDUSTRIAL, COMERCIAL E AGRÍCOLA

Os novos rumos dos ensinos industrial, comercial e agrícola têm seus verdadeiros alicerces implantados a partir da Primeira República, com a fase rotulada no capítulo inicial de "oficialização" e afloram na fase rotulada de "profissionalização", com as Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola, consubstanciando condições a futuros prosseguimentos.

As Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola representam o amadurecimento das primeiras experiências brasileiras vivenciadas por esses ramos de ensino e pela estrutura nacional da educação e do próprio País, pelos setores sócio-econômico-político-administrativos.

As leis orgânicas das três modalidades de ensino apresentam texto semelhante por evidenciarem praticamente a mesma origem, a mesma época, a mesma mentalidade educacional, as mesmas bases ideológicas, o mesmo ensino profissional voltado para os setores econômicos, o mesmo nível de estudos — 2º grau — os mesmos organizadores, ou seja, as mesmas bases de organização, de regime e de desenvolvimento.

A análise de conteúdo de cada uma das três leis orgânicas é dividida em duas partes para que ela não se apresente repetitiva e elimine as redundâncias causadas pela semelhança de textos.

A primeira parte consta de um paralelo entre as três leis orgânicas, relacionando-as com base na apresentação do texto legal e registrando as idéias e os termos mais significativos, através de resumos. Seguem-se, na medida

do possível, os títulos, capítulos e seções das leis orgânicas. Somente não é mantido o padrão estabelecido, quando há necessidade de evidenciar ligações que não se coadunam com a ordem apresentada pelo texto legal.

O paralelo é iniciado pela Lei Orgânica do Ensino Industrial, seguido pela Lei Orgânica do Ensino Comercial e finalizado pela Lei Orgânica do Ensino Agrícola. A primeira parte recebe a mesma orientação estabelecida pelo capítulo inicial, ou seja, de acordo com as datas de promulgação.

O paralelo tem como objetivo apresentar a descrição ótica geral entre as três leis orgânicas. A esquematização dos itens do texto legal acentua as diferenças e as semelhanças comuns, além das peculiaridades.

O quadro, em primeiro lugar, focaliza as diferenças e as semelhanças entre as três leis em estudo. Ele é dividido em dois itens. O primeiro item consta de diretrizes gerais, cursos de formação e demais cursos. No segundo item, são apresentadas as peculiaridades das Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial e Agrícola. A Lei Orgânica do Ensino Comercial não evidencia inovações em relação às demais.

A segunda parte consta da análise de conteúdo das três leis orgânicas estudadas, de acordo com os itens do paralelo, porém baseando-se no próprio texto legal.

Na segunda parte, inicialmente, é feita a análise das diferenças e semelhanças comuns, atingindo objetivos, bases, princípios e fundamentos gerais, divisões, tipos, articulações, clientela, admissões, programas, administração e demais mecanismos para o funcionamento de cada tipo de curso. E, em seguida, são analisadas as peculiaridades das Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial e Agrícola, tanto das diretrizes gerais, como dos cursos em que são divididos esses ramos de ensino.

A análise de conteúdo é feita de acordo com as alterações registradas na redação oficial do texto das Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial e Comercial até agosto de 1946. Essa medida é adotada porque essa data é a da promulgação da Lei Orgânica do Ensino Agrícola e do limite de promulgação das três leis orgânicas focalizadas. As modificações introduzidas não alteram a essência do texto original. Essas modificações projetam as mesmas tendências e são um produto da política do Estado Novo, além de permitirem evidenciar a evolução, a curto prazo, da política adotada em relação aos ensinos industrial e comercial, não afetando a ideologia educacional desses tipos de ensino.

3.1. Paralelo entre as Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola

3.1.1. *Diretrizes Gerais*

ITENS	LEI ORGÂNICA DO ENSINO INDUSTRIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO COMERCIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO AGRÍCOLA
1) Grau	segundo	segundo	até o segundo
2) Ciclos	1º e 2º	1º e 2º	1º e 2º
3) Objetivo geral	preparação profissional dos trabalhadores da indústria e das atividades artesanais e dos trabalhadores dos transportes, comunicações e da pesca ⁵² .	formar profissionais aptos ao exercício de atividades específicas no comércio e de funções auxiliares de caráter administrativo nos negócios públicos e privados.	preparação dos trabalhadores da agricultura.
4) Atendimento e consequências	<ul style="list-style-type: none"> - aos interesses do trabalhador — preparação profissional e formação humana. - aos interesses da empresa — necessidades crescentes e mutáveis, de suficiente e adequada mão-de-obra. 	não são explicitados.	<ul style="list-style-type: none"> - aos interesses dos que trabalham nos serviços e misteres da vida rural — preparação técnica e formação humana. - aos interesses das propriedades e estabelecimentos agrícolas — necessidades constantes e imutáveis, suficiente e ade

ITENS	LEI ORGÂNICA DO ENSINO INDUSTRIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO COMERCIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO AGRÍCOLA
5) Finalida- des	<p>- aos interesses da Nação - mobilização de eficientes construtores da Economia e Cultura.</p> <p>- formar profissionais aptos aos ofícios e técnicas nas atividades industriais.</p> <p>- dar qualificação profissional aos trabalhadores não diplomados ou habilitados - jovens ou adultos - para aumentar a eficiência e produtividade.</p>	<p>- formar profissionais aptos às atividades específicas no comércio e às funções auxiliares de caráter administrativo nos negócios públicos e privados.</p> <p>- sumária preparação profissional ao exercício das mais simples ou correntes atividades no comércio e na administração.</p>	<p>quada mão-de-obra.</p> <p>- aos interesses da Nação - mobilização de eficientes construtores da Economia e Cultura.</p> <p>- formar profissionais aptos às diferentes modalidades de trabalhos agrícolas.</p> <p>- dar qualificação profissional aos trabalhadores agrícolas não diplomados - jovens e adultos - para aumentar a eficiência e a produtividade.</p>

ITENS	LEI ORGÂNICA DO ENSINO INDUSTRIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO COMERCIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO AGRÍCOLA
	<ul style="list-style-type: none"> - aperfeiçoar ou especializar conhecimentos e capacidades de trabalhadores diplomados ou habilitados. - divulgar conhecimentos de atualidades técnicas. - formar, aperfeiçoar ou especializar professores de determinadas disciplinas próprias desse ensino e administradores de serviços relativos a esse ensino. 	<ul style="list-style-type: none"> - aperfeiçoar conhecimentos e capacidades técnicas de profissionais diplomados. 	<ul style="list-style-type: none"> - aperfeiçoar conhecimentos e capacidades técnicas de trabalhadores agrícolas diplomados. - formar professores de disciplinas próprias desse ensino e administradores de serviços relativos a esse ensino.
6) Princípios	<ul style="list-style-type: none"> - técnicas e ofícios devem ser ensinados e baseados na execução prática e conhecimentos teóricos - ensino prático e ensino teórico apoiar-se-ão um no outro. 	<ul style="list-style-type: none"> - não são explicitados 	<ul style="list-style-type: none"> - técnicas e ofícios devem ser ensinados e baseados na execução prática e conhecimentos teóricos - ensino prático e ensino teórico apoiar-se-ão um no outro.

ITENS	LEI ORGÂNICA DO ENSINO INDUSTRIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO COMERCIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO AGRÍCOLA
	<ul style="list-style-type: none"> - salvaguardar a adaptabilidade profissional futura, evitando a especialização prematura ou excessiva. - disciplinas de cultura geral e práticas educativas nos cursos de formação profissional para acentuar e elevar o valor humano do trabalhador. - conhecimentos técnicos e qualificação profissional convenientes aos trabalhadores. - mesmos direitos de ingresso nos cursos industriais para homens e mulheres, porém para estas só trabalho adequado, sob o ponto de vista de saúde. 		<ul style="list-style-type: none"> - salvaguardar a adaptabilidade profissional futura, evitando a especialização prematura ou excessiva. - estudos de cultura geral e práticas educativas nos cursos de formação profissional para acentuar e elevar o valor humano do trabalhador. - informação científica em todos os cursos para eliminar da agricultura as soluções empíricas inadequadas.

ITENS	LEI ORGÂNICA DO ENSINO INDUSTRIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO COMERCIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO AGRÍCOLA
7) Classificação dos cursos	<p>- Ordinários ou de Formação Profissional: 1º CICLO: industriais, de mestria, artesanais e de aprendizagem; 2º CICLO: técnicos, pedagógicos (didática do ensino industrial e administração do ensino industrial).</p> <p>- Extraordinários ou de Qualificação, Aperfeiçoamento ou Especialização Profissional: de continuação, de aperfeiçoamento e de especialização.</p>	<p>- de Formação: 1º CICLO: comercial básico; 2º CICLO: comercial e propaganda, de administração, de contabilidade, de estatística e de secretariado.</p> <p>- de Continuação ou Práticos de Comércio: 1º CICLO.</p>	<p>- de Formação: 1º CICLO: iniciação agrícola e de mestria agrícola; 2º CICLO: agrícolas técnicos (de agricultura, de horticultura, de práticas veterinárias, de indústrias agrícolas, de laticínios e de mecânica agrícola), agrícolas pedagógicos (de magistério de economia rural, de didática de ensino agrícola, de administração de ensino agrícola).</p> <p>- de Continuação ou Práticos de Agricultura. 1º CICLO.</p>

ITENS	LEI ORGÂNICA DO ENSINO INDUSTRIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO COMERCIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO AGRÍCOLA
8) Objetivos específicos dos cursos	<ul style="list-style-type: none"> - Avulsos ou de Ilustração Profissional ou de Divul<u>ga</u>ção. - Industriais: ensinar, de modo completo, ofício de longa formação. - Mestria: dar formação profissional à função de mestre. - Técnico: ensinar técnicas próprias ao exercício de funções de caráter específico. - Pedagógicos: formar pessoal docente e administrativo peculiares ao <u>en</u>sino. - Continuação: dar qualifi<u>ca</u>ção profissional aos 	<ul style="list-style-type: none"> - de Aperfeiçoamento: 1º e 2º CICLOS. - Comercial Básico: ministrar elementos gerais e fundamentais. - Técnicos: ensinar técnicas próprias ao exercí<u>ci</u>o de funções de caráter especial. - Continuação: dar sumária preparação profissional 	<ul style="list-style-type: none"> - de Aperfeiçoamento: 1º e 2º CICLOS. - Iniciação Agrícola: dar preparação profissional ao trabalho de operário qualificado. - Mestria: dar preparação profissional ao trabalho de mestre. - Técnicos: ensinar técnicas próprias ao exercício de funções de caráter <u>es</u>pecial. - Pedagógicos: formar pessoal docente e administra<u>ti</u>vo peculiares ao ensino. - Continuação: dar sumária preparação às mais sim-

ITENS	LEI ORGÂNICA DO ENSINO INDUSTRIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO COMERCIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO AGRÍCOLA
	<p>jovens e adultos não diplomados ou habilitados.</p> <p>- Aperfeiçoamento: ampliar conhecimentos e capacidades de trabalhadores diplomados ou habilitados, de professores e administradores do ensino industrial.</p> <p>- Especialização: ensinar especialidade definida aos trabalhadores diplomados ou habilitados, aos professores e administradores do ensino industrial.</p> <p>- Artesanais: ensinar ofício de curta formação.</p>	<p>às mais simples ou correntes atividades aos candidatos não diplomados.</p> <p>- Aperfeiçoamento: ampliar ou elevar conhecimentos e capacidades técnicas de profissionais diplomados.</p>	<p>ples e correntes trabalhos aos jovens e adultos não diplomados.</p> <p>- Aperfeiçoamento: ampliar ou elevar conhecimentos e capacidades técnicas de trabalhadores diplomados, de professores e administradores do ensino agrícola.</p>

ITENS	LEI ORGÂNICA DO ENSINO INDUSTRIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO COMERCIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO AGRÍCOLA
	<ul style="list-style-type: none"> - Aprendizagem: ensinar, <u>me</u> todicamente, seu ofício aos aprendizes dos estabelecimentos industriais. - Avulsos: dar conhecimentos de atualidades <u>técni</u> cas aos interessados em geral. 		
9) Duração dos cursos	<ul style="list-style-type: none"> - quatro anos: cursos in- dustriais. - três ou quatro anos: <u>cur</u> sos técnicos. - um, dois, três ou quatro anos: cursos de aprendi- zagem. - dois anos: cursos de <u>mes</u> tria 	<ul style="list-style-type: none"> - quatro anos: curso comer- cial básico. - três anos: cursos <u>técni</u> cos. 	<ul style="list-style-type: none"> - quatro anos: curso de <u>for</u> mação (curso de iniciação agrícola + curso de mes- tria). - três anos: cursos técnicos. - dois anos: cursos de mes- tria e de iniciação agrí- cola.

ITENS	LEI ORGÂNICA DO ENSINO INDUSTRIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO COMERCIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO AGRÍCOLA
10)Tipos de estabelecimentos: manutenção e responsabilidade	- um ou dois anos: cursos artesanais.		- um ou dois anos: cursos pedagógicos.
	- um ano: cursos pedagógicos.		
	- variável: cursos de continuação, de aperfeiçoamento, de especialização e avulsos.	- variável: cursos de continuação e de aperfeiçoamento.	- variável: cursos de continuação(não excedendo a doze meses) e de aperfeiçoamento.
	- Federais: pela União.	- Federais: pela União.	- Federais: pela União.
	- Equiparados: pelos Estados ou Distrito Federal, autorizados pelo Governo Federal.	- Equiparados: pelos Estados ou Distrito Federal, autorizados pelo Governo Federal.	- Equiparados: pelos Estados ou Distrito Federal, autorizados pelo Governo Federal.
	- Reconhecidos: pelos Municípios, ou por pessoa natural, ou pessoa jurídica de direito privado, autorizados pelo Governo Federal.	- Reconhecidos: pelos Municípios, ou por pessoa natural, ou pessoa jurídica de direito privado, autorizados pelo Governo Federal.	- Reconhecidos: pelos Municípios, ou por pessoa natural, ou pessoa jurídica de direito privado, autorizados pelo Governo Federal.

ITENS	LEI ORGÂNICA DO ENSINO INDUSTRIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO COMERCIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO AGRÍCOLA
. rótulos e espécies de cursos que podem ministrar	<ul style="list-style-type: none"> - Técnicos: cursos técnicos, industriais, de <u>mes</u>tria, pedagógicos, de <u>a</u>prendizagem, de <u>continua</u>ção, de <u>aperfeiçoamento</u>, de <u>especialização</u> e <u>avul</u>sos. - Industriais: cursos industriais, de <u>mes</u>tria, <u>pe</u>dagogicos, de <u>a</u>prendizagem, de <u>continuação</u>, de <u>aperfeiçoamento</u>, de <u>espe</u>cialização e <u>avulsos</u>. - Artesanais: cursos artesanais, de <u>a</u>prendizagem, de <u>continuação</u>, de <u>aperfeiçoamento</u>, de <u>especialização</u> e <u>avulsos</u>. 	<ul style="list-style-type: none"> - Técnicos: cursos técnicos, comercial básico, de <u>continuação</u> e de <u>aperfeiçoamento</u>. - Comerciais: curso comercial básico, de <u>continuação</u> e de <u>aperfeiçoamento</u>. 	<ul style="list-style-type: none"> - Agrotécnicos: cursos <u>agro</u>técnicos, de <u>mes</u>tria, de <u>iniciação</u> agrícola, <u>peda</u>gógicos, de <u>continuação</u> e de <u>aperfeiçoamento</u>. - Agrícolas: cursos de <u>mes</u>tria, de <u>iniciação</u> agrícola, de <u>continuação</u> e de <u>a</u>perfeiçoamento. - Iniciação Agrícola: cursos de <u>iniciação</u> agrícola, de <u>continuação</u> e de <u>aperfeiçoamento</u>.

ITENS	LEI ORGÂNICA DO ENSINO INDUSTRIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO COMERCIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO AGRÍCOLA
	- Aprendizagem: cursos de aprendizagem, de continuação, de aperfeiçoamento, de especialização e avulsos.		
11) Equiparação ou reconhecimento dos estabelecimentos de ensino	<p>- Condições: mediante prévia verificação da eficiência imprescindível da organização ou quebra de regime.</p> <p>- Punição: suspensão ou cassação.</p> <p>- Concessão: um ou mais cursos de formação.</p>	<p>- Condições: mediante prévia verificação da eficiência imprescindível da organização ou quebra de regime.</p> <p>- Punição: suspensão ou cassação.</p> <p>- Concessão: um ou mais cursos de formação.</p>	<p>- Condições: mediante prévia verificação da eficiência imprescindível da organização ou quebra de regime.</p> <p>- Punição: suspensão ou cassação.</p> <p>- Concessão: um ou mais cursos de formação.</p> <p>OBS: também seguem essas diretrizes os estabelecimentos federais.</p>

ITENS	LEI ORGÂNICA DO ENSINO INDUSTRIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO COMERCIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO AGRÍCOLA
12)Ministério(s) responsáveis pela inspeção administrativa e orientação pedagógica - demais iniciativas	<p>- da Educação</p> <p>- Demais iniciativas: inscrição de diplomas no registro do Ministério; expedir instruções para regulamentação necessária à execução desta lei orgânica; estudar com os meios econômicos interessados um programa conjunto de caráter nacional para instituição de um sistema geral de estabelecimentos de ensino de diferentes tipos; estabelecer as diretrizes gerais quanto à caracterização das profissões, à determinação dos conhecimentos para a formação profissional de cada mo-</p>	<p>- da Educação</p> <p>- Demais iniciativas: inscrição de diplomas no registro do Ministério; expedir instruções para regulamentação necessária à execução desta lei orgânica.</p>	<p>- da Educação e da Agricultura.</p> <p>- Demais iniciativas: do Ministério da Agricultura: inscrição de diplomas no registro do Ministério; expedir instruções para regulamentação necessária à execução desta lei orgânica; estudar com os governos estaduais, as administrações municipais e os meios agrícolas, interessados em um programa conjunto de caráter funcional para instituição de um sistema geral de escolas agrícolas e de iniciação; estabelecer as diretrizes gerais quanto à caracterização dos conhecimentos para a preparação</p>

ITENS	LEI ORGÂNICA DO ENSINO INDUSTRIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO COMERCIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO AGRÍCOLA
	<p>dalidade de ofício ou técnica, à definição da metodologia própria ao ensino, à organização dos serviços escolares de orientação profissional e outros problemas de ensino.</p>		<p>profissional de cada modalidade de ofício ou técnica, à definição da metodologia própria ao ensino, à organização das atividades escolares de orientação educacional e profissional e outros problemas de ensino.</p>
13) articula - ção com de mais moda- lidades de ensino	<p>- Cursos de formação profissional do ensino industrial entre si.</p> <p>- Do 1º ciclo com o ensino primário.</p> <p>- Dos cursos industriais técnicos com o ensino de 1º ciclo de qualquer ramo de ensino de 2º grau.</p>	<p>- Cursos de formação profissional do ensino comercial entre si.</p> <p>- Do 1º ciclo com o ensino primário.</p> <p>- Dos cursos comerciais técnicos com o ensino secundário e o ensino normal de 1º ciclo.</p>	<p>- Cursos de formação agrícola entre si.</p> <p>- Do curso de iniciação agrícola com o ensino primário.</p> <p>- Dos cursos agrícolas técnicos e de magistério de economia doméstica agrícola com o ensino secundário e o ensino normal de 1º ciclo.</p>

ITENS	LEI ORGÂNICA DO ENSINO INDUSTRIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO COMERCIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO AGRÍCOLA
14) Acesso	<ul style="list-style-type: none"> - Do Curso Artesanal de dois anos pelo menos com a 2.^a série do curso industrial do mesmo ofício (mediante exames vestibulares especiais). - Ao curso do ensino diretamente relacionado para o egresso do curso industrial técnico, uma vez verificada a satisfação das condições de admissão determinadas pela legislação competente. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ao curso do ensino diretamente relacionado para o egresso do curso comercial técnico, uma vez verificada a satisfação das condições de admissão determinadas pela legislação competente. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ao curso do ensino diretamente relacionado para o egresso do curso agrotécnico, uma vez verificada a satisfação das condições de admissão determinadas pela legislação competente.
15) Clientela e condições para ingresso nos cursos (além de provar	<ul style="list-style-type: none"> - Industriais: ter 12 anos completos e ser menor de 17 anos, ter recebido educação primária conveniente⁵³, possuir capacidade física e aptidão mental para os trabalhos escola 	<ul style="list-style-type: none"> - Comercial Básico: ter 11 anos completos ou por completar até 30 de junho, ter recebido educação primária conveniente, ter revelado em exames de admissão, aptidão intelec 	<ul style="list-style-type: none"> - Iniciação Agrícola: ter 12 anos completos, ter recebido educação primária conveniente, possuir capacidade física e aptidão mental para os trabalhos escolares, exame vestibular

ITENS	LEI ORGÂNICA DO ENSINO INDUSTRIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO COMERCIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO AGRÍCOLA
não ser portador de doenças contagio - sas e es - tar vacina <u>do</u>)	<p>res⁵⁴, exame de admissão.</p> <p>- Mestria⁵⁵: concluído curso industrial correspondente ao curso de mestria pretendido, exame de admissão.</p> <p>- Técnicos: ter concluído o 1º ciclo de qualquer ramo de ensino de 2º grau⁵⁶, possuir capacidade física e aptidão mental para os trabalhos escolares, exame de admissão.</p> <p>- Pedagógicos⁵⁷: ter concluído um dos seguintes cursos - mestria, técnico, engenharia ou química</p>	<p>tual para os estudos.</p> <p>- Técnicos: ter concluído o curso comercial básico ou curso de 1º ciclo do ensino secundário ou do normal, facultado a cada estabelecimento a exigência de exame de admissão.</p>	<p>lar.</p> <p>- Mestria: possuir capacidade física para os trabalhos escolares, exame vestibular.</p> <p>- Técnicos e Magistério de Economia Rural Doméstica: ter concluído o curso de mestria agrícola ou o curso de 1º ciclo do ensino secundário ou do ensino normal, possuir capacidade física para os trabalhos escolares, exame vestibular.</p> <p>- Cursos de Didática do Ensino Agrícola e Administração do Ensino Agrícola: ter concluído qualquer dos</p>

ITENS	LEI ORGÂNICA DO ENSINO INDUSTRIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO COMERCIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO AGRÍCOLA
	<p>ca industrial⁵⁸, ter trabalhado em indústria durante três anos no mínimo⁵⁹, exame de admissão.</p> <p>- Administração do Ensino Industrial⁶⁰: ter concluído um dos seguintes cursos: mestria, técnico, engenharia ou química industrial⁶¹, ter trabalhado em indústria durante um ano no mínimo; exame de admissão.</p> <p>- Continuação: ser jovem ou adulto não diplomado ou habilitado.</p> <p>- Aperfeiçoamento e de Especialização: ser trabalhador diplomado ou habilitado, ou professor ou administrador de ensino</p>	<p></p> <p>- Continuação: ser jovem ou adulto.</p> <p>- Aperfeiçoamento: ter concluído curso comercial básico ou técnico comercial.</p>	<p> cursos agrícolas técnicos, possuir capacidade física para os trabalhos escolares, exame vestibular.</p> <p></p> <p>- Continuação: jovens maiores de 16 anos e adultos não diplomados.</p> <p>- Aperfeiçoamento: ter concluído o curso de iniciação agrícola ou de agrícola técnico pedagógico, além de professores, orient</p>

ITENS	LEI ORGÂNICA DO ENSINO INDUSTRIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO COMERCIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO AGRÍCOLA
	<p>industrial.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Artesanais: ter 12 anos, ter recebido suficiente ensino primário. - Aprendizagem: ter preparação primária suficiente, possuir aptidão física e mental necessária, ser aprendiz de indústria. - Avulsos: interessados em geral. 		<p>tadores ou administradores do ensino agrícola.</p>
16) Estrutura dos cursos	<ul style="list-style-type: none"> - Disciplinas de cultura geral e de cultura técnica. - Práticas educativas: Educação Física (até 21 anos), Educação Musical 	<ul style="list-style-type: none"> - Disciplinas de cultura geral e de cultura técnica. - Práticas educativas para os cursos diurnos: Educação Física (até 21 anos), 	<ul style="list-style-type: none"> - Disciplinas de cultura geral e de cultura técnica. - Práticas educativas: Educação Física (até 21 anos), Canto Orfeônico(a-

ITENS	LEI ORGÂNICA DO ENSINO INDUSTRIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO COMERCIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO AGRÍCOLA
	(até 18 anos), Educação Doméstica (sexo feminino), Educação Religiosa (facultativo).	Canto Orfeônico (até 21 anos ⁶²), Instrução Prê-Militar(sexo masculino ⁶³), Ensino Religioso(facultativo); Educação Moral e Cívica(sem programa específico, mas abrangendo atividades e circunstâncias próprias).	tê 18 anos). Ensino Religioso(facultativo), Instrução Moral e Cívica(sem programa específico, mas abrangendo atividades e circunstâncias próprias).
		- Regulamentação especial para definição da estrutura dos cursos com enumeração e seriação das disciplinas e para organização de programas de ensino para as disciplinas e práticas educativas.	- Regulamentação especial para discriminação e seriação das disciplinas substitutivas e para a organização de programas de ensino para essas disciplinas e para as práticas de ensino.
17)Diplomas e certificados dos	- Industriais: diploma de artífice.	- Comercial Básico: diploma de auxiliar de escritório.	- Iniciação Agrícola:diploma de operário agrícola.

ITENS	LEI ORGÂNICA DO ENSINO INDUSTRIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO COMERCIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO AGRÍCOLA
cursos	<ul style="list-style-type: none"> - Mestria Industrial: diploma de mestre industrial. - Técnicos ou Pedagógicos: diploma correspondente à técnica ou ramificação pedagógica. - Continuação, Aperfeiçoamento e Especialização: certificado. - Artesanais, Aprendizagem e outros cursos de formação: certificado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Técnicos: diploma correspondente à técnica. - Continuação e Aperfeiçoamento: certificado com menção da modalidade e extensão dos estudos concluídos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Mestria Agrícola: diploma de mestre agrícola. - Agrícolas Técnicos ou Pedagógicos: diploma correspondente à técnica ou ramificação pedagógica. - Continuação e Aperfeiçoamento: certificado com menção da modalidade e extensão dos estudos concluídos.
18) Administração Escolar	<ul style="list-style-type: none"> - Funções do Diretor: concentrar a administração escolar, eliminar a artificialidade e rotina, promover atividade, realismo e eficiência. 	<ul style="list-style-type: none"> - Funções do Diretor: presidir o funcionamento dos serviços escolares, trabalho dos professores e orientadores, atividades dos alunos e rela- 	<ul style="list-style-type: none"> - Funções do Diretor: presidir o funcionamento dos serviços escolares, trabalho dos professores e orientadores, atividades dos alunos e rela-

ITENS	LEI ORGÂNICA DO ENSINO INDUSTRIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO COMERCIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO AGRÍCOLA
	<ul style="list-style-type: none"> - Organização: própria com as atividades exteriores de natureza econômica. - Facultativo: criação junto ao diretor de um conselho consultivo de pessoas de representação nas atividades econômicas do meio e que coopere na manutenção do contato com as atividades exteriores. - Manutenção: serviços de escrituração e arquivo escolares, serviço de orientação profissional, serviço de vigilância sanitária, períodos especiais de ensino intensi- 	<p>ções da comunidade escolar com a vida exterior.</p>	<p>ções da comunidade escolar com a vida exterior.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Organização: própria com as atividades exteriores de natureza agrícola. - Facultativo: criação junto ao diretor de um conselho consultivo de pessoas de representação nas atividades agrícolas do meio e que coopere na manutenção de contato com as atividades exteriores. - Manutenção: serviços administrativos gerais quanto à organização e funcionamento burocrático, à escrituração escolar, à conservação de edifícios utilizados, e,

ITENS	LEI ORGÂNICA DO ENSINO INDUSTRIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO COMERCIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO AGRÍCOLA
	vo no decurso do ano le- tivo ou férias para cur- sos de aperfeiçoamento e de especialização, matr <u>í</u> cula limitada à capacida <u>d</u> de didática.		à conservação e à ordem do material escolar, tra- balhos escolares e com- plementares, serviço de saúde, períodos especiais no decurso do ano letivo para cursos de aperfei- çoamento e continuação; matr <u>í</u> cula limitada à ca- pacidade didática, provi- mento e frequê <u>n</u> cia do corpo docente, campos ex- perimentais e de demons- tração.
19) Montagem escolar - condições adequadas quanto	- à construção e ao mate- rial escolar ⁶⁴ .	- à construção de edifí- cio(s), material escolar e normas pedagógicas es- tabelecidas pelo Minist <u>é</u> rio de Educação.	- à construção de edifí- cio(s), ao material esco- lar, às exigências do Mi- nist <u>é</u> rio da Agricultura e às normas pedagógicas estabelecidas pelo Minis- t <u>é</u> rio da Educação.

ITENS	LEI ORGÂNICA DO ENSINO INDUSTRIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO COMERCIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO AGRÍCOLA
20)Corpo docen te	<ul style="list-style-type: none"> - Componentes: professores e orientadores. - Requisitos: formação apropriada, prestação de concurso às escolas federais ou equiparadas, inscrição no registro do Ministério da Educação para escolas reconhecidas e para não efetivos das escolas federais ou equiparadas, trabalho em regime de tempo integral para disciplinas de cultura técnica. - Reciclagem através de: cursos de aperfeiçoamento e especialização, estágios em estabelecimentos industriais, bolsas 	<ul style="list-style-type: none"> - Componentes: professores e orientadores. - Requisitos: formação apropriada, prestação de concurso às escolas federais ou equiparadas, inscrição no registro do Ministério da Educação, trabalho em tempo integral para disciplinas de cultura técnica. - Reciclagem promovida pelos poderes públicos através de: cursos de aperfeiçoamento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Componentes: professores e orientadores. - Requisitos: formação apropriada, prestação de concurso às escolas federais ou equiparadas, inscrição no registro do Ministério da Agricultura, trabalho de tempo integral para disciplinas de cultura técnica. - Reciclagem promovida pelos poderes públicos através de: cursos de aperfeiçoamento, estágios especiais em estabeleci-

ITENS	LEI ORGÂNICA DO ENSINO INDUSTRIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO COMERCIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO AGRÍCOLA
	de estudos para viagem ao estrangeiro.		mentos de exploração a- grícola, bolsas de estu- dos para viagem pelo es- trangeiro.
	OBS: facultado a cada professor dispor de um ou mais assistentes.		OBS: facultada a admis- são de professores e t ^{ec} nicos mediante indeniza- ção por hora aula.
21) Regime de estudos	- externato, semi-interna- to e internato.	- de acordo com o regimen- to de cada estabelecimen- to.	- externato, semi-interna- to e internato.
22) Turno das aulas	- diurno ou noturno.	- de acordo com o regimen- to de cada estabelecimen- to.	- não é especificado.
23) Organização e regime	- de acordo com o regimen- to de cada estabelecimen- to, porém submetido à a- provação do Presidente da República pelo Minis- tro da Educação.	- de acordo com o regimen- to de cada estabelecimen- to, porém seguindo a re- gulamentação especial que define a estrutura dos cursos de formação.	- de acordo com o regimen- to de cada estabelecimen- to.

ITENS	LEI ORGÂNICA DO ENSINO INDUSTRIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO COMERCIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO AGRÍCOLA
24) Cooperação entre poderes públicos e círculos interessados - objetivos	- instituir assistência escolar para formação profissional dos candidatos de vocação e para aperfeiçoamento ou especialização dos mais bem dotados sem recursos suficientes.	- instituir serviços e providências assistenciais para formação profissional dos candidatos de vocação e para aperfeiçoamento dos mais bem dotados sem recursos suficientes.	- instituir assistência escolar para formação profissional dos candidatos de vocação e para aperfeiçoamento profissional dos mais bem dotados sem recursos suficientes.
25) Gratuidade em estabelecimentos oficiais de ensino	- principalmente para alunos privados de meios financeiros suficientes.	- para todos os alunos.	- para todos os alunos.
26) Ensino feminino recomendável - prescrições gerais	- destinado à preparação de profissões a que se dediquem principalmente as mulheres.	- não é explicitado.	- adequado à saúde; em mira a natureza da personalidade feminina e do papel da mulher no lar; cursos de formação e continuação, incluindo economia rural doméstica.

3.1.2. Cursos de Formação

ITENS	LEI ORGÂNICA DO ENSINO INDUSTRIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO COMERCIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO AGRÍCOLA
1) Matrícula	<ul style="list-style-type: none"> - Período: trinta dias anteriores ao início do período letivo. - Inicial: de acordo com as condições de admissão. - Em qualquer série que não seja a 1.^a: habilitado na série anterior (mesmo em dependência em uma disciplina de cultura geral). 	<ul style="list-style-type: none"> - Período: trinta dias anteriores ao início do período letivo. - Inicial: de acordo com as condições de admissão. - Em qualquer série que não seja a 1.^a: habilitado na série anterior. 	<ul style="list-style-type: none"> - Período: trinta dias anteriores ao início do período letivo. - Inicial: de acordo com as condições de admissão. - Em qualquer série que não seja a 1.^a: habilitado na série anterior.
2) Período letivo	- de 1 de março a 30 de junho e de 1 de agosto a 30 de novembro; os exames podem realizar-se no decurso das férias.	- de 15 de março a 20 de junho e de 1 de julho a 15 de dezembro; os exames podem realizar-se no decurso das férias ⁶⁵ .	- de 20 de fevereiro a 15 de junho e de 1 de julho a 20 de dezembro; os exames podem realizar-se no decurso das férias.
3) Período semanal de trabalhos escolares	- de 36 a 44 horas (pode restringir-se a 24 horas nos cursos pedagógicos) variando conforme o curso.	- de 18 a 21 horas ⁶⁶ de acordo com o número obrigatório de aulas semanais de cada disciplina.	- de 36 a 44 horas (pode restringir-se a 24 horas nos cursos de didática do ensino agrícola e administração do ensino a-

ITENS	LEI ORGÂNICA DO ENSINO INDUSTRIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO COMERCIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO AGRÍCOLA
4) Trabalhos curriculares	<ul style="list-style-type: none"> - Escolares: exercícios escritos, orais ou práticos, exames de admissão e de suficiência. - Complementares: estágios⁶⁷ e excursões em estabelecimentos industriais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Escolares: lições; exercícios; exames de admissão e de suficiência. - Complementares: excursões em repartições públicas ou estabelecimentos comerciais ou industriais, atividades sociais escolares. 	<p>grícola) de acordo com o número obrigatório de aulas semanais de cada disciplina e de cada prática educativa.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Escolares: lições, exercícios, exames de admissão e de suficiência. - Complementares: estágios e excursões em estabelecimentos de exploração agrícola, atividades sociais escolares.
5) Exames de admissão ou vestibulares - período é disciplinas.	<ul style="list-style-type: none"> - Período: 1.^a quinzena de janeiro. 	<ul style="list-style-type: none"> - Período: dezembro ou fevereiro. - Para a 1.^a série do curso comercial: sobre Português, Matemática, Geografia e História do Brasil⁶⁸. 	<ul style="list-style-type: none"> - Período: 1.^a quinzena de janeiro. - Para a 1.^a série do curso de iniciação agrícola: sobre Português e Matemática.

ITENS	LEI ORGÂNICA DO ENSINO INDUSTRIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO COMERCIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO AGRÍCOLA
6) Exames de suficiência ou escola - res	<ul style="list-style-type: none"> - Tipos: primeiros e finais, além de avaliações mensais. - Primeiros Exames: realizados na 1.^a quinzena de junho, com prova escrita, gráfica ou prática⁷⁰, perante o professor da disciplina. - Exames Finais: de 1.^a época (a partir de 1 de dezembro) e de 2.^a época (últimos 30 dias de férias), com prova escrita, gráfica ou prática e oral (ex 	<ul style="list-style-type: none"> - Para curso comerciais técnicos: disciplinas indicadas pelos próprios estabelecimentos. - Tipos: primeira e segunda provas parciais, finais, além de avaliações mensais. - Provas Parciais: realizadas na 1.^a quinzena de junho e na 2.^a de novembro⁶⁹, com provas escritas ou práticas, perante o professor da disciplina. - Provas Finais: de 1.^a época (a partir de 1 de dezembro) e de 2.^a época (fevereiro), com prova oral ou prática, perante banca examinadora. 	<ul style="list-style-type: none"> - Tipos: primeira e segunda provas parciais, finais, além de avaliações mensais. - Provas Parciais: realizadas no 4º e 8º meses, com provas escritas ou práticas, perante o professor da disciplina. - Provas Finais: de 1.^a época (a partir de 1 de dezembro) e de 2.^a época (últimos 30 dias de férias), com prova oral ou prática, perante banca exami-

ITENS	LEI ORGÂNICA DO ENSINO INDUSTRIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO COMERCIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO AGRÍCOLA
	cluindo desenho e disciplinas práticas) perante banca examinadora.		nadora.
	- Não pode prestar exames finais de 1. ^a época, aluno com: mais de 25% de faltas e médias inferiores a 40 ⁷² .	- Não pode prestar provas finais de 1. ^a época, aluno ⁷¹ com: mais de 25% de faltas nas disciplinas ou mais de 30% nas práticas educativas.	- Não pode prestar provas finais de 1. ^a época, aluno com: mais de 20% de faltas nas disciplinas ou mais de 30% em cada prática educativa, e que, no conjunto das disciplinas, tenha média inferior a três.
	- Pode prestar exames de 2. ^a época, aluno ⁷³ com: menos de 50% de faltas; média inferior a 40 em uma ou duas disciplinas de cultura geral e no de cultura técnica que não exijam prática de ofício ou de laboratório ou no	- Pode prestar provas finais de 2. ^a época, aluno ⁷⁴ que: tenha entre 25 a 50% de faltas nas disciplinas e entre 30 a 60% nas práticas educativas, tenha faltado por motivo de força maior ao exame de 1. ^a época.	- Pode prestar provas finais de 2. ^a época, aluno que: tenha entre 20 e 40% de faltas nas disciplinas, e, entre 30 e 60% de faltas em cada prática educativa; média entre 3 e 5 no grupo de disciplinas de cultura geral

ITENS	LEI ORGÂNICA DO ENSINO INDUSTRIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO COMERCIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO AGRÍCOLA
7) Promoção à série seguinte ou conclusão de curso - condições	grupo dessas disciplinas, porém que não tenha sido reprovado em disciplina prática, tenha faltado por motivo de força maior ao exame de 1. ^a época.		e no de cultura técnica; tenha faltado por motivo de força maior ao exame de 1. ^a época.
	<p>- Limite de notas: 0 a 100.</p> <p>- Média 50 nas disciplinas de cultura geral, de cultura técnica ou de cultura pedagógica; nota final⁷⁵ (média aritmética simples das notas: anual de exercícios escolares, do 1.^o exame e da exame final) mínima de 40 em cada disciplina.</p>	<p>- Limite de notas: 0 a 10.</p> <p>- Média (média aritmética das notas finais das disciplinas) mínima de 5 no grupo de disciplinas de cultura geral e no de cultura técnica; nota final⁷⁶ (média ponderada das notas: anual de exercícios - peso 2 -, da 1.^a parcial - peso 2 -, da 2.^a parcial - peso 3 - e da final - peso 3) mínima de 4 em cada disciplina.</p>	<p>- Limite de notas: 0 a 10.</p> <p>- Média (média aritmética das notas finais das disciplinas) mínima de 5 no grupo de disciplinas de cultura geral e no de cultura técnica; nota final (média ponderada das notas: anual de exercícios - peso 2 -, da 1.^a parcial - peso 2 -, da 2.^a parcial - peso 4 e da final - peso 2) mínima de 4 em cada disciplina.</p>

ITENS	LEI ORGÂNICA DO ENSINO INDUSTRIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO COMERCIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO AGRÍCOLA
8) Serviços de orientação educacional e profissional - objetivos	<ul style="list-style-type: none"> - Educacional: adaptação dos alunos e de seus problemas, além de maior conveniência pedagógica. - Profissional: adaptação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Educacional: para execução satisfatória dos trabalhos escolares dos alunos, quanto à saúde, problemas intelectuais e morais na vida escolar e fora dela. - Profissionais: acerto na escolha ou nas preferências da profissão dos alunos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Educacional: para execução satisfatória dos trabalhos escolares dos alunos, quanto à saúde, problemas intelectuais e morais na vida escolar e fora dela. - Profissionais: acerto na escolha ou nas preferências da profissão dos alunos.
9) Caderneta escolar - objetivo	<ul style="list-style-type: none"> - Não é explicitado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Lançar o histórico desde o ingresso até a conclusão do curso. 	<ul style="list-style-type: none"> - Lançar o histórico desde o ingresso até a conclusão do curso.
10) Transferência de alunos - condições	<ul style="list-style-type: none"> - Permitida entre estabelecimentos de ensino industrial, inclusive estrangeiros (com adaptação do aluno). 	<ul style="list-style-type: none"> - Permitida entre estabelecimentos de ensino comercial, inclusive estrangeiros de reconhecida idoneidade (com adaptação do aluno). 	<ul style="list-style-type: none"> - Permitida entre estabelecimentos de ensino agrícola, inclusive estrangeiros de reconhecida idoneidade (com adaptação do aluno).

3.1.3. Demais Categorias de Curso

ITENS	LEI ORGÂNICA DO ENSINO INDUSTRIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO COMERCIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO AGRÍCOLA
1)Organiza - ção dos cursos	- Artesanais, de aprendiza- gem, de continuação, de aperfeiçoamento, de espe- cialização, avulsos: não é explicitada.	- De continuação, de aper- feiçoamento: de acordo com as condições do meio, financeiras e técnicas.	- De continuação e de aper- feiçoamento: de acordo com as condições do meio, financeiras e técnicas.
2)Trabalhos escolares dos cur- sos	- Artesanais e de aprendi- zagem: aulas, exercícios e exames. - De continuação, de aper- feiçoamento, de especia- lização, avulsos: não são explicitadas.	- De continuação e de aper- feiçoamento: lições, exer- cícios e exames.	- De continuação e de aper- feiçoamento: lições, exer- cícios e exames.
3)Condições para o certifica- do	- Artesanais e de aprendi- zagem: através de fre- quência às aulas e notas nos exercícios e exames.	- De continuação e de aper- feiçoamento: através de frequência às aulas e no- tas nos exercícios e exa- mes.	- De continuação e de aper- feiçoamento: através de frequência às aulas e no- tas nos exercícios e exa- mes.

ITENS	LEI ORGÂNICA DO ENSINO INDUSTRIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO COMERCIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO AGRÍCOLA
4) Outras de- termina- ções para os cursos de aprendi- zagem	<ul style="list-style-type: none"> - De continuação e de aper- feiçoamento, de especia- lização, avulsos: não são explicitadas. - Extensão do curso: aos trabalhadores das indús- trias que não estejam re- cebendo aprendizagem. - Patrocinadores permanen- tes: empregadores das in- dústrias e os poderes pú- blicos. - Tipos de administração: pelo próprio estabeleci- mento industrial ou por serviços (de âmbito local, regional ou nacional) a que se subordinem as es- colas de mais de um esta- belecimento industrial. 		

ITENS	LEI ORGÂNICA DO ENSINO INDUSTRIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO COMERCIAL	LEI ORGÂNICA DO ENSINO AGRÍCOLA
	<ul style="list-style-type: none"> - Localização: próprio estabelecimento industrial ou proximidade. - Horário de aulas: horário normal de trabalho de aprendizes. 		

3.1.4. Peculiaridades da Lei Orgânica do
Ensino Industrial

- Dependência⁷⁷ à série seguinte nos cursos de formação: em uma disciplina de cultura geral, ficando o aluno dispensado da frequência, mas obrigado aos exames.
- "Aluno ouvinte"⁷⁸: aluno inabilitado em disciplina de cultura técnica ou no conjunto de disciplinas de cultura geral ou técnica em conclusão de curso, que se matricula em disciplina ou conjunto delas sem obrigação de regime escolar, salvo quanto aos exames finais.
- Programas de ensino nos cursos de formação: devem conter sumário de matérias, indicação do método e processos pedagógicos adequados, além de periodicamente serem revistos e serem executados na íntegra.
- Observação pedagógica nos cursos industriais durante os primeiros quatro meses de vida escolar: para apreciação da inteligência, aptidões, personalidade do aluno, para auxiliá-lo na adaptação escolar e facilitá-lo na escolha do curso mais adequado à sua capacidade⁷⁹.
- Adaptação no curso técnico durante os primeiros quatro meses de vida escolar, através de: ampliação de disciplinas de cultura geral para alunos provenientes do 1º ciclo do ensino industrial e de cultura técnica, principalmente disciplinas práticas e desenho, para os demais cursos.

3.1.5. Peculiaridades da Lei Orgânica do
Ensino Agrícola

- Ensino primário destinado aos candidatos das escolas de iniciação agrícola: para adolescentes anal

fabetos ou que não receberam ensino primário de modo satisfatório.

- Regime de exceção para conclusão do curso de iniciação agrícola para maiores de 17 anos: através de exames de suficiência especiais e independente do regime escolar, exames constam de uma prova escrita e uma oral para cada disciplina de cultura geral e uma prova prática para cada disciplina de cultura prática constitutivas do curso de iniciação agrícola estendendo no que é aplicável aos preceitos dos exames de suficiência do curso, com os mesmos direitos de diploma.
- Educação agrícola circunvizinha: estender influência educativa às propriedades agrícolas circunvizinhas através de ensinamentos aos trabalhos habituais ou de matéria de economia rural doméstica e despertar interesse pelo ensino agrícola entre a população rural, além de compreensão de seus objetivos e feitos.

3.2. Análise de Conteúdo das Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola

3.2.1. Diretrizes gerais

As Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola representam a primeira tentativa de integrar, respectivamente, os ensinos industrial, comercial e agrícola à estrutura educacional brasileira, organizando e definindo a posição desses ensinos ao nível de segundo grau, em dois ciclos.

O primeiro ciclo oferece os elementos gerais fundamentais e o segundo se volta para os quesitos técnicos

e/ou pedagógicos.

O primeiro grau é incluído na Lei Orgânica do Ensino Agrícola, ao ficar estabelecido o ensino primário em um dos seus cursos.

Os ensinos industrial, comercial e agrícola perdem o caráter estanque e ganham novos rumos. Começa a surgir uma nova mentalidade para as atividades econômicas primárias, secundárias e terciárias, originando maior aceitação e atração no tocante ao ensino profissional.

O dispositivo legal estabelece como objetivo geral a preparação profissional dos trabalhadores de suas atividades.

O ensino industrial de segundo grau não se restringe às atividades secundárias; são incluídos os setores de transportes, comunicações e pesca. Esse tipo de ensino passa a incluir as demais áreas econômicas, ou seja, transportes e comunicações correspondente à área terciária, enquanto pesca é rotulada como primária.

O ensino industrial, também, inclui as atividades artesanais. Ao serem determinados os cursos artesanais, ou é preservado o artesanato como função complementar ou inicial das atividades fabris, ou há uma contradição em relação ao momento do processo de industrialização que atravessa o País ao ser mantida uma característica que é tentada ser ultrapassada pelo próprio ensino industrial.

A Lei Orgânica do Ensino Comercial estabelece como objetivo geral, a formação profissional relativa às atividades específicas do comércio e às funções administrativas, como é evidenciado pelos rótulos dos cursos técnicos de Comércio e Propaganda, de Administração, de Contabilidade, de Estatística e de Secretariado. As atividades comerciais são as "específicas", enquanto que as funções administrativas se restringem às "auxiliares".

A Lei Orgânica do Ensino Comercial é a única que evidencia o setor público em seu objetivo geral, apesar de a tradição da estrutura educacional do País apontar a iniciativa privada como a principal responsável por essa modalidade de ensino. Os cursos do ensino comercial apresentam baixo custo operacional e se constituem nos mais requisitados do ensino profissional, como propedêutico ao nível superior, com uma clientela de maior recurso financeiro e menor desejo de formação técnica ao nível médio. Por outro lado, o setor público federal e/ou estadual é a principal entidade mantenedora do ensino agrícola, o que é motivado pelo baixo padrão de renda da clientela.

O ensino industrial não isenta o setor público, porém, no período imediatamente anterior à promulgação de sua lei orgânica ele está voltado para a Confederação Nacional das Indústrias, mantida pelos próprios estabelecimentos industriais, através do Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários - SENAI.

Os objetivos das Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola apresentam-se explícitos, porém a Lei Orgânica do Ensino Agrícola cita apenas a preparação de trabalhadores da agricultura e exclui as demais atividades do setor primário. Não são mencionados, explicitamente os ensinos pastoril, pesqueiro (quem o explicita é a Lei Orgânica do Ensino Industrial) e de extrativismo mineral, animal e vegetal. O setor pastoril é o único que, implicitamente, recebe certo cuidado ao ficarem determinados dois dos sete cursos agrotécnicos - cursos de Zootecnia e o de Práticas Veterinárias.

Entre os interesses estabelecidos pelas Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial e Agrícola estão os de atender aos trabalhadores, às propriedades ou aos estabelecimentos e à Nação. Os legisladores partem do aspecto humano, buscando a preparação profissional através da preocupação com as necessidades particulares do indivíduo; passando ao

aspecto social, buscando a preparação da força de trabalho para a empresa e dos elementos indispensáveis à construção da economia e da cultura para a coletividade.

Os promotores das leis orgânicas estabelecem a harmonia entre duas correntes filosóficas tradicionais da educação, ou seja, caracterizam concomitantemente o ensino profissional através de duas finalidades — individual e social.

É a primeira vez que a legislação do ensino profissional brasileiro realça os fins sociais do ensino, sendo que os interesses dos trabalhadores estão patrocinados em primeiro plano, além de ser o único dos três — interesses do trabalhador, da empresa e da Nação — a ter discriminado especificamente suas finalidades.

A preocupação dos legisladores com a formação humana é reafirmada textualmente e evidencia outro aspecto, ou seja, a preparação técnica dos trabalhadores atinge os interesses das propriedades ou estabelecimentos.

Pela Lei Orgânica do Ensino Agrícola fica explícita a importância em atender os que trabalham nos serviços e misteres da vida agrícola. Os autores da legislação se mostram realistas no tocante a não tentar atrair outros tipos de clientela, ou seja, não há a preocupação em atingir aos habitantes da cidade para essa modalidade de ensino, ao nível que a lei se propõe — até o segundo grau. Pelas condições brasileiras, se a Lei Orgânica do Ensino Agrícola se voltasse para o ensino superior, ela atingiria principalmente aos cidadãos.

O item em que são ressaltados os interesses das propriedades ou estabelecimentos especifica as necessidades crescentes e (i)mutáveis da formação de mão-de-obra. Crescentes, porque a indústria e a agricultura necessitam constantemente de mão-de-obra especializada para atender ao contínuo crescimento, inovações e aberturas de novas áreas das atividades econômicas. Mutáveis, para os legisla

dores do ensino industrial, porque o setor relativo a essa modalidade de ensino está voltado para o complexo mundo da tecnologia e especialização. Imutáveis, para o ensino agrícola, porque as necessidades de mão-de-obra do setor primário tendem a crescer, sem perspectivas de regressão ou recessos, mesmo sem se apresentar com a complexidade e a dinamização do setor industrial.

Os legisladores buscam atingir o papel fundamental da escola técnico-profissional, ou seja, a preparação e a adequação da mão-de-obra, para atender às necessidades básicas das empresas através da formação compatível do pessoal técnico com as necessidades dos estabelecimentos. As atividades dos ensinos industrial, comercial e agrícola passam a ter que se ajustar e adaptar à dinâmica das atividades empresariais.

Os promotores das Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial e Agrícola não se voltam apenas para o incremento da economia, mas também para a cultura brasileira, ao ficar determinada que *"a mobilização de eficientes construtores de sua economia e cultura"*. A conexão estabelecida entre os ensinos industrial e agrícola e os interesses econômicos e culturais da Nação segue a linha da "ideologia" nacionalista do período estudado.

As Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola posicionam suas finalidades em quatro estratos, respectivamente: "formação profissional propriamente dita", "qualificação profissional aos não diplomados", "aperfeiçoamento e/ou especialização aos não diplomados" e/ou "formação de professores de disciplinas próprias e administradores de serviços relativos aos seus ensinos". A Lei Orgânica do Ensino Comercial não estabelece esse último estrato. Cada estrato é atingido por ciclos e curso distintos em que estão divididos os três ramos de ensino.

Os variados cursos técnicos do curso de formação do segundo ciclo do segundo grau visam a "formação profissional propriamente dita", propiciando diversas modalida-

des de especializações, por exemplo, o ensino agrícola se apresenta com sete cursos e o comercial com cinco.

A finalidade dos cursos de primeiro ciclo do curso de formação e dos cursos de continuação é a "qualificação aos não diplomados", evidenciando o cuidado com a maior eficiência e produtividade. A clientela dos ensinos industrial e agrícola destes cursos não se restringe aos jovens, estende-se aos adultos não diplomados.

A formação profissional é especificada pela legislação para atender ao objetivo geral de cada ensino. O ensino industrial é o único que não determina, entre suas finalidades, os ensinos das atividades artesanais, e, muito menos, os setores de transportes, comunicações e pesca⁸⁰.

A qualificação profissional ou sumária preparação profissional está entre as finalidades, formalizando a preocupação dos legisladores com a qualidade da produção ao proporcionar aos não diplomados condições de exercerem as atividades mais imediatas e correntes.

O "aperfeiçoamento e/ou especialização dos diplomados" é outra tônica das três leis orgânicas. Essa finalidade evidencia o cuidado dos legisladores em relação às crescentes inovações dos setores econômicos e à necessidade de atualizar os já diplomados para dinamizarem seus "conhecimentos e capacidades".

A Lei Orgânica do Ensino Industrial explicita outra finalidade, que é "*divulgar conhecimentos de atualidades técnicas*". Essas atualidades, porém, podem estar ao nível de formação, qualificação, aperfeiçoamento ou especialização, porque a lei orgânica não especifica a que tipo de clientela dirige os cursos.

A finalidade "*formação de professores de disciplinas próprias e administradores de serviços relativos aos seus ensinos*" é atingida pelos cursos pedagógicos dos ensinos industrial e agrícola. Há a preocupação de se estabele

cer a estrutura de cada um dos tipos de ensino profissional através da formação de pessoal especializado para dar prosseguimento e concretizar os objetivos estabelecidos.

Ao não serem citados os professores de disciplinas de cultura geral e os de práticas educativas, a lei formaliza a diferenciação em relação ao corpo docente, dividindo-o em professores de disciplinas especializadas e demais. Os demais professores não são discriminados pelos promotores da legislação por existirem cursos de formação pedagógica voltados para as disciplinas de cultura geral, enquanto que os professores de disciplinas específicas, por suas peculiaridades, necessitam de maior atenção, ou seja, além de terem de possuir formação pedagógica, necessitam de ajustamentos, tanto da cultura técnica resultante das novas condições estabelecidas pelas leis orgânicas, quanto dos constantes movimentos de renovação e modernização em seus setores. Além desses aspectos qualitativos, ainda existe o dimensionamento quantitativo em relação às necessidades presentes e futuras do mercado de trabalho para os profissionais desses ramos de ensino.

O cuidado dos legisladores recai, também, no pessoal administrativo para as modalidades de ensino profissional especializado porque requerem conhecimentos e competência para as diversas funções e serviços a serem exercidos.

As Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial e Agrícola especificam alguns princípios gerais de ensino que evidenciam: preocupação com os ensinos prático e teórico através da execução prática e de conhecimentos teóricos exatos, adaptabilidade profissional dos educandos e de especialização, acentuação e elevação do valor humano através dos ensinos técnico, de cultura geral e de práticas educativas, informação científica através de processos racionais de trabalho, e igualdade de direitos para o ingresso aos cursos industriais de ambos os sexos.

O primeiro e último dos princípios mencionados acima não se dirigem especificamente a nenhum dos tipos de cursos, possibilitando a conclusão de que abrangem os cursos de formação, de continuação, de aperfeiçoamento e/ou avulsos, os segundo e terceiro princípios se dirigem aos cursos de formação, enquanto que o quarto está voltado principalmente para os cursos de continuação.

O ensino técnico e o ensino prático são ressaltados nos próprios cursos profissionais. Destacam-se, tanto as técnicas e os ofícios com os seus processos de execução prática como os seus respectivos conhecimentos teóricos. Mesmo que os ensinos industrial e agrícola se apresentem e minentemente de cunho prático, a mentalidade dos legisladores não os restringe ao ensino prático. Pela conexão estabelecida há a formalização da necessidade de que a clientela atinja à compreensão dos usos, aplicações e técnicas desenvolvidas e executadas nas atividades da agricultura.

Através do princípio de adaptabilidade profissional para o curso de formação, evidencia-se a preocupação de se querer evitar a especialização prematura ou excessiva dos futuros operários, mestres e técnicos.

Ao serem especificadas, pela primeira vez, as qualificações e as especializações futuras dos educados dos ensinos industrial, comercial e agrícola, verifica-se que: ao se evitar a especialização prematura, a legislação se dirige aos mestres e técnicos, porque estes devem receber especialização mais prolongada e condizente com os cargos pretendidos e, ao se evitar a especialização excessiva, a legislação se dirige aos operários e/ou artífices, porque, se esses recebem especialização excessiva, deixam de ser operários industriais ou rurais, passando à categoria de mestre ou de técnico. Há a necessidade de se assegurar a formação das três categorias e em números proporcionais às necessidades do País.

Ainda, entre os princípios gerais das Leis Orgâni

cas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola, há o cui dado de se acentuar o valor humano do educando, além da formação profissional.

A determinação da educação geral, englobando as disciplinas de cultura geral e as práticas educativas, for maliza a preocupação dos promotores das leis orgânicas de considerar o educando como ser humano e cidadão consciente — presente ou futuro — desenvolvendo sua inteligência ge ral, enquanto que as disciplinas de cultura técnica corres pondem ao treinamento do exercício de funções específicas, considerando o aluno como profissional capaz, desenvolvendo suas oportunidades e capacidades.

A educação geral e a técnica, segundo a legisla-
ção, têm que buscar uma relação equilibrada de interdepen-
dência, além de se complementarem. Essa busca de equilíbrio
pretendida pelos legisladores se explica porque a educação
técnica é um produto da cultura, enquanto a educação geral
é decorrente da era de especialização e da civilização tec
nológica.

Ainda entre os princípios gerais e dando prosse-
guimento a linha de interligação entre os ensinos técnico
e prático, é determinada a necessidade de informação cien-
tífica em todos os cursos dos ensinos industrial e agríco-
la. Essa determinação atinge explicitamente os cursos de
rápida duração e a clientela menos especializada — cursos
de continuação.

As permissões de co-educação e co-instrução não
são claramente determinadas pelas três leis orgânicas estu
dadas. Há, somente, a preocupação dos legisladores em rela-
ção à frequência dos dois sexos às aulas, com tratamentos
distintos⁸¹. A Lei Orgânica do Ensino Industrial estabele-
ce, entre seus princípios, os mesmos direitos assegurados
em seus cursos de ingresso para ambos os sexos. A Lei Orgâ-
nica do Ensino Comercial não discrimina o ensino do sexo

feminino, ou seja, assegura os mesmos direitos a ambos os sexos. O ensino agrícola apresenta um título — Título V — próprio ao ensino do sexo feminino — "Do Ensino Agrícola Feminino" — estabelecendo um padrão de profissionalização diferenciado por sexo.

O ensino comercial é o único dos três ramos de ensino que não faz distinção de sexo, porque apresenta certa tradição em ser dirigido aos dois sexos, mormente para o curso de formação de segundo ciclo — curso de Secretariado, enquanto que os ensinos industrial e agrícola, desde o período imperial, estão voltados principalmente para a frequência masculina.

As prescrições gerais estabelecidas pelas leis orgânicas para a estruturação do ensino feminino são focalizadas adiante.

A linha adotada pelas Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola para os princípios gerais reflete a necessidade de: adequar e nivelar os ramos de ensino⁸² em relação à especialização, dar estruturação geral aos ramos de ensino e buscar novas respostas para o setor específico a ser atingido pelos ensinos.

As Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola esquematizam os seus cursos de formação, de continuação e de aperfeiçoamento em dois ciclos. A esquematização evidencia a preocupação em relação à pluralidade de ocupações das áreas econômicas. O primeiro ciclo é o fundamental e o outro, técnico e/ou pedagógico.

Os ensinos industrial, comercial e agrícola, também são seccionados em categorias de cursos, de acordo com as exigências de níveis, objetivos e identificações de conhecimentos e capacidades técnicas específicas, ou seja, em cursos de formação, de continuação e de aperfeiçoamento.

As Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comer-

cial e Agrícola estabelecem duas linhas prioritárias para o primeiro ciclo. O primeiro ciclo mantém a mesma formação básica geral e fundamental do ensino primário e forma com esse o tronco comum. A outra linha é a de sondagem de vocações e preparo de atividades profissionais menos complexas. Essas duas linhas conjugadas tentam evitar o artificialismo e evidenciar o sentido prático e significativo que os legisladores pretendem atribuir a esse ciclo, mediante cursos de um a quatro anos.

O primeiro ciclo é caracterizado pelas leis orgânicas como pré-profissional, antecipando as técnicas e fornecendo diploma que habilita a determinada função — artífice, auxiliar de escritório, operário, mestre ou artesão. A principal finalidade estabelecida para o primeiro ciclo, porém, é fornecer contato com a cultura geral, de modo extensivo e pouco aprofundado, ampliando os horizontes da clientela em relação aos conhecimentos humanísticos, sem afastá-lo da tecnologia pela sobrecarga de cultura acadêmica.

As necessidades profissionais das áreas econômicas estabelecidas pelos legisladores levam o segundo ciclo a uma linha de diferenciação.

O segundo ciclo é dirigido a preparação do aluno para a sociedade, variando de um a três anos. O ensino industrial é o único que não apresenta um rol de cursos de formação de segundo ciclo, apenas distingue-os em técnicos e pedagógicos, enquanto que os ensinos comercial e agrícola têm discriminados os seus cursos.

O segundo ciclo se caracteriza pela dosagem equilibrada entre cultura e técnica, conduzindo a clientela ao aprimoramento de uma técnica, sem se afastar da cultura humanística.

Os cursos de formação são os que recebem maior atenção do texto legal. O objetivo, como o próprio rótulo especifica, é a formação profissional aos mais diversos ti

pos de ocupações e qualificações, desde operários, mestres, técnicos, até o corpo docente e administrativo. São os mais longos cursos, variando de um a sete anos.

As demais categorias de cursos — de continuação, de aperfeiçoamento, de especialização e avulsos — apresentam-se como práticos e/ou de qualificação para uma clientela mais diversificada, ou seja, os não diplomados e diplomados que buscam a ampliação de seus conhecimentos e capacidades. O preceito legal não especifica os mesmos detalhes estabelecidos para os cursos de formação, evidenciando que não representam a principal preocupação dos legisladores.

Os cursos de formação de primeiro ciclo recebem para os três tipos de ensino determinações precisas. O ensino industrial é o ensino que apresenta maior número de subdivisões para esses cursos e é o único que não tem subdivisões para os cursos de formação de segundo ciclo.

Os cursos de formação de primeiro ciclo do ensino industrial — curso industrial, de mestria, artesanais e de aprendizagem — apresentam-se com diferentes objetivos e durações. Desses cursos o de aprendizagem é o que se posiciona em uma linha totalmente específica, principalmente em relação à clientela, aos objetivos e às situações de trabalho. Esse tipo de curso em nada se assemelha aos cursos dos ensinos agrícola e comercial.

O limite mínimo da faixa etária de ingresso aos cursos estabelecidos pelas três leis orgânicas do ensino profissional focalizadas não apresenta distorções acentuadas em relação ao ensino secundário acadêmico, sendo que a Lei Orgânica do Ensino Comercial apresenta a mesma idade mínima de ingresso estabelecida pela Lei Orgânica do Ensino Secundário. Essas duas leis orgânicas determinam que o limite mínimo seja de onze anos completos ou a completar até o último dia do primeiro semestre, enquanto que as Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial e Agrícola estendem

por mais um ano, ou seja, até doze anos completos.

O curso de mestria⁸³ industrial, de duração de dois anos, é o prolongamento do curso industrial. O egresso do curso de mestria é o que apresenta maior número de anos de estudos — seis anos — ao nível de primeiro ciclo, enquanto que se seguisse diretamente um dos cursos técnicos — nível de segundo ciclo — bastaria cursar mais um ano letivo e obteria diploma de técnico de segundo ciclo e estaria em outra faixa profissional hierárquica. O estabelecimento do curso de mestria com longa duração evidencia que os legisladores consideram que para exercer o cargo de mestre — comandar o operariado — é preciso maior maturidade e maior especialização.

Além do curso industrial de longa duração, são criados os cursos artesanais de curta duração. O curso industrial tem como objetivo dar a formação de um ofício especializado, enquanto os cursos artesanais⁸⁴ estão voltados para ofícios semi-especializados de curta duração. Os legisladores tentam criar opções para evitar a evasão escolar, com cursos de menor duração para facilitar a conclusão dos estudos e a obtenção de uma especialização, mesmo dentro de uma faixa etária — a partir de doze anos — jovem.

O curso de aprendizagem do ensino industrial está voltado à uma clientela especial, ou seja, a jovens que trabalham. O preceito legal estabelece um tipo especial de ensino para dar oportunidade de formação profissional ao numeroso contingente de trabalhadores sem especialização.

A criação de cursos de aprendizagem de longa faixa de duração de tempo — de um a quatro anos — evidencia a preocupação em atender às necessidades de cada ofício e da própria clientela que trabalha. O texto legal tenta induzir a clientela para estes cursos estabelecendo o atrativo de não descontar do salário o horário de estudos do aprendiz.

Os cursos de aprendizagem estabelecidos pela Lei Orgânica do Ensino Industrial coincidem com o objetivo do órgão — Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários — SENAI — criado na semana anterior à promulgação dessa lei orgânica.

O ensino comercial é o único dos três tipos que apresenta apenas um curso de formação de primeiro ciclo — comercial básico. Esse curso segue a mesma linha de orientação — evidenciando em seus objetivos a necessidade de formação geral, além da formação específica — e de duração do curso industrial. A não apresentação das peculiaridades do ensino industrial e da tradição do ensino comercial faz com que o curso Comercial Básico tenha uma clientela garantida e numerosa. Os legisladores não precisam apresentar opções de cursos para contornar o problema de evasão escolar e dos que trabalham, como é o caso do ensino industrial.

O curso de formação de primeiro ciclo do ensino agrícola consta de cursos de iniciação agrícola e de mes-tria agrícola, um complementando o outro. O seccionamento do primeiro ciclo desse ensino em dois cursos, em que cada um tem a duração de dois anos, evidencia a preocupação em tentar diminuir a tendência de evasão escolar do meio rural. A Lei Orgânica do Ensino Agrícola estabelece a oportunidade dos educandos de, pelo menos, obterem a terminalidade de em curso de somente dois anos, ou então prosseguirem nos estudos.

Os cursos de continuação são dirigidos aos jovens maiores e adultos não diplomados, clientela que não teve condições, em idade adequada, de obter uma qualificação. A mentalidade seguida é a de dar preparação de ofícios, técnicas ou processos usuais e recomendáveis ao setor a que se destinam. A Lei Orgânica tem o cuidado de estabelecer o limite — doze meses — de duração desses cursos, evidenciando que o objetivo é a pequena preparação, não sendo necessário alongar o curso.

Os cursos de continuação formalizam a linha seguida pelo texto legal de evitar que toda a população obtenha formação ou especialização, apenas preparam parte dessa para as atividades mais simples e correntes.

O dispositivo legal tem o cuidado de distinguir o documento oferecido ao término dos cursos de continuação e o dos cursos de formação. Os egressos desses cursos têm assegurado diploma, enquanto daqueles cursos recebem certificado com menção da matéria estudada.

Verifica-se que o texto legal estabelece condições para que os cursos de continuação possam se voltar para as necessidades da clientela e da região em que estão inseridos, através de: falta de especificação dos tipos de cursos de continuação que podem ser ministrados; determinação de que eles tenham que se apresentar práticos, de formação simples e imediata e de acordo com as condições que exigem o meio e ausência de discriminação dos tipos de disciplinas que devem ser ministradas, ou se somente disciplinas de cultura técnica, ou se devem ser incluídas as de cultura geral e as práticas educativas.

Os cursos de aperfeiçoamento são destinados aos egressos dos cursos de formação de primeiro ciclo dos ensinos comercial e agrícola, respectivamente, dos cursos comercial básico e de iniciação agrícola. Para frequentar esses cursos o texto legal discrimina uma clientela mais selecionada, evidenciando o cuidado de ampliar e elevar os conhecimentos e capacidades técnicas, de acordo com as necessidades da clientela e região⁸⁵. Os cursos de segundo ciclo atingem melhor esse objetivo, porque apresentam condições de diversificar sua clientela.

O preceito legal não se preocupa em determinar o tempo limite de duração e a estrutura dos cursos de aperfeiçoamento ao nível de primeiro ciclo, apenas fica estabelecido que devem variar com seus objetivos e disciplina(s)

a ser(em) ministrada(s).

Cada um dos cursos de formação do segundo ciclo — técnicos e pedagógicos^{8 6} -- compreende diferentes cursos e atende a diferentes especializações dos setores econômicos, desde técnicas próprias, até formação de pessoal administrativo e docente de disciplinas peculiares aos seus ensinamentos.

As duas modalidades introduzidas pelo dispositivo legal são imprescindíveis aos setores econômicos e respectivos ensinamentos. Os técnicos passam a ser nas empresas os elementos de ligação entre os não especializados e os especializados. Os professores especializados e os administradores de ensino permitem um adequado funcionamento do ensino profissional.

Os cursos industriais técnicos não apresentam subdivisões, o mesmo não acontece com os cursos industriais pedagógicos. O texto legal é preciso em relação às discriminações dos objetivos de ambos os cursos, aqueles ensinam técnicas próprias ao exercício de funções de caráter específico e estes formam pessoal administrativo e docente. A Lei Orgânica do Ensino Industrial, ao não determinar as subdivisões desses cursos, evidencia a possibilidade de formação de cursos, dependendo das necessidades das indústrias, da evolução tecnológica industrial e da própria região em que estão inseridos os cursos. Eles também, não têm sua duração determinada com precisão, variando em três ou quatro anos, de acordo com as possibilidades citadas anteriormente.

A Lei Orgânica do Ensino Industrial é a única das três leis orgânicas que estabelece abertura a seus cursos de receberem candidatos de todos os cursos de ensino médio de primeiro ciclo. Ao egresso dos cursos industriais de primeiro ciclo que pretenda prosseguir em seus estudos, não é permitido a mesma articulação oferecida aos demais, ou seja, só tem permissão de ingressar em um dos cursos técni

cos industriais. Esses problemas de articulação e acesso voltam a ser focalizados adiante.

Os cursos pedagógicos do ensino industrial estão voltados para os egressos do primeiro (do curso de mestria industrial) e do segundo (dos cursos industriais técnicos) ciclos e os de nível superior (dos cursos de engenharia e química industrial). A diversificação da clientela evidencia o cuidado dos promotores da legislação com a formação do corpo docente de disciplinas próprias ao curso industrial, tanto ao nível de primeiro ciclo, como de segundo ciclo.

A Lei Orgânica do Ensino Industrial é a única das três leis orgânicas que discrimina para seu corpo docente os egressos de nível superior.

Outro item a ser ressaltado no ensino industrial é o que o curso de mestria industrial é equiparado — para efeito de ingresso aos cursos industriais pedagógicos — aos cursos industriais técnicos. Verifica-se que a equiparação é baseada na proximidade de anos de estudos — curso de mestria (seis anos) e cursos pedagógicos (sete anos) — e de serem cursos posteriores ao curso industrial de primeiro ciclo.

O ensino agrícola, também, possui cursos pedagógicos. A Lei Orgânica do Ensino Agrícola, porém, não abre perspectiva a diferentes tipos de formação de sua clientela, apenas permite como candidato o egresso de cursos agrícolas técnicos.

O curso de formação do segundo ciclo do ensino comercial se subdivide em cinco. Três deles — Comercial e Propaganda, de Contabilidade e de Estatística — estão voltados para atender a um dos objetivos gerais do ensino, ou seja, para formar profissionais de atividades específicas do comércio. Os outros dois — Administração e de Secretariado — para atender ao objetivo geral, ou seja, para for-

mar profissionais de funções auxiliares de caráter administrativo. Três das subdivisões — Comercial e Propaganda, Administração e de Secretariado — estão em um nível mais geral, enquanto que as outras duas — Contabilidade e Estatística — estão em um nível mais instrumental.

A Lei Orgânica do Ensino Comercial é a outra lei que permite certa articulação com dois outros ramos de ensino médio, ao estabelecer que a clientela dos cursos comerciais técnicos não fique restrita aos egressos do curso comercial de primeiro ciclo, tendo assegurado o seu ingresso nos cursos industriais técnicos.

Os cursos de formação de segundo ciclo do ensino agrícola apresentam cursos técnicos, que pela lei orgânica são subdivididos em sete: de Agricultura, de Horticultura, de Zootecnia, de Práticas Veterinárias, de Indústrias Agrícolas e de Laticínios e de Mecânica Agrícola. Por essa ordem de apresentação verifica-se a preocupação dos promotores da legislação, primeiramente, com a atividade agrícola, depois com a pecuária e com a indústria agrícola e, por fim, com a manutenção desses setores. As atividades agrícolas se relacionam com os dois primeiros cursos, ou seja, o de Agricultura e o de Horticultura, a pecuária com os cursos de Zootecnia e o de Práticas Veterinárias, a atividade industrial agrícola com os cursos de Indústrias Agrícolas e de Laticínios, e a manutenção dessas atividades com o curso de Mecânica Agrícola.

Outros cursos agrotécnicos são indispensáveis em certas áreas rurais brasileiras, para atender às necessidades das atividades locais, tais como: o de Avicultura, o de Silvicultura, o de Sericultura, o de Viticultura, etc.

Os cursos agrícolas pedagógicos se dividem em três. Dois são específicos em disciplinas de cultura técnica — cursos de Magistério de Economia Rural Doméstica e o de Didática do Ensino Agrícola — e são os únicos a assegurar a licenciatura. O outro curso — Administração do Ensino Agrí

cola — é o único curso pedagógico a discriminar o diploma de técnico.

O curso de Magistério de Economia Rural Doméstica, por ser determinado para lecionar em curso de primeiro ciclo, tem uma clientela de egressos de primeiro ciclo, tanto do curso de mestria agrícola, como de outros ensinos — primeiro ciclo do ensino secundário e primeiro ciclo do ensino normal. Basta completar dois anos de estudos, após o primeiro ciclo, que é possível lecionar para esse ciclo. O mesmo acontece com o segundo ciclo, ou seja, para fazer parte do corpo docente de disciplinas técnicas de segundo ciclo do ensino agrícola, basta completar um dos cursos de formação de segundo ciclo desse tipo de ensino e cursar mais um ano o curso de Didática do Ensino Agrícola.

Seguindo a linha dos cursos de segundo ciclo, são criados os cursos de aperfeiçoamento que mantêm as mesmas diretrizes dos cursos de aperfeiçoamento de primeiro ciclo.

Os cursos de aperfeiçoamento de segundo ciclo dos ensinos industrial e comercial se entendem aos egressos dos cursos de formação de primeiro e segundo ciclos, incluindo o corpo docente das diferentes modalidades de ensino. A diversificação da clientela desses cursos formaliza o cuidado dos legisladores em atrair pessoal especializado de diversos setores, direcionando-os para conhecimentos das atividades agrícolas.

O texto legal não determina o tempo de duração dos cursos de aperfeiçoamento do segundo ciclo, evidenciando a preocupação com a adequação do objetivo imediato do curso, da clientela, dos recursos e do setor econômico que está voltada a região.

O ensino industrial é o único dos três ramos de ensino que mantém cursos de especialização e avulsos. Os cursos de especialização são colocados no mesmo nível dos cursos de continuação e de aperfeiçoamento, ou seja, a ní-

vel de curso extraordinário. Pelo próprio rótulo, porém, os cursos de especialização têm objetivos mais atuantes do que os de continuação e de aperfeiçoamento, mormente os do ensino industrial, por causa da necessidade de constantes especializações do setor secundário.

Os cursos avulsos do ensino industrial, também, chamados de ilustração profissional ou de divulgação, não recebem o mesmo tratamento dos demais cursos. Estão isolados na classificação adotada pelo texto legal. O objetivo e a clientela apresentam-se em direção ampla e não são determinados a duração e os demais critérios de funcionabilidade do curso.

Dos tipos de cursos em que são estruturados os três ramos de ensino, é o de formação o único que tem suas modalidades estabelecidas em níveis de primeiro e segundo ciclos, além desses cursos terem discriminados: estruturas, divisões e distribuição de tempo, aulas, disciplinas e práticas educativas, trabalhos curriculares, admissão aos cursos, exames vestibulares e de suficiência matrícula, transferência, e serviços de orientação educacional e/ou profissional.

A lei, de acordo com a escolarização, estabelece uma hierarquia de tipos de estabelecimentos de ensino, variando conforme os cursos a serem ministrados. Parte-se de estabelecimentos de primeiro ciclo parcial (exceto o ensino comercial), de primeiro ciclo completo e de segundo ciclo completo. Os estabelecimentos de primeiro ciclo parcial dos ensinos industrial e agrícola são, respectivamente, artesanais, de aprendizagem, e, de iniciação agrícola. Os de primeiro ciclo completo dos três ramos de ensino têm seus respectivos rótulos — industriais, comerciais e agrícolas. Os de segundo ciclo completo dos três ramos são rotulados de técnicos.

As escolas artesanais, de aprendizagem e de iniciação agrícola são as menos complexas. As escolas artesa-

naís podem ministrar cursos artesanais e de aprendizagem, enquanto que as escolas de aprendizagem e as de iniciação agrícola, os cursos do mesmo rótulo. As escolas de iniciação agrícola podem possuir cursos de continuação e de aperfeiçoamento, ao nível de primeiro ciclo. As escolas artesanais e de aprendizagem do ensino industrial podem ter cursos de aprendizagem e avulsos.

Prosseguindo com a hierarquia, encontram-se as escolas industriais, comerciais e agrícolas que podem ministrar seus respectivos cursos de primeiro ciclo, além de incluir cursos de continuação e aperfeiçoamento ao nível de primeiro ciclo. As escolas industriais podem ministrar cursos de especialização e avulsos de primeiro ciclo, além de cursos pedagógicos de segundo ciclo.

As escolas mais complexas são as técnicas, porque tanto podem ministrar quaisquer cursos de formação de primeiro e segundo ciclos, como os de continuação e de aperfeiçoamento, além das escolas industriais técnicas terem cursos de especialização e avulsos. As escolas técnicas industriais e agrícolas são as únicas que podem ministrar cursos de continuação e de aperfeiçoamento para professores e administradores dos seus respectivos ramos de ensino.

A estipulação da hierarquia de tipos de estabelecimento de ensino é demonstração, de um modo geral, da linha de detalhamento adotada pelas leis orgânicas. e essa hierarquia, baseada na escolarização, demonstra que os legisladores se preocupam com a possibilidade de que certas áreas rurais e urbanas de pequenos recursos, tenham condições de, pelo menos, possuírem escolas de cursos de rápida duração — de primeiro ciclo parcial ou completo, de continuação e de aperfeiçoamento — e/ou disponham de corpo docente e administrativo de menor preparo e especialização.

A especificação de que somente as escolas agrotécnicas possam ministrar cursos agrícolas pedagógicos, vem confirmar a pouca especialização do corpo docente do ensi-

no agrícola, porque esses estabelecimentos de ensino estão apenas ao nível de segundo ciclo. O pessoal docente e administrativo do ensino agrícola não precisa cursar o nível superior. A situação estabelecida pelos legisladores do ensino industrial ainda é mais precária, porque até as escolas industriais ao nível de primeiro ciclo podem ministrar cursos pedagógicos industriais, ou seja, o pessoal docente e administrativo desse ensino pode ter unicamente formação de primeiro ciclo.

Ainda dentre o item dos tipos de estabelecimentos, o texto legal determina de acordo com a manutenção e responsabilidades, o seguinte critério administrativo: estabelecimentos federais (União), equiparados (Estados e Distrito Federal) e reconhecidos (Municípios, ou pessoa natural ou jurídica de direito privado). Pela hierarquia estabelecida, verifica-se que não são apenas os poderes públicos os responsáveis pelas três modalidades de ensino, também é possível a livre iniciativa particular.

Os estabelecimentos que não são mantidos pelos poderes públicos, têm que ser autorizados⁸⁷ pelo Governo Federal, mesmo os mantidos pelos Estados, Distrito Federal ou Municípios. Essa medida burocrática de subordinação⁸⁸ dos Estados, Distrito Federal ou Municípios ao Governo Federal evidencia a preocupação dos promotores das leis orgânicas de manterem o elo de centralização do aparelho de Estado em relação ao ensino das três modalidades, em consonância à política educacional autoritária.

Os legisladores discriminam as orientações que os Ministérios da Educação e/ou da Agricultura devem fornecer aos ensinos. O ensino agrícola é o único dos três ensinos que está vinculado, através de orientação técnica, ao ministério do próprio setor econômico — Ministério da Agricultura — além de receber orientação pedagógica do Ministério da Educação, enquanto que os ensinos comercial e industrial não se ligam ao ministério — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — dessas duas atividades econômicas,

apenas recebem orientação pedagógica e administrativa do Ministério da Educação.

O preceito legal tem o cuidado de explicitar os critérios de organização, regime e funcionamento para a obtenção de equiparação ou reconhecimento de cada curso específico de formação, porém não há referências para os cursos de continuação, de aperfeiçoamento, de especialização e avulsos do ensino industrial. As linhas de detalhamento, em geral, e de centralização didático-administrativa são mantidas.

Os legisladores determinam que os diplomas expedidos pelos três ramos de ensino têm que receber inscrição no registro dos respectivos Ministérios a que estão vinculados. Essa determinação estabelece pela primeira vez a preocupação de padronização dos diplomas de todo o País para o ensino profissional. Passa a existir a possibilidade de mais fácil controle estatístico do mercado de trabalho para os setores econômicos e, talvez, a partir desses dados, a lei leva aos estabelecimentos federais a chance de adequar seus cursos às necessidades do mercado regional em que estão inseridos, além de reforçar a dependência pedagógica em relação aos Ministérios de Educação e a dependência técnica ao Ministério da Agricultura (ensino agrícola).

Outra iniciativa ligada aos três ramos de ensino e aos Ministérios da Educação e/ou Agricultura é que esses têm que expedir instruções para regulamentar a execução das respectivas leis orgânicas. Os legisladores explicitam que os Ministérios devem manter a mesma linha estabelecida pelas leis orgânicas, garantindo a continuidade de padronização iniciada por essas. Reforça-se, mais uma vez, a dimensão administrativa dada a esses ministérios.

Pelas Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial e Agrícola ficam determinadas outras iniciativas ligadas respectivamente aos Ministérios da Educação e/ou da Agricultura. Esses ministérios têm que estudar um programa conjunto com

os meios econômicos — para o ensino industrial — e com os meios agrícolas — para o ensino agrícola — interessados em instituir um sistema geral de estabelecimentos de ensino de diferentes tipos. Há o cuidado de determinar que o sistema de ensino seja de caráter nacional, com auxílio de diferentes meios interessados — econômicos ou agrícolas — que devem estar situados em diferentes regiões do País.

Para o ensino agrícola, poder-se-ia pensar que os programas teriam caráter regional, porque a agricultura apresenta peculiaridades regionais marcantes. É reforçado, porém, o caráter nacional, quando estabelecido que o sistema de estabelecimentos de ensino deve ser geral. Só seria possível estabelecer o caráter regional, se o programa e o sistema determinassem alguns itens de uniformização e permitissem outros itens singulares em relação à abrangência das regiões, atividades e ensinos.

Pelo texto legal as diretrizes gerais que os Ministérios da Educação e da Agricultura têm que traçar para os ensinos, respectivamente, industrial e agrícola, são no tocante aos problemas de determinação profissional e de ensino, ou seja, quanto à caracterização das profissões, à determinação de conhecimentos para a formação profissional de cada modalidade de ofício ou de técnica, à definição da metodologia própria ao ensino, à organização dos serviços escolares de orientação profissional. Esses problemas estão relacionados entre si, porque os ensinos industrial e agrícola pertencem à área profissional e a formação profissional é feita através do ensino.

As diretrizes gerais a serem estabelecidas pelos Ministérios da Educação e da Agricultura têm que se fundamentar nas numerosas profissões e modalidades de ofícios e técnicas dos setores industrial e agrícola. É necessária a caracterização dessas profissões, ofícios e técnicas para que seja possível estabelecer os conhecimentos para os seus ensinos, mormente através da definição de metodologia própria a esses ensinos e do serviço de orientação profissio-

nal. Os legisladores ao determinarem essas indicações de diretrizes, evidenciam a preocupação em atingir a um atendimento adequado do mercado de trabalho a que estão vinculados os setores econômicos.

A dependência dos ensinos comercial e agrícola em relação aos Ministérios da Educação e/ou Agricultura é mantida, inclusive, na montagem escolar. A construção de edifício(s) escolar(es) requer critérios específicos para atender aos objetivos que são ministrados em cada curso. Esses critérios não podem ser fixos e inflexíveis para todo o País mas devem seguir as necessidades locais, regionais e nacionais e a tecnologia avançada. Esses critérios são importantes, principalmente para os estabelecimentos mantidos pela iniciativa privada, para que não estejam unicamente de acordo com os interesses dos donos e sim para atender à clientela.

Os variados aspectos dos ensinos industrial, comercial e agrícola de dependência em relação aos Ministérios da Educação e/ou Agricultura reforçam a "política educacional autoritária" do Estado Novo.

Outro item importante que o texto legal apresenta como inovação para esses tipos de ensino é a determinação de alguns padrões para a articulação entre os ensinos industrial, comercial e agrícola e deles com outras modalidades de ensino. Essas determinações não atingem a unificação dos segmentos da estrutura educacional e evidenciam o dualismo educacional no País.

A articulação só pode ser processada dentro do próprio curso de formação de cada ramo de ensino dos três setores e é abordada pelos legisladores como necessidade de seguir a vocação e capacidade da clientela. A pequena flexibilidade entre os próprios ramos do ensino profissional e o ensino secundário é reafirmada e praticamente só existe articulação dentro de cada ensino e, mesmo assim, aos níveis de primeiro e segundo ciclos, porque o acesso

ao ensino superior dentro dos próprios ensinos é muito restrito. O acesso ao ensino superior é possibilitado, apenas, em relação ao diplomado de um dos cursos técnicos com o curso de ensino superior diretamente relacionado⁸⁸ ao curso técnico concluído, ou seja, só pode ingressar no ensino de terceiro grau diretamente ligado ao de segundo.

A articulação ao nível de segundo grau se apresenta em uma linha um pouco menos restrita do que a do ensino superior, porque os três ramos de ensino têm articulação com seus cursos técnicos, além dos próprios cursos dos ensinos de primeiro e segundo ciclos se articularem com os ensinos secundário e normal de primeiro ciclo.

Os cursos industriais técnicos estão articulados a outros ramos do ensino profissional — ensinos comercial e agrícola — de nível de primeiro ciclo. O ensino industrial é o que apresenta maior abertura em relação aos cursos técnicos, mas é o que menos oferece alternativas em possibilitar a seus alunos oportunidade de ingressar em outros ensinos, portanto a recíproca não se processa com o ensino industrial.

A articulação dos cursos pedagógicos dos ensinos industrial e agrícola é restrita aos cursos dos próprios ensinos, apenas o ensino agrícola em um dos seus três cursos pedagógicos — curso de Magistério de Economia Rural — pode articular-se com o ensino secundário e o ensino normal de primeiro ciclo.

Ao nível de primeiro ciclo, a única articulação permitida é dentro do ensino industrial e de cursos obrigatoriamente do mesmo ofício, ou seja, o curso artesanal de dois anos articula-se com a segunda série do curso industrial. Essa articulação é permitida somente ao curso artesanal de dois anos, ou seja, o aluno deve estudar dois anos para poder ter condições de ingressar na segunda série do curso industrial, tendo um ano de estudos a mais do que os novos colegas. Evidencia-se desperdício de tempo do educan

do, além de desperdício em relação ao ensino industrial. O texto legal ao especificar o número de anos do curso artesanal e da série do curso industrial, evidencia a falta de articulação com outras séries do curso industrial, mesmo que o curso artesanal tenha maior número de anos.

Ainda a nível de primeiro ciclo, as três modalidades de ensino recebem permissão para se articularem com o ensino primário e com o curso de iniciação do ensino agrícola, ou seja, os cursos de mestria industrial e agrícola somente podem articular-se com os cursos industrial ou de iniciação agrícola.

Mesmo que tenham sido restritas as chances de articulação desses ensinos com os demais, inclusive com os próprios ramos de ensino profissional, é a primeira vez que a legislação educacional se preocupa com esse assunto e começa a apresentar maior flexibilidade na articulação do ensino em geral.

O ensino secundário não é mais o exclusivo caminho para o curso superior. O leque de alternativas começa a se formar para os egressos do ensino primário, com as mesmas perspectivas para o ingresso no curso ginásial do ensino secundário ou nos cursos de primeiro ciclo de um dos ensino profissional, porque esses cursos passam a apresentar o mesmo nivelamento. São iniciados novos caminhos para a formação de um sistema geral de ensino brasileiro, apesar de ainda persistirem entraves e pouca elasticidade na escolha a ser seguida pelo aluno.

As Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola estabelecem inúmeros critérios para o ingresso de candidatos aos cursos de formação de seus ensinos, enquanto que a única condição exigida ao ingresso nos cursos de continuação, de aperfeiçoamento e/ou especialização e avulsos é o nível de instrução e a consequente qualificação profissional.

Para a admissão em cada curso de formação são determinados os critérios imprescindíveis a todos os cursos e outros específicos a cada curso. Para todos os cursos é imprescindível a apresentação de prova de que o candidato não é portador de doença contagiosa e de atestado de vacina. Esse critério evidencia que os ensinos industrial, comercial e agrícola estão de acordo com os padrões vigentes e obrigatórios de saúde pública e a orientação estabelecida pelo aparelho estatal em relação à parte física do indivíduo. Essa orientação é focalizada adiante.

O exame de admissão é outro critério obrigatório para os cursos de formação de primeiro e segundo ciclos, com exceção dos cursos artesanais e de aprendizagem do ensino industrial e facultativo aos cursos comerciais técnicos. Esse entrave estabelecido pelo texto legal das três modalidades de ensino evidencia a tradicional mentalidade elitista através da seletividade.

Os legisladores não conseguem esconder, nem apresentam solução para o problema de seletividade. A maior demanda da educação em relação à oferta de escolas existia no ensino profissional e persiste com as leis orgânicas. O preceito legal, apenas, oficializa esse problema em relação ao ensino profissional.

Ainda dentre os critérios imprescindíveis, é estipulado o nível mínimo e adequado de instrução para os candidatos aos cursos de formação de primeiro e segundo ciclos. O critério foi analisado anteriormente.

Entre os critérios específicos aos cursos de formação básica de primeiro ciclo dos ensinos industrial, comercial e agrícola, tem-se o limite mínimo de idade — entre onze e doze anos. Esse critério foi analisado anteriormente.

As leis orgânicas estabelecem como exigência a demonstração de aptidão mental⁹⁰ para os trabalhos escolares

aos candidatos aos cursos de formação básicos de primeiro ciclo das três modalidades de ensino e aos cursos de aprendizagem e técnicos do ensino industrial. As três modalidades do ensino profissional passam a receber candidatos aptos mentalmente, rejeitando os que não apresentam índices de aptidão. Com essa medida, talvez, seja possível a extinção da herança do ensino profissional de estar voltado para a recuperação dos menos aptos.

O curso comercial básico é o único dos três que tem determinado especificamente como proceder, através do exame de admissão, para verificar o tipo de aptidão do candidato. O texto legal se volta para a adequação das provas de admissão com métodos psicotécnicos, porque os cursos de primeiro ciclo são de iniciação da formação profissional.

Além da preocupação mental com o corpo humano, surge um outro tipo de preocupação em relação aos candidatos para o ingresso nos cursos industriais, de aprendizagem e técnicos do ensino industrial e nos cursos de iniciação, mestria e técnicos do ensino agrícola. Evidencia-se a preocupação com a parte física do candidato, ao ser determinada a necessidade de provar capacidade física para os trabalhos escolares. A preocupação com a parte física é acentuada com o critério de o candidato provar não ser portador de doença contagiosa e estar vacinado.

Seguindo a mesma linha adotada para o critério de aptidão mental, também, não é estabelecida a condição para avaliar o grau necessário de capacidade física dos candidatos, ou através de provas físicas nos exames de admissão, ou de atestado médico.

Para os cursos pedagógicos industriais, ainda é estabelecido um critério específico, o de comprovação de tempo de experiência anterior em indústria. O tempo de experiência estipulado é de três anos para o curso de Didática do Ensino Industrial e, para o curso de Administração do Ensino Industrial, a experiência exigida é de um ano. O en

sino industrial é o único dos três que apresenta essa inovação, mesmo tendo o ensino agrícola sua lei orgânica promulgada posteriormente à do ensino industrial não estabelece esse critério para os seus cursos pedagógicos.

Os legisladores estabelecem maior prazo de experiência para o curso de Didática do Ensino Industrial, evidenciando a necessidade do corpo docente desse tipo de ensino ter trabalhado, ou estar trabalhando, no setor que leciona. Além de adquirir condições didáticas para lecionar, é preciso conhecer a realidade industrial. É menor o prazo para o curso de Administração do Ensino Industrial, porque o corpo administrativo não lida diretamente com o corpo discente, porém necessita conhecer a realidade do setor para dirigir o ensino industrial.

Os cursos de aprendizagem do ensino industrial apresentam um quesito especial para seus candidatos: o de ser aprendiz de indústria. Esses tipos de cursos apresentam características próprias. Pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 5091 de 15 de janeiro de 1942, é considerado aprendiz: *"o trabalhador menor de dezoito anos e maior de quatorze, sujeito à formação metódica do ofício em que exerce o seu trabalho"*. Aprendiz é enquadrado pela faixa etária (menor de idade), experiência atual (trabalhar em indústria) e falta de especialização (necessitar aprendizagem para ofício que exerce).

A estruturação dos cursos das três modalidades de ensino estabelecida pelo dispositivo legal constitui-se em disciplinas de cultura geral, de cultura técnica e de práticas educativas, variando de acordo com os cursos, ensinos e Constituição vigente.

O estabelecimento de disciplinas de cultura geral no ensino profissional sempre foi tema para muitos debates. Há a corrente que defende o ensino geral, baseando-se no pensamento de que se o profissional adquirir cultura geral, terá maiores opções de adaptação profissional através de

novas técnicas que surgem e evitar-se-ã o perigo da super-especialização. A outra corrente defende a necessidade do ensino profissional ser eminentemente prático, voltando-se apenas para o treinamento especializado, sem corresponder às especulações puramente intelectuais. As leis optam pelo equilíbrio entre os dois pensamentos e instituem disciplinas de cultura geral e de cultura técnica, sendo o segundo ciclo predominantemente profissional.

Os legisladores têm a preocupação de especificar a criação posterior às leis orgânicas de uma regulamentação especial para definir a estrutura, as disciplinas e as práticas educativas. Por essa regulamentação são determinadas a enumeração e a seriação das disciplinas e a organização de programas para as disciplinas e práticas educativas. Pela determinação da regulamentação especial verifica-se que o texto legal não se volta para problemas didáticos específicos, principalmente em relação às disciplinas. É necessário o estabelecimento de novo preceito legal para as disciplinas, enquanto as leis orgânicas se detêm mais nas práticas educativas.

Os cursos têm obrigatoriedade de ministrarem disciplinas de cultura geral, com exceção dos cursos pedagógicos de Didática do Ensino Agrícola e o de Didática do Ensino Agrícola⁹¹. Essa exceção é determinada pelos legisladores, porque esses dois cursos apresentam duração rápida — um ano — e uma clientela que completou anteriormente um dos cursos agrotécnicos e estudou disciplinas de cultura geral.

O cuidado demonstrado pelo dispositivo legal em relação à educação geral para os cursos profissionais foi analisado anteriormente. Se bem que é preciso reforçar que a educação geral permite absorver mais rapidamente as técnicas especializadas, ou seja, a educação geral é necessária para a consolidação da estrutura profissional do Brasil.

As disciplinas de cultura técnica estão presentes nos cursos de formação de contingentes de mão-de-obra. Essas disciplinas foram analisadas anteriormente. É necessário ressaltar que a preparação de recursos humanos exige programas em constante evolução, compatíveis com os perfis profissionais nacionais, regionais e locais, de acordo com as técnicas de trabalho e com a demanda do mercado de emprego.

Além das disciplinas de cultura geral e técnica, as práticas educativas são determinadas em todos os cursos. As práticas educativas são inspiradas no modelo fascista italiano, além do ensino religioso, também se prende à força do Movimento Católico Leigo.

Algumas práticas educativas são obrigatórias em relação à faixa etária ou ao sexo, uma delas se apresenta facultativa e outra sem programa específico. No tocante à faixa etária, as práticas educativas obrigatórias para os cursos são: Educação Física — até vinte e um anos, Educação Musical ou Canto Orfeônico — respectivamente até dezoito e vinte e um anos. No tocante ao sexo, o ensino industrial passa a ministrar a Educação Doméstica e no ensino comercial a Instrução Pré-Militar para o sexo masculino. O Ensino Religioso é facultativo. A Educação Moral e Cívica não recebe programa específico para os ensinos comercial e agrícola.

A Educação Física é determinada pela Constituição vigente — 1937 — e representa a manutenção da linha de uma das preocupações do texto legal dos três ramos de ensino, ou seja, preocupação com o aspecto físico. Esse aspecto foi analisado anteriormente, porém, convém ressaltar os três critérios legislados para o ingresso aos cursos e ligados à essa preocupação: comprovação de não ser portador de doença contagiosa, estar vacinado e ter capacidade para os trabalhos físicos. Dentro de um regime autoritário, com tendências nacionalistas, a Educação Física torna-se um

instrumento importante, juntamente com a Instrução Prê-Militar, que também é estabelecida pela Constituição do Estado Novo e adotada pela Lei Orgânica do Ensino Comercial.

A Instrução Prê-Militar e a Educação Física estão inseridas nos objetivos da Juventude Brasileira — preparação prê-militar e de Educação Física. Com o regime de exceção do País, a preocupação com a Educação Militar é marcante e se consolida no ensino profissional. As circunstâncias bélicas mundiais reforçam essa preocupação.

Juventude Brasileira é uma entidade de caráter nacionalista, criada no período estudado, de curta duração. A entidade é citada pela Lei Orgânica do Ensino Industrial, enquanto as Leis Orgânicas dos Ensinos Comercial e Agrícola não a colocam em evidência. A Lei Orgânica do Ensino Industrial torna obrigatório o funcionamento do Centro Cívico da Juventude Brasileira nas escolas artesanais do ensino industrial.

O ensino industrial é o único a não ter estabelecido entre as práticas educativas a Educação Moral e Cívica — também um dos objetivos da Juventude Brasileira — apenas é abordada a Educação Cívica para os cursos artesanais, com a criação dos centros cívicos.

A Educação Moral e Cívica⁹² é a única das práticas educativas a não ter caracterização dentro da carga horária dos ensinos comercial e agrícola. Os legisladores determinam que ela abranja as atividades e as circunstâncias do dia a dia escolar. A falta de uma programação específica e a abrangência geral na vida escolar do educando, evidencia que a Educação Moral e Cívica é um dos canais utilizados para a propaganda dos ideais nacionalistas e para a manutenção da estrutura estabelecida.

As leis orgânicas passam a adotar a Educação Musical e/ou Canto Orfeônico, tanto para o ensino secundário, como para o profissional. É mais uma das práticas educati-

vas que caracterizam o contexto ufanista e nacionalista do País e ajudam a conservá-lo e, segundo Lauro de Oliveira Lima⁹³, devem-se basear nas BDM.

Educação Religiosa é a única prática educativa que não tem programa e regime didático fixados pela regulamentação especial a entrar em vigor e estabelecida pelos Ministérios da Educação — para os ensinos industrial e comercial — e da Agricultura — para o ensino agrícola, e sim, pelas autoridades eclesiásticas. Educação Religiosa é uma tradição mantida, desde a época do Império, por causa da ligação entre Estado e Igreja, e retomada pelo Estado Novo, como prática educativa facultativa aos estabelecimentos de ensino profissional e aos responsáveis pelos alunos.

As leis orgânicas não especificam se é possível ministrar aulas de mais de um tipo de religião por estabelecimento de ensino. Também não é determinado que tipo de formação é necessário para os professores dessa prática, se apenas a formação religiosa, ou formação didática, ou ambas. Também não é estabelecido, se as autoridades eclesiásticas são ao nível regional, estadual ou nacional.

O ensino industrial adota a Educação Doméstica para o sexo feminino, velho hábito germânico das "*Arbeitschule*", e que corrobora com a mentalidade de manter a "missão da mulher no lar" e representando uma das inspirações do fascismo italiano.

Pelo ensino agrícola, também, o sexo feminino tem exclusividade em uma das disciplinas de cultura técnica — Economia Rural Doméstica. Essa disciplina tem como objetivo "a natureza da personalidade feminina", conservando no ensino profissional um aspecto dualista da educação — educação masculina x educação feminina. Essa mentalidade dualista é reforçada pelo texto legal através da distinção de ensino masculino e de ensino feminino, como é analisado adiante.

As Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola tem o cuidado de determinar a qualificação dos diplomas e certificados a serem expedidos pelos seus cursos. Os cursos de formação dos dois ciclos fornecem diplomas ao nível de primeiro ciclo — operário ou auxiliares e mestres — e de segundo ciclo — técnicos ou ramificações pedagógicas — aos egressos, com exceção aos cursos artesanais e de aprendizagem, do ensino industrial. E os demais cursos — continuação, aperfeiçoamento, especialização e avulsos — fornecem certificados.

Os legisladores evidenciam a preocupação em estabelecer validade nacional aos diplomas e certificados conferidos, através do registro nos Ministérios da Educação ou da Agricultura. Esse cuidado proporciona elementos para elaboração de estatísticas referentes à oferta de mão-de-obra especializada. Seguindo a mesma linha de diplomas e certificados expedidos no território nacional, a legislação garante a revalidação de diplomas de estabelecimentos estrangeiros, apenas não são especificados o local e as condições da revalidação.

O texto legal se preocupa em manter a mesma padronização geral da administração educacional em seus ramos de ensino profissional através da especificação das funções de direção, de organização e de manutenção, de acordo com a "política educacional autoritária" do período.

A inovação determinada em relação à administração dos estabelecimentos dos ensinos comercial e agrícola, mas de acordo com as características do ensino profissional, é o relacionamento com a vida exterior à escola.

Os meios exteriores, também, devem manter cooperação com os Ministérios da Educação e/ou da Agricultura através da organização de um programa conjunto para a instituição do sistema geral das diferentes modalidades de ensino. Esse item foi analisado anteriormente.

O contato com as atividades exteriores é reforçado pelos quesitos: "função do diretor", "organização da administração escolar" e "criação junto ao diretor de um conselho consultivo"⁹⁴. O cuidado dos legisladores em relação à vida exterior evidencia que o ensino profissional tem que se voltar para: as constantes necessidades dos mercados e mão-de-obra locais, regionais e nacionais e a evolução tecnológica, através da flexibilidade e integração permanente das tendências, aspirações e interesses da comunidade a que serve. O ambiente escolar passa a ser aberto a profissionais atuantes, possibilitando entrosamento das experiências e técnicas com a didática apropriada.

É determinado, também, a cooperação financeira que os meios econômicos, comerciais e agrícolas devem manter com os poderes públicos. A necessidade de ajuda dos círculos interessados evidencia a insuficiente rede de estabelecimentos oficiais de ensino e, para preencher essa lacuna, a legislação recorre ao auxílio da iniciativa particular.

O dispositivo legal determina que a cooperação financeira entre os círculos interessados e os poderes públicos deve ser realizada através da assistência escolar a candidatos de vocação e mais bem dotados, porém sem recursos financeiros. A legislação não delimita se os círculos que mantêm essa ajuda se beneficiam com a futura mão-de-obra dos alunos favorecidos, ou se recebem em troca facilidades fiscais.

Entre as atividades da administração escolar consta nos três textos legais: a manutenção de serviços de praxe, tanto administrativos e burocráticos, como didáticos. Os serviços⁹⁵ abrangem desde a escrituração e arquivamento escolares, matrícula, conservação e ordem do material escolar, vigilância sanitária, até a manutenção de cursos de continuação e aperfeiçoamento, trabalhos escolares e complementares no período letivo e de férias e provimento e

frequência do corpo docente. Para o ensino agrícola é acrescentada a manutenção de campos experimentais e de demonstração.

Os serviços de escrituração e arquivamento escolares constituem a principal preocupação burocrática das administrações escolares, porque mantêm o elo entre presente, passado e futuro. Escrituração e arquivamento permitem que os demais serviços burocráticos e didáticos sejam mantidos perfeitamente. A determinação de número exato para matrículas de cada curso mantido pelo estabelecimento, os tipos de cursos que devem ser ministrados, os tipos de trabalhos escolares e complementares que devem ser exigidos, a conservação e a ordem do material escolar, etc., são decorrências dos serviços de escrituração e arquivamento.

É determinado que a administração deva ter cuidado com a lotação do estabelecimento de acordo com a sua capacidade didática e conservação e ordem do material escolares. Verifica-se que esses itens são legislados porque o estabelecimento de ensino profissional, para manter um serviço adequado, não pode exceder a capacidade de suas salas ambientais e tem que conservar e manter em ordem a dispendiosa aparelhagem.

A vigilância sanitária é outro item abordado pela legislação. A manutenção adequada da higiene escolar, através de um serviço de saúde está ligada, principalmente, à preocupação pela parte física dos alunos, acentuada anteriormente. Não são determinados o órgão responsável e a necessidade ou não de pessoal especializado para a manutenção do serviço.

Do rol supra de serviços não consta atribuição diferente do que normalmente é estabelecido para esse tipo de atividades. Somente a Lei Orgânica do Ensino Agrícola determina a manutenção de campos experimentais e de demonstração que é característico dessa modalidade de ensino profissional.

Os campos experimentais e de demonstração não se restringem ao ambiente escolar. Há intrínseca permissão para que eles possam ser mantidos através de lucros oriundos de sua produção, fazendo com que os administradores mantenham serviços específicos para controlar e administrar esses campos.

Um dos pontos obscuros da legislação é em relação à responsabilidade do provimento do corpo docente dos estabelecimentos mantidos pelos poderes públicos. O texto legal determina que essa responsabilidade recaia sobre a administração escolar, porém assegura ao aluno desses estabelecimentos a gratuidade de seus estudos, ou seja, o provimento deveria ficar a cargo dos poderes públicos que mantêm os estabelecimentos e não da administração escolar do próprio estabelecimento.

Outros pontos obscuros da legislação são a respeito dos critérios a serem adotados pela administração escolar dos estabelecimentos públicos em relação à manutenção da frequência regular do corpo docente e a sua demissão. É abordado, apenas, o mecanismo de admissão — prestação de concurso — dos professores e orientadores desses estabelecimentos.

A legislação expressa cuidado com requisitos, formação e reciclagem dos corpos docente e administrativo dos ensinos industrial e agrícola. As exigências básicas determinadas têm o objetivo de estabelecer a padronização desses ramos de ensino e incrementar quantitativa e qualitativamente os corpos docente e administrativo, através do desenvolvimento e revigoração dentro dos próprios processos e dinâmica. É permitido recorrer à comunidade (nacional ou internacional) e recrutar seus elementos mais expressivos ou disponíveis.

O recrutamento de profissionais para os ensinos industrial, comercial e agrícola leva a outro problema, ou seja, à falta de adequada didática. Para minimizar esse

problema são criados os cursos pedagógicos e de reciclagem.

Para o ensino industrial é criado o curso de Didática e a clientela pode-se constituir de egressos dos cursos de mestría, técnico, engenharia ou química industrial, além de ter experiência mínima de três anos em indústria. Para o ensino agrícola são criados os cursos de Magistério de Economia Rural e o de Didática, e a clientela é composta de egressos dos cursos, respectivamente, de mestría agrícola ou dos de primeiro ciclo dos ensinos secundário ou normal e de técnico agrícola. A Lei Orgânica do Ensino Comercial não discrimina cursos pedagógicos.

Pela clientela dos cursos pedagógicos dos ensinos industrial e agrícola, verifica-se que os professores de disciplinas técnicas podem ter formação de primeiro ciclo — cursos de mestría ou o primeiro ciclo dos ensinos secundário ou normal — de segundo ciclo — cursos técnicos — ou de nível superior — engenharia ou química.

Apesar de ser reduzido o contingente de professores, o texto legal tem o cuidado de evitar que profissionais disponíveis no mercado de trabalho, mas sem requisitos mínimos para atuarem como professores, tenham acesso às escolas federais ou equiparadas. Para evitar esse problema é estipulado a prestação de concurso a essas escolas. O problema pode persistir para as escolas reconhecidas, que são mantidas pelos Municípios ou iniciativa privada.

A mesma linha de exigência de registro de diplomas e certificados expedidos para o corpo discente é adotada para as inscrições co corpo docente nos Ministérios da Educação (ensinos industrial e comercial) e da Agricultura (ensino agrícola).

O cuidado é redobrado em relação aos professores de disciplinas de cultura técnica. É exigido que eles se dediquem integralmente às suas funções. Verifica-se que esse requisito tem o objetivo de fazer com que os profissio-

naís que passam a lecionar, sejam unicamente professores e não transformem o magistério em um "bico".

O texto legal estabelece a criação de condições de reciclagem para professores, principalmente os especializados em disciplinas de cultura técnica, para minimizar o problema de falta de formação apropriada ou deficiente. A reciclagem é criada através de: cursos de aperfeiçoamento e/ou de especialização, estágios em estabelecimentos apropriados e bolsas de estudos⁹⁶ para viagem pelo estrangeiro.

Os cursos de aperfeiçoamento e de especialização, como os próprios rótulos evidenciam, têm seus objetivos voltados para fornecer o retreinamento contínuo e que se ajustam às necessidades didáticas do ensino profissional. O aperfeiçoamento e a especialização são exigidos por causa da singular evolução e do constante desenvolvimento dos setores econômicos que se refletem nos próprios ensinos. A legislação, em vários itens, fornece elementos à reformulação permanente dessas três modalidades de ensino.

A determinação para a reciclagem do corpo docente através de estágios em estabelecimentos industriais e agrícolas e de bolsas de estudos para viagem pelo estrangeiro, evidencia o posicionamento do modelo econômico brasileiro em dois níveis, um voltado para as possibilidades e avanços de técnicas locais, outro para o exterior, ou seja, es se busca as origens e fontes dos movimentos de renovação tecnológica, enquanto aquele visa à formação profissional de acordo com o mercado de trabalho.

A reduzida especificação sobre a introdução das categorias de "professor assistente" e "professor horista" é o ponto obscuro das Leis Orgânicas dos Ensinos, respectivamente, Industrial e Agrícola. Falta determinar o tipo de disciplinas (de cultura geral e/ou técnica) e/ou prática educativa que o professor leciona, vínculo empregatício, es tabelecimento de ensino (federal e/ou equiparado e/ou reco

nhecido) e prestação de concurso para admissão.

A distinção entre as modalidades de regime de estudos (internato, semi-internato e externato) apresentada pelas leis orgânicas⁹⁷, pode ser explicada pelo tipo de localização e de clientela que envolvem seus estudos. O internato é destinado aos alunos residentes longe do estabelecimento de ensino e os semi-internato e externato, para alunos residentes nas proximidades. Os ensinos industrial e comercial voltam-se para os regimes de externato ou semi-internato, porque estão principalmente localizados nas cidades e a clientela reside perto dos estabelecimentos de ensino, enquanto o ensino agrícola volta-se para o internato, porque normalmente está localizado em área rural, de mais difícil acesso e de localização mais afastada, apresentando clientela que reside mais distante dos estabelecimentos.

As três leis orgânicas dão tratamento diferentes ao item de diversificação de turnos de aulas. A Lei Orgânica do Ensino Industrial discrimina turnos diurno e noturno. A Lei Orgânica do Ensino Comercial adota a mesma linha dos regimes de estudos, ou seja, deixa a cargo do regimento de cada escola. A Lei Orgânica do Ensino Agrícola não trata desse tópico. Os três tipos podem ser explicadas pela localização e acesso aos estabelecimentos, pela possibilidade de maior ou menor carga horária semanal de aulas e pela modalidade de disciplinas lecionadas em cada ramo de ensino.

A legislação determina que a organização e o regime de cada estabelecimento sejam definidos por um regimento próprio. A falta de especificação de princípios básicos de cada regime e a uniformidade deles por tipos de estabelecimentos — federais, equiparados ou reconhecidos — evidencia a disposição dos legisladores em atender às peculiaridades locais e aos recursos disponíveis de cada estabelecimento de ensino.

A Lei Orgânica do Ensino Industrial é a única das

três leis que determina a condição do regime de cada estabelecimento ser submetido à aprovação do Presidente da República pelo Ministro de Educação. Essa determinação pode ser focalizada por dois ângulos, ou pela importância do ensino industrial para a economia nacional, ou pela manutenção da linha adotada de centralização administrativa.

A legislação do ensino profissional evidencia o mecanismo dissimulador de discriminação social exercido pelo aparato escolar ao se voltar aos alunos sem recursos financeiros suficientes através da determinação de que haja cooperação entre os círculos interessados e o poder público para instituírem assistência escolar para formação profissional a essa clientela, além da Lei Orgânica do Ensino Industrial especificar a gratuidade em estabelecimentos oficiais de ensino principalmente para esse tipo de alunos, permitindo-lhes aquisição de maior grau de escolarização através do ensino profissional, apenas permitindo a entrada no mercado de trabalho sem obtenção de "concreta" ascensão social.

Como foi focalizado anteriormente, as Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial e Agrícola introduzem nova orientação para a adaptação de seus ensinos ao sexo feminino. Os ensinos industrial e agrícola discriminam a clientela por sexo, proibindo a co-educação.

A principal prescrição determinada em relação à frequência por sexo é a adequabilidade dos estudos nos estabelecimentos de frequência feminina dos ensinos industrial e agrícola. O ensino industrial se volta ao aspecto profissional, enquanto o ensino agrícola, aos aspectos de saúde, personalidade e papel da mulher no lar.

3.2.2. Cursos de Formação

Além das diretrizes gerais estabelecidas para todos os cursos, os de formação apresentam singularidades que

passam a ser focalizadas.

A legislação determina algumas medidas burocráticas que padronizam, em âmbito nacional, os cursos de formação. Ela determina a periodização dos ensinos, desde matrícula, até ano letivo, férias e carga horária semanal, os tipos de trabalhos curriculares, desde escolares, até complementares, os tipos de exame, desde vestibulares, até escolares, os critérios de promoção e de transferência, o tipo de lançamento do histórico escolar do aluno, os serviços de orientação educacional e profissional.

Pela distribuição dos períodos letivos dos três ensinos, verifica-se que o ensino industrial é o que apresenta uma divisão mais equitativa, enquanto que o ensino comercial é o de maior disparidade e o ensino agrícola apresenta o maior número de meses letivos.

A Lei Orgânica do Ensino Agrícola estabelece a periodização, sem levar em consideração que o ensino agrícola atende à clientela que trabalha em plantio e colheita, apresentando períodos próprios e diferentes dos estabelecidos por essa lei. Pela falta de adaptação ao contexto rural, pode facilitar a evasão escolar do campo. Os dois outros ensinos não sofrem tanto as consequências da periodização inflexível, porque a clientela está na cidade, onde os períodos de trabalho são pré-estabelecidos.

A inflexibilidade do período letivo é atenuada pela determinação da facilidade de realização de exames durante o período de férias.

A legislação não determina carga horária anual, mas a carga semanal dos trabalhos escolares tem limites bem acentuados para cada tipo de ensino. Os ensinos industrial e agrícola apresentam maior carga horária semanal — 36 a 44 horas — com exceção para os cursos pedagógicos de um ano — 24 horas. O ensino comercial varia de 18 a 21 horas em sua carga semanal.

A variação de horas semanais não é especificada para cada curso de formação, apenas são estabelecidos os limites gerais. A exceção para os cursos pedagógicos de menor duração dos ensinos industrial e agrícola pode ser explicada porque são cursos mais voltados à especialização, enquanto que os demais cursos, com maior carga horária semanal, estão mais voltados à formação profissional.

As Leis Orgânicas dos Ensinos Comercial e Agrícola se apresentam contraditórias em relação à distribuição da carga horária. Ora estabelecem que a direção de cada estabelecimento de seus ensinos é a responsável pela distribuição, ora que seja de acordo com *"a observância do número obrigatório de aulas semanais de cada disciplina e cada prática educativa"*. Não é possível a cada direção fazer a distribuição de carga horária, se tem que seguir o número obrigatório de aulas de cada disciplina e prática educativa. As duas leis orgânicas não especificam a carga de cada disciplina ou prática educativa e não determinam futura legislação complementar nesse sentido.

O texto legal divide as atividades curriculares em trabalhos escolares e complementares. Os trabalhos escolares constam de aulas, exercícios e exames. Os estágios, excursões e atividades sociais escolares constituem os trabalhos complementares⁹⁸.

Aulas ou lições e exercícios fazem parte do dia a dia do ensino. Como o dispositivo legal está voltado para o ensino profissional, as aulas e os exercícios se constituem mormente em parte prática, enquanto que a parte teórica fica a cargo das disciplinas de cultura geral e das práticas educativas. Os ensinos prático e teórico foram analisados anteriormente.

O texto legal acentua a preocupação com os exames, mantendo a seletividade do ensino. Os exames são distinguidos em duas categorias: os de sala de aula, que são os de suficiência, após aulas e exercícios e os de ingresso aos

curso, que são os de admissão ou vestibulares.

Os exames de suficiência ou escolares têm determinações⁹⁹ precisas e minuciosas em relação a tipos, variações de provas, limites de notas, condições e períodos de realizações. Evidencia-se a preocupação dos legisladores em ser montado um sistema de avaliação inflexível, controlador, rígido, acentuando alta seletividade dentro do próprio ensino e não apenas durante o período de admissão. O processo de avaliação determinado pode ser considerado um verdadeiro sistema de testes, provas e exames, com detalhadas prescrições, evidenciando a preocupação dos legisladores em estabelecer verificação periódica do aproveitamento dos educandos nas aulas de disciplinas¹⁰⁰.

O detalhamento dos exames escolares é expresso através do conteúdo, modo de confecção, tipos, periodização, escala de notas, efetivação das médias, responsável(is) pela aplicação, condições do aluno poder prestar as provas mensais, parciais, finais e de segunda época e da frequência às aulas.

Os legisladores graduem as avaliações de acordo com as dificuldades, ou seja, por acúmulo de conteúdo, por tipo de provas — escrita e oral — e por agentes responsáveis pela organização — professor da turma e de outros professores participantes da banca examinadora.

As determinações para os exames finais reforçam a intenção dos legisladores, constatadas anteriormente, de discriminar disciplinas de cultura geral e de cultura técnica. O ensino industrial, inclusive, evidencia disciplinas práticas e disciplinas que exijam prática de ofício ou de laboratório.

O texto legal mantém a mesma linha de detalhamento para os exames de admissão ou vestibulares¹⁰¹. São minuciosamente discriminados os períodos e as disciplinas¹⁰² para cada tipo de curso. Pela determinação de quatro disciplinas de cultura geral, inclusive Geografia e História do Bra

sil, é evidente que o ensino comercial é o único dos três ramos de ensino que está voltado para a direção propedêutica.

As Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial e Agrícola determinam a realização de estágio entre os trabalhos complementares de seus ensinos. A obrigação da clientela do ensino profissional prestar estágio evidencia o cuidado de fazer com que ela coloque em prática, fora do ambiente escolar, o que aprendeu e tenha condições de adquirir experiência profissional *in loco*. Começa a surgir a mentalidade de que a empresa, também, deve ser responsável pela qualificação profissional, além da escola. Não é abordado se o estágio é remunerado ou se fornece vantagem às atividades discentes.

A promoção de excursões, entre os trabalhos complementares, formaliza a intenção dos legisladores de dirigir o ensino profissional ao mercado de trabalho, além do cunho didático.

A determinação de estágios e excursões, como atividades extra-escolares, evidenciam o cuidado em serem fornecidos elementos futuros imprescindíveis à clientela do ensino profissional. Pela observação direta, os alunos podem contatar com o ambiente de que, em breve, participarão e não somente ficarem restritos ao meio escolar. Além da preocupação com o que é ensinado, os promotores da legislação se voltam para o que pode ser vivenciado pela clientela, ampliando suas opções de escolha.

As Leis Orgânicas dos Ensinos Comercial e Agrícola determinam a promoção de atividades sociais escolares, realizadas através de instituições¹⁰³ sociais de caráter educativo, a fim de desenvolver entre os alunos as "*condições favoráveis à formação do gênio desportivo, dos bons sentimentos de camaradagem e sociabilidade dos hábitos econômicos, do espírito de iniciativa e de amor à profissão*". Verifica-se que as preocupações discriminadas pelo texto le

gal estão voltadas para o desenvolvimento dos aspectos humanos positivos do aluno, tanto para sua vida social, como para sua vida profissional, além de reafirmar os ideais fascistas¹⁰⁴ copiados pelo modelo brasileiro.

Pelas atividades complementares estabelecidas através das Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola verifica-se que, pelo menos em certo nível, há a preocupação dos legisladores em oferecer oportunidade de melhor compreensão ao educando dos amplos problemas a serem enfrentados por ele no mercado de trabalho, em futuro próximo.

As orientações educacional e profissional são uma das características principais das leis orgânicas, porque até então a legislação não tinha revelado esses importantes aspectos. Pela primeira vez, a formação espiritual e intelectual e a adaptação profissional do educando são acompanhadas com o objetivo de ajustá-lo à sociedade. Mais uma vez, a legislação coaduna os dois tradicionais princípios filosóficos — aspecto individual e o social. Esses princípios foram analisados anteriormente.

Os dois tipos de orientação não são distinguidos especificamente, mas se podem constatar pelas diferentes finalidades estabelecidas. Verifica-se que a orientação educacional é feita através da observação de atividades do educando, dentro e fora do estabelecimento escolar, respeitando as diferenças individuais através da sua saúde, dos seus assuntos e dos seus problemas intelectuais e morais, enquanto que a orientação profissional tem como objetivo conduzir e adaptar as atividades do aluno de acordo com suas potencialidades e preferências profissionais, além de permitir conhecer os pré-requisitos exigidos às diferentes ocupações. Esses cuidados com a formação do educando não dissimulam que a orientação está voltada para a ordem e para a disciplina, duas linhas mantidas e copiadas do modelo fascista.

O realce dado pelos legisladores em relação à adap

tação educacional e profissional dos alunos evidencia, mais uma vez, a preocupação com os aspectos psicológicos dos futuros profissionais especializados. Esses aspectos são claros em relação aos critérios adotados pelo texto legal através dos objetivos gerais e específicos de certos cursos, dos interesses a atingir, das finalidades, dos princípios, da articulação, do acesso e da transferência de alunos entre ensinos, da faixa etária exigida, da estrutura dos cursos, da gratuidade e da cooperação entre os poderes públicos e os círculos interessados.

Seguindo a linha de detalhamento e como mais um aspecto burocrático, os ensinos comercial e agrícola têm estipulado o uso de caderneta escolar, que é criada para o lançamento do histórico do aluno, acompanhando-o desde o ingresso até a conclusão do curso.

O dispositivo legal reforça as dificuldades de articulação entre os ensinos de nível médio ao estabelecer permissão para transferência de alunos entre os estabelecimentos do próprio tipo de ensino. O problema de articulação foi analisado anteriormente.

Os legisladores reforçam suas preocupações no tocante à adaptação educacional e profissional dos educandos. A transferência de alunos de estabelecimentos estrangeiros somente é possível com essa adaptação. Mais uma vez os aspectos individuais e os sociais são destacados.

3.2.3. Demais Categorias de Cursos

As demais categorias de cursos são as de continuação e de aperfeiçoamento, além dos cursos artesanais, de aprendizagem, de especialização e avulsos do ensino industrial. Os cursos artesanais e de aprendizagem são os únicos que fazem parte dos cursos de formação, mas se encontram neste item, porque apresentam características diferentes da categoria em que são rotulados.

Os cursos de formação são seccionados em dois ciclos, com o funcionamento de cursos regulares, em sentido vertical, enquanto que as demais categorias realizam uma educação extensiva, em sentido horizontal.

As Leis Orgânicas dos Ensinos Comercial e Agrícola discriminam as condições financeiras e técnicas do meio para organizarem os cursos de continuação e de aperfeiçoamento. O cuidado em adaptarem esses cursos às condições do meio evidencia a pretensão dos legisladores em atender às peculiaridades locais, mormente ao ensino agrícola, porque o meio rural apresenta características marcantes de local para local. O texto legal, ao estipular a adequabilidade às condições financeiras, mostra que as entidades mantenedoras, principalmente os poderes públicos, devem criar cursos de continuação e de aperfeiçoamento, mesmo que sejam restritos os recursos financeiros.

As condições técnicas são as mais importantes e necessárias para o ensino profissional. Os recursos técnicos se constituem na tônica para a criação desses tipos de cursos. A ação do progresso tecnológico se faz sentir no ensino profissional, em todas as escalas hierárquicas do sistema técnico e reflete-se nas disciplinas de cultura técnica em que se baseiam os cursos de continuação e de aperfeiçoamento.

Os trabalhos escolares dessas categorias de curso constam de lições ou aulas, exercícios e exames. Essas variações seguem os mesmos princípios dos cursos de formação e foram analisadas anteriormente.

O dispositivo legal não menciona a possibilidade de aulas e exercícios se restringirem à parte prática, porque os cursos são eminentemente práticos. Fica a dúvida se os cursos de continuação e de aperfeiçoamento podem seguir a linha dos cursos de formação profissional, incluindo o ensino teórico.

O preceito legal não especifica os tipos de exames, porém, através de uma das condições estabelecidas para a obtenção dos certificados — notas de exames — verifica-se que constam os exames de suficiência. Não se pode chegar à mesma conclusão em relação aos exames de admissão, ou seja, há ou não seleção para essas categorias de cursos.

Os cursos de formação, por apresentarem duração mais extensa e formarem profissionalmente a clientela, têm estipuladas as atividades extra-classe, enquanto que as demais categorias de curso, fato explicável por causa da duração exígua e de não serem "cursos de formação profissional propriamente dita", não englobam esse tipo de atividade.

A legislação determina que os cursos de continuação e de aperfeiçoamento não forneçam diplomas, apenas certificados. Ela estabelece os critérios — notas nos exames e frequência às aulas — para a obtenção de certificado com o mesmo detalhamento dos cursos de formação. Não é possível concluir se os mesmos parâmetros são determinados para todos os cursos, ou se a legislação não tem o mesmo cuidado em relação aos critérios de avaliação dos cursos de formação, porque os egressos recebem apenas certificado. É evidente que somente os cursos de "formação profissional propriamente dita" são os que fornecem diploma e possibilitam o registro nos Ministérios da Educação ou da Agricultura, ou seja, proporcionam habilitação profissional.

O Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários — SENAI — e a Lei Orgânica do Ensino Industrial apresentam pontos comuns, principalmente por causa dos cursos de aprendizagem do ensino industrial. Ambos se voltam para atender diretamente aos interesses da classe operária — os industriários — através de formação cultural e profissional desses, ou seja, através da educação e da preparação dessa classe.

A proximidade de objetivos entre SENAI e a Lei Orgânica do Ensino Industrial atinge às seguintes determina-

ções: aos trabalhadores das indústrias que estejam ou não recebendo aprendizagem, os patrocinadores permanentes, os tipos de administração, a localização e o horário de aulas, além de estarem de acordo com o artigo 129 da Constituição, que estabelece o dever das indústrias e sindicatos econômicos de criarem escolas de aprendizes, no campo de sua especialidade para atender aos filhos dos seus operários e associados. Os aprendizes e os demais trabalhadores das indústrias passam a dispor de cursos de aprendizagem do SENAI, além dos determinados pela Lei Orgânica do Ensino Industrial. Ao serem englobados os não aprendizes, verifica-se que a ampliação da clientela é para beneficiar tanto as indústrias, como os próprios trabalhadores, através de maior produtividade e de maiores salários.

Além dos poderes públicos serem as entidades mantenedoras desses cursos, os empregadores das indústrias, também, passam a constar como patrocinadores permanentes. É estabelecido que os empregadores das indústrias podem patrocinar, em conjunto ou isoladamente, cursos. Os legisladores evidenciam a importância do setor industrial ao determinarem que ele participe diretamente da preparação e qualificação de seu pessoal, os poderes públicos ajudam na tarefa. Surge a mentalidade de que não cabe à escola a exclusiva responsabilidade de qualificar profissionalmente, mas, também, às empresas, mormente sobre o esquema de aprendizagem operacional ou complementar, além de oferecer estágios.

Os legisladores despertam para uma adequada política de formação de recursos humanos para o setor industrial, porque o Brasil está impossibilitado de buscar no exterior a mão-de-obra industrial necessária, ou seja, é preciso encontrá-la no próprio País, por causa do período de guerra¹⁰⁵ que atravessa o mundo ocidental. O objetivo de formar mão-de-obra brasileira é reforçado pela política de substituição de importação adotada pelo País no período focalizado, por causa do estado de beligerância entre os principais países importadores de produtos industrializados pa-

ra o Brasil.

A Lei Orgânica do Ensino Industrial, ao estabelecer que os cursos de aprendizagem possam ser administrados pelos próprios estabelecimentos industriais, ou por serviços de âmbito local, regional ou nacional, inclui o SENAI neste segundo tipo de administração. O SENAI é de âmbito nacional, como o próprio rótulo indica, sendo mantido pelo produto da contribuição mensal paga pelas empresas industriais e que deve ser aplicada na região em que é arrecadada.

Em decorrência dos dois tipos de administração — própria do estabelecimento industrial ou por prestação de serviços — dos cursos de aprendizagem, há a preocupação dos legisladores em determinar a localização. Os cursos devem se situar ou no próprio estabelecimento industrial mantenedor, ou nas proximidades¹⁰⁶. O texto legal não encontra dificuldade em determinar os serviços para o setor industrial porque esse mormente se limita às áreas urbanas, possibilitando a clientela dos cursos de aprendizagem a locomoção entre seu local de trabalho e o de estudos.

A facilidade de locomoção do aprendiz ou dos demais empregados da indústria permite à legislação estabelecer que o horário das aulas se encaixe na jornada de trabalho, além de ressaltar que a clientela não deve ter prejuízo em seus salários. Com essa medida, os legisladores estabelecem incentivos de toda a ordem para os trabalhadores poderem buscar novos conhecimentos profissionais através da fácil locomoção entre os locais de trabalho e de estudos, da gratuidade desses cursos e da não diminuição de salário pela redução do horário de trabalho.

A Lei Orgânica do Ensino Industrial, ao determinar a criação dos cursos supletivos de aprendizagem, evidencia a necessidade de dar qualificação profissional à grande massa de trabalhadores e estabelecer uma fonte permanente de suprimento para as exigências do setor industrial.

3.2.4. Peculiaridades da Lei Orgânica do Ensino Industrial

A Lei Orgânica do Ensino Industrial estabelece a possibilidade de dependência¹⁰⁷ para a série seguinte em uma disciplina de cultura geral nos cursos de formação do ensino industrial, não atingindo as disciplinas de cultura técnica. Dois aspectos são visualizados pela exclusão destas disciplinas, um é que o ensino industrial, por se constituir em um ensino profissional, tem a sua parte fundamental baseada nas disciplinas de cultura técnica e se o aluno não conseguir aprovação em uma delas, não apresenta reais condições de cursar a série seguinte, o outro é que, ao não ser determinada unicamente para os do segundo ciclo, ou para os dois ciclos, reforça a mentalidade de que o ensino industrial é eminentemente prático.

A dependência em disciplinas de cultura geral evidencia a distinção entre essas e as de cultura técnica, reforçando o dualismo educacional dentro do próprio ensino profissional.

O ensino industrial, além de oferecer à clientela a chance de dependência de matéria, determina outra facilidade a fim de atraí-la para seu ensino. Essa facilidade se formaliza através da introdução da categoria de "aluno ouvinte" para cursos de formação e de divulgação, ou seja, o aluno que cursa uma disciplina ou uma série, sem preencher todas as condições necessárias.

A legislação, ao estabelecer o critério de "aluno ouvinte" para o curso de formação, dá oportunidade ao educando de estudar a(s) disciplina(s) que seja(m) deficiente(s) em sua formação, sem redundar em "prejuízo" de um ano de estudos para ele, além de não desperdiçar os recursos aplicados na formação desse aluno e, conseqüentemente, oferecer o lugar que ele reocuparia a outro, possibilitando a formação de mais um elemento do setor industrial para o mercado de emprego.

A lei estabelece a chance de "aluno ouvinte" para os componentes de auditório dos cursos de divulgação ou avulsos. Essa medida beneficia o setor industrial, porque mesmo que o aluno não possa frequentar integralmente o curso avulso, pode atualizar parcialmente seus conhecimentos, na mesma proporção de sua assiduidade às aulas. Outra medida estabelecida para o ensino industrial e representa maior aplicabilidade de recursos.

É determinado que seja legislada uma regulamentação complementar¹⁰⁸, contendo os itens detalhados que devem compor o programa de ensino nos cursos de formação do ensino industrial. São discriminados o sumário de matérias, a indicação do método e dos processos pedagógicos adequados. É estabelecido, ainda, que esses programas têm que ser executados na íntegra e há necessidade de, periodicamente, serem revistos. Os legisladores, mais uma vez, cerceam qualquer tentativa de criação por parte de professores e administradores desse ramo de ensino, tornando impossível a esses a elaboração dos programas de suas disciplinas, além dos métodos e processos pedagógicos. Aos professores resta apenas seguirem, na íntegra, as determinações da futura regulamentação especial.

Outras observações referentes a determinação de serem seguidos integralmente os programas pré-estabelecidos, é que não há condições de adequação às necessidades regionais. É formalizada a preocupação dos legisladores com a uniformização do ensino industrial e a sua conseqüente centralização.

Um dos aspectos da Lei Orgânica do Ensino Industrial, muito importante para um ensino profissional, é o acompanhamento psicológico e o pedagógico durante os quatro primeiros meses dos alunos nos cursos industriais e técnicos. O objetivo do acompanhamento ao futuro trabalhador, durante a vida escolar, aos níveis de primeiro (cursos industriais) e segundo (cursos técnicos) ciclos, reper

cute no mercado de trabalho, através da obtenção da satisfação pessoal do trabalhador, baseada na escolha do seu "melhor" caminho profissional.

A preocupação da legislação recai no período escolar (primeiro e segundo ciclos) mais propício à adaptação intelectual e espiritual. A clientela do primeiro ciclo não deve apresentar perfeitas condições de definição de seu futuro profissional, por ser composta de jovens. É necessá-rio o acompanhamento, mormente dos aspectos psicológicos, tais como: inteligência, aptidões e personalidade, propi-ciando a escolha mais adequada à sua capacidade, além da adaptação ao ambiente escolar. Esses cuidados dos legisla-dores são explicados a curto e médio prazos. A curto pra-zo, porque vão auxiliar o aluno a escolher o curso indus-trial mais adequado à sua capacidade, adaptando-o melhor à vida escolar. A médio prazo, porque o aluno ao concluir o primeiro ciclo e pretender prosseguir em sua formação pro-fissional ao nível de segundo ciclo, tem várias opções de cursos técnicos e com maior responsabilidade, estando apto a se engajar no mercado de emprego após a conclusão de um desses cursos técnicos.

Por estar a um passo da formação profissional a clientela do segundo ciclo do ensino industrial precisa de acompanhamento dirigido ao nível de adaptação pedagógica. Esse cuidado da legislação está voltado para os egressos do primeiro ciclo do próprio ensino industrial, como para os egressos dos demais ramos do ensino médio. Para os alu-nos provenientes do primeiro ciclo do ensino industrial há maior ênfase em relação às disciplinas de cultura técnica, enquanto que para os demais alunos principalmente em rela-ção às disciplinas práticas e ao desenho.

Pela determinação de acompanhamento psicológico e pedagógico pode-se verificar que é transformado o ritmo do antigo ensino técnico-profissional. O ensino industrial adquire maior generalidade em relação à: ampliação de sua

clientela através da aceitação de alunos provenientes de outros ramos do ensino médio, adaptação psicológica e pedagógica através de acompanhamento dos quatro primeiros meses da vida escolar e da orientação educacional e profissional de todo o curso, precaução com disciplinas de cultura geral e disciplinas práticas. Esse último item apresenta duas interpretações distintas para o ensino do curso técnico industrial, uma é de que esse curso, durante o período de formação, não está voltado para excessiva especialização, porque os egressos do ensino industrial têm que receber maior ênfase em relação ao ensino de disciplinas de cultura técnica, nos quatro primeiros meses da vida escolar, a outra é de que, mesmo sendo o ensino industrial eminentemente prático, há cuidado especial com disciplinas de cultura geral para o "curso de formação" que representa o curso de nível médio de maior especialização desse ramo de ensino.

As peculiaridades introduzidas pela Lei Orgânica do Ensino Industrial evidenciam o cuidado dos legisladores em transformar esse ramo de ensino de simples instrução à educação adequada à sociedade, tornando sua clientela ajustada psicológica, social e profissionalmente.

3.2.5. Peculiaridades da Lei Orgânica do Ensino Agrícola

A Lei Orgânica do Ensino Agrícola é a única das três leis orgânicas estudadas que não estabelece precisamente que o ensino que legisla está ao nível de segundo grau. Ela determina que o ensino agrícola se estenda até o segundo grau, incluindo em suas escolas (de iniciação agrícola) o ensino primário.

O ensino agrícola conjugado ao primário segue a linha estabelecida anteriormente à Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Existia o curso primário agrícola, sem constituir

curso educativo e que deveria ser ministrado em quaisquer estabelecimentos do ensino agrícola.

Como medida democrática, o ensino primário conjugado ao agrícola pode ser explicado por dois ângulos, ou seja, pela dificuldade da população rural em se alfabetizar e completar satisfatoriamente o ensino primário; ou pela necessidade do ensino agrícola atrair clientela, mesmo que esta não atinja os requisitos básicos possíveis à matrícula nos cursos em que se divide o ensino agrícola. Os legisladores formalizam a necessidade de ministrar ensino primário, para depois se voltarem para o ensino ao nível de segundo grau.

O dispositivo legal adota para o ensino agrícola o "regime de exceção"¹⁰⁹ para a conclusão do curso de iniciação para maiores de dezessete anos, ou seja, a prestação de exames especiais de suficiência, independente da frequência aos dois anos de curso, sem seguir o regime escolar. Há determinações precisas para esses exames em relação ao tipo de provas, notas e médias. As provas — escrita e oral (para disciplinas de cultura geral) ou prática (para disciplinas de cultura técnica) — reforçam a preocupação com os dois conjuntos de disciplinas — de cultura geral e de cultura técnica. As notas e as médias recebem o mesmo tratamento adotado para os cursos de seriação, com o cuidado de não facilitar em excessos e, não afugentar os alunos do curso regular. A igualdade de direitos de diplomas, tanto dos cursos de formação, como do "regime de exceção", é adotado para dar validade a essa medida.

O pragmatismo utilitário do "regime de exceção" adotado pelos promotores da legislação dá margem a três enfoques distintos: um é a necessidade do setor agrícola apresentar um maior contingente de mão-de-obra, sem condições de um maior número de anos de escolaridade, o outro é o cuidado com a prematura especialização, mesmo que esse cuidado não tenha sido evidenciado para os cursos regulares e o terceiro é a necessidade do ensino agrícola de

atrair maior clientela para seus cursos de segundo ciclo, porque o egresso do curso de iniciação agrícola está habilitado a frequentar os cursos de segundo ciclo do ensino agrícola.

Outra medida adotada pela legislação, visando atrair a população rural para os cursos do ensino agrícola, é a determinação da "educação agrícola circunvizinha", além de beneficiar às propriedades agrícolas vizinhas e aos próprios agricultores. Os objetivos adotados para atingir essa medida são: levar elementos relativos aos trabalhos agrícolas habituais próprios da região, levar ensinamentos da matéria Economia Rural Doméstica, e, despertar interesse para o ensino agrícola entre a população rural e compreensão de seus objetivos e feitos. Esses objetivos formalizam finalidades individuais e sociais; individuais, porque atingem os agricultores, através de um "simples" aperfeiçoamento de seus trabalhos rotineiros, quer como operários das empresas agrícolas, quer como lavradores (lavoura de subsistência), além de beneficiarem homens e mulheres do campo; sociais, porque beneficiam as empresas agrícolas, a própria região, além do ensino agrícola.

Pelos objetivos relacionados, verifica-se a tentativa de dar maior flexibilidade ao ensino agrícola. Esse ramo de ensino não mantém a linha de uniformização estabelecida para os cursos regulares ao atender às necessidades da região em que se situa o estabelecimento de ensino.

A influência educativa determinada para os estabelecimentos de ensino agrícola se aproxima do objetivo dos cursos avulsos do ensino industrial, ou seja, sem regime de seriação, oferecer aos interessados os conhecimentos necessários ao dia a dia do setor, sem a preocupação em diplomar ou habilitar a clientela para as diferentes ocupações que não requerem formação sistemática. Há algumas ocupações que basta pequeno treinamento, por causa da simplicidade de que se revestem e para outras, há intensivo treinamento e sumária preparação, porém apresentam oportunidades imediatas de serem empregadas no mercado de trabalho.

CAPÍTULO IV

4. ANÁLISE IDEOLÓGICA DO TEXTO E CONTEXTO DAS LEIS ORGÂNICAS DOS ENSINOS INDUSTRIAL, COMERCIAL E AGRÍCOLA

O capítulo adota a linha de análise do caráter ideológico retratado no aparato educacional, formado durante o Estado Novo e manifestado no texto das Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola e sua vinculação com o contexto.

Inicialmente são apresentadas considerações acerca do papel que a escola desempenha na sociedade de classes em geral, realçando a educação como veículo de discriminação social e econômica. Em seguida, é focalizado o caso específico do País, evidenciando a educação como mecanismo, ora de recomposição dentro do sistema, ora de recomposição do próprio sistema.

O capítulo destaca a nova estrutura ocupacional da conjuntura, a redinamização do mercado de trabalho e a conseqüente busca de capacitação profissional do aparelho escolar através do ensino profissional, mormente ao nível técnico médio.

Dando prosseguimento ao capítulo há a tentativa de identificação dos critérios de coerência interna e externa do texto das Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola. Posteriormente, em linhas gerais, é analisado o conteúdo do texto dos preceitos legais em foco.

Para finalizar o capítulo, são condensados os equívocos, as indefinições e as contradições do texto das Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola, além do cuidado com a mensuração dos resultados dessas leis orgânicas até a entrada em vigor do novo aparato legal.

As Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola refletem a tentativa do aparato educacional em se adaptar às novas exigências do contexto, através da legitimação do poder político inaugurado com a Revolução de

1930 e da etapa de desenvolvimento sócio-econômico-cultural que atravessa o País.

A política educacional acompanha o contexto, desde suas lutas pelo poder político, até suas transformações sócio-econômico-culturais. É indispensável à análise objetiva do texto e do contexto das Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola, tanto o exame das ideologias que determinam seu texto, como o estudo do contexto, através dos fatores político-sócio-econômico-culturais que condicionam e delimitam aquelas ideologias, atingindo direta ou indiretamente a legislação educacional e, conseqüentemente, as leis orgânicas.

A escola exerce sua influência na sociedade de classes através de uma aparente neutralidade e se caracteriza como desprovida de ideologia. Na realidade, porém, ela é manejada e utilizada como veículo fundamental da ideologia dominante e da legitimação dos valores e interesses da classe dominante, que representa o Estado.

A sociedade de classes não permite o aparecimento de outras ideologias e da legitimação de outros valores que não sejam os da classe que está no poder. A escola ajuda a assegurar a manutenção dessa sociedade de raiz estatal, ao preservar e formar a classe dominante.

A classe dominante submete a política educacional e o sistema de cultura, estimulando-os e adequando-os aos seus próprios "valores", padrões, concepções e condições de existência, necessidades, práticas, aspirações, interesses e experiências.

A classe dominante preserva-se na sociedade capitalista através da educação e da cultura e as utiliza como poderoso instrumento ideológico a serviço da reprodução da sociedade com o objetivo de: justificar-se e mascarar a realidade, manter o sistema político-sócio-econômico vigente, estabelecer as condições fundamentais de sua própria existência e, segundo Aníbal Ponce¹¹⁰, dominar o moral da sociedade, além de impedir o sentido de crítica do indivíduo.

O Estado, ao desempenhar a função ideológica de

garantir os interesses da classe dominante e de reproduzir a estrutura das classes sociais através da educação, reforça e perpetua as desigualdades sociais e os privilégios de classes.

A classe dominante utiliza a escolarização no sentido de impor e legitimar o seu saber e a sua cultura como sendo o saber e a cultura oficiais da sociedade e consequentemente a utiliza para excluir e ilegitimar o saber e a cultura das demais classes.

Uma das tarefas principais da educação na sociedade capitalista é a discriminação social. Luís Antônio Cunha¹¹¹ estabelece uma tipologia do que, na realidade se espera da escola na sociedade capitalista. Para o autor, o Tipo I compreende os sistemas escolares que frequentemente excluem a classe trabalhadora, ou seja, o sistema escolar é excludente. O Tipo II caracteriza o sistema escolar como dualista e elitista, em que a classe dominante e as camadas médias recebem educação humanista e acadêmica, enquanto que a classe trabalhadora recebe o ensino profissional, ou seja, o ensino é de caráter classista — diferente para as distintas classes sociais. O Tipo III evidencia o sistema escolar como gratuito, universal e obrigatório para todas as classes sociais, porém o ensino apresenta diferentes padrões de qualidade, de acordo com a classe social a que é dirigido, ou seja, dissimulando a função discriminadora da escola.

A discriminação social estabelecida pela escola para Luís Antônio Cunha, se desenvolve nos três tipos citados, dependendo do tipo adotado pela sociedade capitalista, ou excluindo certas classes sociais do sistema escolar — Tipo I — ou distinguindo "ramos de ensino" conforme cada classe social — Tipo II — ou distinguindo "padrão de qualidade" de acordo com cada classe social — Tipo III.

Baseando-se ainda em Luís Antônio Cunha¹¹², uma das funções que o aparato escolar passa a desempenhar é a função de dissimuladora da realidade, tanto da dominação pela classe dominante, como da discriminação sócio-econômica

ca (incluindo a discriminação escolar). O conceituado autor evidencia que a dissimulação dos próprios mecanismos da discriminação social da escola legítima a dominação pela classe dominante, reforçando a função dissimuladora da educação. Essa função é realizada através da inculcação de que *"o sucesso ou fracasso escolares são produto único das razões de ordem intelectual pela potencialidade inata e habilidade de cada indivíduo"*¹¹³.

As diferenças intelectuais e o conseqüente desempenho escolar são as únicas barreiras que ficam evidentes na sociedade de classes, permitindo ao aparelho escolar ficar livre para manter suas funções.

A estrutura econômica da sociedade de classes reforça¹¹⁴ os mecanismos de discriminação do papel social atribuído à escola¹¹⁵ e, por outro lado, o aparelho escolar legitima a ordem econômica, com a manutenção do *status quo*, evidenciando a estreita ligação da estrutura econômica capitalista em processo de desenvolvimento com a estrutura social.

A escola representa papel vital na reprodução das relações de produção capitalista, através do ensino próprio à preparação da mão-de-obra especializada, semi-especializada e não-especializada para as diferentes funções e lugares na divisão de produção e na divisão social. A escola e outros agentes de produção, de exploração e de reprodução, segundo Althusser¹¹⁶, asseguram a reprodução das forças produtivas, sob dois aspectos — dos meios de produção e das forças de trabalho — ou seja, garantem a sujeição à ideologia dominante¹¹⁷.

O aparelho escolar assegura a maior parte das relações sociais de produção, através do mecanismo camuflado de "não preparação do operariado". Camuflado, porque a escola ao consolidar as relações sociais de produção — principalmente as relações de exploradores com explorados e vice-versa¹¹⁸ — prepara o operariado. A manutenção dessas re

lações e das hegemonias político-ideológicas são indispensáveis à sociedade de classes.

Althusser considera atualmente o Aparelho Ideológico do Estado¹¹⁹ Escolar como o de nº 1¹²⁰ dos Aparelhos Ideológicos de Estado — AIE — inclusive suplantando o AIE Político¹²¹. Mesmo verificando-se que o contexto brasileiro não adota o AIE Escolar como o AIE nº 1, pode afirmar-se que há a tentativa de manipular o AIE Escolar como instrumento para influir no AIE Político do País.

Os canais da educação podem ser usados a serviço da conservação ou mudança sociais, dentro das estruturas estabelecidas, tanto de forma indireta, como de forma explícita. Essas funções opostas da educação acarretam a estabilidade ou a renovação da ordem vigente e são utilizadas pelos detentores do poder e pelos grupos que disputam a hegemonia do poder. Os detentores do poder buscam a conservação social, através da elaboração de uma política educacional, de acordo com a ordem vigente. Os opositores do poder buscam a transformação da sociedade, através das crises, inseguranças e incoerências das estruturas educacionais. Esse processo combina com a polarização desses dois grupos — defensores e opositores do poder.

A educação é mais utilizada como mecanismo de preservação social, porque os programadores e os responsáveis pela política educacional são os que detêm o poder e pretendem sedimentar o poder constituído. Somente em condições políticas instáveis, que geram mudanças, é que a educação pode ser utilizada como instrumento de recomposição do poder. O processo educacional do País é determinado pelos objetivos dos grupos sociais em polarização.

Na Primeira República há a busca de recomposição dentro do sistema através das disputas e dos remanejamentos do poder e da conseqüente diferenciação ideológica entre os grupos agrário-comercial e industrial-urbano-financeiro. O Estado passa a utilizar a educação para atender à essa recomposição.

Com a Revolução de 1930 e a instalação da Segunda República, há a busca da recomposição do próprio sistema com a transformação da estrutura do poder e do início do processo de industrialização. O Estado passa a utilizar a mobilização educacional para atender a nova forma de recomposição.

O regime político desencadeado com o Estado Novo, cada vez mais centralizado e recomposto, passa por várias transformações, porém sem chegar a elaborar uma ideologia totalitária consistente. Ele consegue estabelecer um aparelho de alto poder repressivo e origina uma política autoritária educacional.

O aparelho estatal, durante o Estado Novo, subordina a função político-ideológica dos canais de educação, ajustando-os como mecanismo de sedimentação do poder constituído através da inculcação ideológica das massas e a conseqüente legitimação do poder político e das estruturas. A educação é pela primeira vez explicitada como veículo de difusão ideológica e com claros fins político-ideológicos. O aparelho escolar é peça do Estado de exceção.

Marinete Silva em sua dissertação de mestrado "*A Educação Brasileira no Estado Novo (1937/1945)*"¹²² seleciona, entre outros, dois trechos de discursos proferidos por Vargas e pelo ministro da Educação Gustavo Capanema, que evidenciam explicitamente a função ideológica da política educacional do Estado Novo. Vargas, em comemoração ao Primeiro Centenário da Fundação do Colégio Pedro II, declara "...dar sentido claro, diretrizes construtores e regras uniformes à política educacional, o mais poderoso instrumento a utilizar no fortalecimento da nossa estrutura moral e econômica"¹²³. Capanema, por seu lado, afirma que: "... assim, quando dizemos que a educação ficará a serviço da Nação, queremos significar que ela, longe de ser neutra, deve tomar partido, ou melhor, deve adotar uma filosofia e seguir uma tábua de valores, deve reger-se pelo sistema de diretrizes morais, políticas e econômicas, que formam a ba

se ideológica da Nação e que, por isto, estão sob a guarda, o controle ou a defesa do Estado"¹²⁴.

Nacionalismo, fascistização, centralização e integração nacional ajudam a compor a nova ordem resultante do regime autoritário implantado pelo Estado Novo. Transformações¹²⁵ político-ideológicas e institucionais são desencadeadas e passam a afetar a educação e é necessário adequá-la ao novo contexto. Uma série de acordos e compromissos explícitos e contraditórios são verificados na legislação educacional.

O novo contexto, iniciado com a Segunda República, se traduz pela tentativa de superar totalmente os resíduos cristalizados da antiga ordem vigente e que, a partir do Golpe de Estado de 1937, origina uma nova política em todos os planos, inclusive no educacional. O motivo dessa nova política é a necessidade de reajustar o aparelho de Estado e de assegurar a manutenção do novo *status quo* implantado pela Revolução de 1930.

A política centralista do Estado Novo busca a estruturação de um sistema de educação escolar. A estrutura pretendida é iniciada no Governo Provisório com a Reforma de Francisco Campos de 1931. Há a tentativa de enquadrar essa estrutura no espírito centralizador do contexto, de acordo com o princípio autoritário e uniformizador vigentes e instituídos pela Constituição de 1937.

A estruturação iniciada é utilizada como mecanismo de controle social, assegurada pela própria "ideologia" do Estado e para reproduzir o próprio Estado autoritário, mantendo as relações de dominação.

A política educacional do Estado Novo solidifica o papel da escola como instrumento de estamentalização de estrutura das camadas sociais, através da seletividade perpetuada pelos documentos legais e para-legais. Os reflexos são sentidos nas estruturas sócio-econômicas, com a institucionalização das desigualdades sociais, asseguradas pelos

mecanismos do sistema capitalista competitivo, através da venda de força de trabalho — de pouca produtividade, porém barata.

A estamentalização da estrutura de classes é assegurada através da gratuidade nos estabelecimentos oficiais de ensino profissional, enquanto que a iniciativa particular está dirigida para o ensino secundário — que é o ensino que se apresenta sem restrições para o nível superior.

O equilíbrio econômico é alterado quando o País se vê compelido a rearticular com a deteriorada estrutura agrário-comercial e voltar-se para a industrialização e a formação das camadas médias. As novas necessidades surgem como reação à tradicional e à organização anterior, persistindo as disparidades regionais produzidas pela estrutura econômica. Esse momento tem sua origem, principalmente, a partir da Primeira Guerra Mundial.

A sociedade brasileira, apesar da nova mobilização, não obtém transformação expressiva porque o modelo adotado¹²⁰ permanece latifundiário e aristocrático e a educação continua a ser dualista discriminando os trabalhos intelectual e manual com a depreciação deste.

O contexto brasileiro, entre as duas guerras mundiais, é fermentado pelo processo de desenvolvimento econômico. Os setores tradicionais e modernos da economia nacional são alterados e aceleram o processo de transformação da sociedade brasileira, exigindo incremento de escolarização em todos os ramos.

Os acontecimentos mundiais se refletem intensamente no contexto, por ser o Brasil uma nação periférica. Esses acontecimentos criam condições para que fatores políticos internos — Revolução de 1930, implantação da Segunda República e do Estado Novo — acarretem alterações qualitativas substanciais à estrutura nacional. Com o Estado Novo há a intervenção direta do governo na economia nacional, con

seqüentemente nos demais setores nacionais.

O processo de industrialização, a crescente exigência das massas urbanas com a formação das camadas médias e as conflagrações mundiais resultam em profundas con tradições para a sociedade brasileira e refletem-se na estrutura educacional.

A estruturação ocupacional do País, através da in corporação das camadas médias, do novo operariado industrial e dos próprios rurícolas, propicia condições dessa nova força de trabalho reivindicar privilégios e vantagens sociais, antes reservados exclusivamente à classe dominante.

As novas oportunidades reivindicadas, inclusive a educacional, influenciam a demanda escolar, como forma de ascensão social. Soluções parciais são apresentadas pela conjuntura autoritária do Estado Novo, servindo para dissi mular as tensões estruturais geradas por essa nova conjuntura e não resultam em uma reestruturação social integral.

As exigências reais de elevação do potencial produtivo, acarretadas pela nova fase de expansão do contexto, levam a alterações na estrutura ocupacional, para atender à demanda de mão-de-obra própria ao desempenho de novas ta refas e serviços, principalmente com a gradual expansão dos setores profissionais médios.

A nova dinâmica do mercado de trabalho propicia a busca da capacitação profissional no aparelho escolar, prin cipalmente ao nível médio, porque esse nível é fundamental ao incremento da produtividade.

A conjuntura interna e externa evidencia flagran temente a falta de mão-de-obra especializada, reforçando a necessidade de aperfeiçoar a força de trabalho pela educação. A preparação profissional tem que se coadunar com o contexto.

O País desperta para a problemática de emprego racional de recursos humanos disponíveis nos mais variados setores e ramos — principalmente secundário e terciário — evidenciando a mentalidade reinante, até aquele momento, de formação das profissões liberais.

A tendência para a especialização surge em todas as atividades, refletindo-se na estrutura educacional do País e na crescente melhoria econômica e de padrão de vida. A estratificação social e a tradição fornecem o modelo próprio para reestruturar a educação nacional.

A pressão das camadas médias e das camadas inferiores dos centros urbanos, acrescida de outros movimentos — Constitucionalista de São Paulo (1932), levante Comunista (1935), Intentona Integralista (1938) — revelam a efervescência político-ideológica e os choques de interesses dos vários estratos sociais e econômicos. Essa conjuntura interfere diretamente na política educacional traçada pelo Estado Novo, por ser a escola um dos agentes do Estado e da classe dominante que está a serviço da reprodução das relações de dominação e de exploração, mantendo as desigualdades sociais e econômicas.

O aparelho escolar passa a se reestruturar para apresentar condições de se adaptar às novas condições de manutenção e sedimentação da ordem vigente.

A necessidade de contínuo fluxo de mão-de-obra especializada e de novos quadros de recursos humanos cria condições para que o aparelho escolar — como instrumento de preparação dessa mão-de-obra — se volte para o ensino médio profissional, atendendo ao crescente mercado de trabalho e alicerçando o processo de industrialização do País. As desigualdades entre as camadas sociais são reforçadas, porém, sem atingirem a esperada — por parte das camadas média e urbanas inferiores — "equalização de oportunidades".

Nos dois primeiros decênios do século XX persiste a dualidade da estrutura educacional brasileira, ou seja,

a marca profunda do bacharelato está dirigida para privilegiar a classe dominante em contraste com o ensino primário profissional que está voltado para as classes menos favorecidas e para a recuperação social.

A objetividade de especialização da mão-de-obra e do trabalho não intelectual e do burocrático é dificultada e retardada. Falta a conscientização da educação de se voltar para a tecnologia.

A nova conjuntura leva à conscientização da necessidade do ensino profissional, ao nível técnico médio, com a finalidade de estabelecer um imprescindível lastro tecnológico-cultural. Tenta-se derrubar as barreiras criadas pela tradição e organização social. É indispensável a obtenção da efetiva integração e interdependência sociais.

O ensino profissional é o que está de acordo com as exigências da produção industrial, evidenciando a relação entre o grau de desenvolvimento sócio-econômico e a especialização profissional.

O ensino profissional¹²⁷ passa a ser visto como o mecanismo próprio para preparar convenientemente a população ativa, a fim de que essa apresente condições de propulsão o processo de desenvolvimento com maior índice de produtividade.

As novas oportunidades de preparação profissional acarretam transformações no progresso técnico e na estrutura profissional do País, criando condições para novas formas de estrutura sócio-econômica e de demanda do ensino profissional.

O ensino profissional do momento histórico estuda do continua a se apresentar desnivelado e defasado em relação ao desenvolvimento, apesar do contexto ostentar a mencionada abertura de horizontes, as exigências de qualificação requeridas pelo novo sistema de produtividade e a necessidade de novas formas de relações sociais.

O ensino profissional mantém e se caracteriza por: problema de carência de equipamentos técnico-didáticos, conservação dos tradicionais padrões pedagógicos, número es - casso de estabelecimentos de ensino e limitada capacidade dos estabelecimentos de ensino existentes, inadequados processos educativos adotados, currículos e programas desajustados aos objetivos, falta de integração em relação à estrutura nacional de educação e não possuir uma estrutura orgânica.

A estrutura educacional permanece inadequada ao sistema econômico, mantendo o caráter tradicional de mobilização.

O ensino profissional se configura parcialmente com a Revolução de 1930, a Segunda República e o Estado Novo, mesmo que esses períodos históricos representem fases diferenciadas na estrutura geral do ensino.

O dualismo — educação formal x educação profissional — é dirigido ao ensino médio, passando o ensino secundário a ser separado dos demais ramos profissionais de nível médio. É mantido o dualismo do ensino, porém muda de direção, deixando de ser geral, voltando-se para o nível médio.

A estrutura do ensino de nível médio passa a ser coadunada com o regime autoritário constituído pelo Estado Novo. O autoritarismo concebe o dualismo educacional como mecanismo de sedimentação da ordem vigente e da Constituição do Estado Novo — a de 1937 — que oficializa o dualismo. Esse mecanismo denuncia a função de discriminação social e a orientação dada pelo próprio Estado em relação à demanda social do ensino médio.

O ensino profissional no País, segue a mesma crientação do ensino geral, partindo do ápice para a base, ou seja, partindo do nível superior para o nível médio.

O ensino profissional de nível superior é introdu

zido no Brasil durante a estada do Príncipe Regente D. João, através do ensino de direito, persistindo durante os períodos colonial e imperial. E, na Primeira República, as profissões liberais representam a tônica do ensino profissional de cunho eminentemente formativo e academicista em detrimento da profissionalização.

As Reformas Francisco Campos e Capanema dão personalidade e padrão legal ao ensino profissional, com a estrutura apoiada no nível médio¹²⁸. Essas reformas consolidam o espírito dualista da educação brasileira de privilegiados e desfavorecidos e da atividade intelectual separada da atividade produtiva.

A parte teórica da orientação da educação geral, pretendida pelo Estado Novo, pode ser focalizada sob perspectivas interna e externa. A perspectiva interna se expressa pela preocupação com o funcionamento eficiente da estrutura educacional criada ou reelaborada através de tentativas de adequação de programas, currículos e processos educativos, qualificação de professores e de administradores escolares. A perspectiva externa se expressa pela preocupação em manter o peculiar contexto. As leis orgânicas seguem a orientação da educação geral.

O aparelho escolar da sociedade de classes não conduz a uma sociedade democrática aberta. O processo de industrialização que atravessa o País no momento estudado não consegue extirpar a diferenciação herdada entre as demandas da educação intelectual e da produtiva, ou seja, o ensino acadêmico permanece como símbolo da camada dominante, enquanto que o ensino profissional simboliza as camadas dominadas. O processo de industrialização não representa um instrumento de equalização de oportunidades e de realizações das potencialidades pessoais durante o período de vigência das leis orgânicas.

A partir da Revolução de 1930, o ensino profissional passa a ser "valorizado" -- pela menos, verbalmente -- e

"manipulado" pelo governo, por causa do contexto político-sôcio-econômico. "Valorizado", mormente pelo poder executivo, como se pode verificar em declarações de Getúlio Vargas e Gustavo Capanema. Getúlio Vargas afirma que: "... o preparo profissional constitui outro aspecto urgente do problema e foi igualmente considerado nas responsabilidades do novo regime. Cabe aos elementos do trabalho e da produção, agrupados corporativamente, colaborar com o governo para formar os técnicos de que tanto carecemos"¹²⁹; enquanto que Gustavo Capanema, seguindo a mesma orientação, declara: "nenhuma espécie de ensino está exigindo, no Brasil, tanto da ação dos poderes públicos como o ensino profissional. É por isto que a Constituição declara que, em matéria de educação, difundir o ensino profissional é o primeiro dever do Estado"¹³⁰. "Manipulado", mormente pela instituição do "sistema de outorgas" dirigido pelo governo às massas trabalhadoras.

O ensino técnico profissional — principalmente nos centros urbanos — passa a ser utilizado pelo Estado Novo, como uma das soluções estratégicas para a "questão social". O caráter paternalista e populista adquirido pelo Estado Novo permite minimizar o processo de conscientização do proletariado urbano, da mobilização popular e do "descontentamento social".

O momento exato para a promulgação das Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial e Comercial é originado pelo jogo de reivindicações trabalhistas para o bem estar sócio-econômico introduzindo o deslocamento na direção do ensino¹³¹ pela busca do apoio das massas urbanas principalmente do operariado nascente e pelo jogo de compromisso para atender concomitantemente ao jogo antagônico dos grupos de pressão e aos interesses das camadas dominantes.

As Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial e Comercial, ao fornecerem à clientela uma formação mais qualificada e especializada e um maior ajustamento da vida profissional à realidade da vida, deslocando as reivindicações

para o ensino, dissimulam seus ensinos como mecanismo de ascensão social para as massas urbanas e atendem aos interesses da camada dominante.

O ensino técnico agrícola é a solução para a constante ameaça que sofrem as classes dominantes com o problema do êxodo rural. A cidade, através da migração, recebe excesso de mão-de-obra sem qualificação, pela incapacidade de absorção dessa mão-de-obra, é evidenciada claramente a "questão social".

A partir de 1930, o governo tenta um tipo de ensino "regionalizado", voltado integralmente para o meio agrícola, garantindo sua penetração e mantendo os valores culturais do homem do campo com programas e currículos adequados, além da necessária habilitação. O objetivo é minimizar as diferenças educacionais existentes entre as áreas urbanas e rurais, sem estimular os padrões vigentes nas áreas urbanas.

A Lei Orgânica do Ensino Agrícola tenta fomentar condições para incentivar e impulsionar a clientela rural para o ensino técnico agrícola, qualificar e especializar a mão-de-obra rural para extinguir as arcaicas estruturas de produção, transformar e modernizar as relações de produção rural e, conseqüentemente, sedimentar a ordem estabelecida.

A análise das Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola não pode deixar de buscar dois aspectos fundamentais que definem uma legislação, ou seja, procurar estabelecer os critérios de coerências interna e externa.

Cada uma das leis orgânicas acentuam certa coerência interna, porque evidenciam consistência lógica através das linhas de organização, de administração e pedagógica dos seus respectivos ramos de ensino. A coerência interna não é atingida totalmente, porque as leis orgânicas apre-

sentam-se mais preocupadas com a ordem administrativa do que com a educacional.

As leis orgânicas estabelecem um conjunto de providências que se estendem desde os fundamentos básicos bem definidos¹³² por objetivos, princípios, finalidades, até a segura estruturação, diversificação, graduação, montagem, manutenção e clientela dos tipos de estabelecimentos e cur sos, além da discriminação precisa de condições de ingresso, trabalhos curriculares, durabilidade, periodização, pro moções, condições de diplomação, acessos, equiparações, transferências, articulações, regimes de estudos, avaliações, dependências (instituídas pela Lei Orgânica do Ensino Agrícola), serviços de orientação e incumbências de Ministérios. Esses itens estabelecem um caráter mais eficiente e objetivo às modalidades de ensino e imprimem uma unidade funcional através de uma linguagem clara.

As Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola, como expressão jurídica, demonstram certa coerência externa, porque apresentam alguma adequação e sistematização no tratamento de vários quesitos referentes ao contexto em que são elaboradas e promulgadas.

A perspectiva externa das Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola se expressa através de: seus objetivos geral e específicos dos cursos, seus atendimentos e conseqüências, suas finalidades e seus prin cípios. Esses itens estão voltados para atenderem ao contexto autoritarista, intervencionista, populista e nacionalista. As leis orgânicas refletem a estrutura autoritária, intervencionista e populista através da linha de "outorgas" e pela centralização administrativa e pedagógica e a estrutura nacionalista através da explicitação textual e da instituição da prática educativa Educação Cívica, além da introdução de entidade cívica nacional em certos estabelecimentos de ensino.

As leis orgânicas são elaboradas e promulgadas sem a participação efetiva dos setores econômicos, dos re-

presentantes dos estabelecimentos de ensino e dos educadores, ou seja, são simplesmente "outorgadas" pelo aparelho de Estado no momento em que há necessidade de formação, especialização e aperfeiçoamento da mão-de-obra nacional por causa da Segunda Guerra Mundial e do conseqüente esquema de substituição de importações e pela política trabalhística em que se passa a apoiar o governo getulista.

O ensino feminino, estabelecido pelas Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial e Agrícola, está de acordo com a linha de "outorgas", evidenciando que a mulher, pela política trabalhística adotada pelo governo getulista, tornase elemento atuante após a permissão do voto feminino.

A centralização administrativa e pedagógica estabelecida pelas leis orgânicas é efetivada através da padronização geral da administração educacional com especificação das funções de direção, organização e manutenção, além da uniformização dos programas, conteúdo, métodos e processos das disciplinas ministradas.

As leis orgânicas¹³³ representam um dos canais para a propaganda nacionalista. As Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial e Agrícola na determinação de seus atendimentos explicitam textualmente os interesses econômicos e culturais da Nação e as dos Ensinos Comercial e Agrícola, ao instituírem a prática educativa Instrução ou Educação Cívica, sem programa específico, mas abrangendo todas as atividades e circunstâncias escolares próprias.

A Lei Orgânica do Ensino Industrial reforça o contexto nacionalista ufanista ao mencionar a entidade cívica nacional "Juventude Brasileira" através da obrigatoriedade de criação e funcionamento do Centro Cívico dessa entidade em cada curso artesanal¹³⁴.

As Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial e Agrícola, ainda de acordo com o aspecto de coerência externa, estabelecem a possibilidade de seus respectivos ensinos re-

correrem às atividades exteriores para: auxiliarem e adequarem a administração de seus ensinos, facultando a criação junto ao diretor da escola de conselho consultivo constituído de pessoas de representação nas atividades da comunidade, permitirem estágios (nas empresas industriais ou agrícolas) e excursões à comunidade e os Ministérios da Educação ou Agricultura instituírem um sistema geral de escolas. Elas expressam textualmente a necessidade de adequabilidade às condições financeiras e técnicas do meio para os cursos de continuação e de aperfeiçoamento de seus ensinos.

A adequabilidade do mercado de trabalho, também, é uma das preocupações dos promotores das leis orgânicas, evidenciada ao serem estabelecidas as diretrizes gerais pelos Ministérios da Educação e da Agricultura, mormente através: da definição de metodologia própria aos ensinos, do serviço de orientação educacional e profissional e, da promoção de estágios e excursões entre as atividades complementares e as atividades sociais escolares.

Outro aspecto em relação a coerência externa mostra que as três leis, mesmo de abrangência parcial por apenas estruturarem determinadas modalidades de ensino, são institucionalizadas para atenderem às funções ideológicas de discriminação e conservação sociais e para a manutenção da ordem política vigente.

As três leis orgânicas em estudo não apresentam total coerência externa, porque não levam em consideração a real expansão, necessidade e estruturação do ensino profissional em atender a preparação e a especialização da mão-de-obra que exige a nova fase do processo de industrialização que atravessa o País. Estudos e levantamentos das necessidades e dos recursos indispensáveis faltam ao ensino profissional.

As leis orgânicas, além de se apresentarem defasadas em relação à estrutura econômica, importam e transplantam conceitos, idéias e orientações fascistas, sem se caracterizarem pela autenticidade, enxertando elementos de pequena significação ao ensino profissional. O texto das leis or

gênicas não alcança soluções globais e substanciais, tornando-se pouco operante diante do contexto que está inserido.

As leis orgânicas importam e transplamam o modelo fascista, buscando a manutenção da ordem, da disciplina e da seletividade. A ideologia fascista é alimentada principalmente pela: institucionalização de serviço de orientação educacional e profissional, para a manipulação do educando a um melhor ajustamento ao contexto, determinação das seguintes práticas educativas: Instrução e/ou Educação Moral e Cívica, Canto Orfeônico e/ou Educação Musical, Educação Física, Instrução Pré-Militar — analisadas adiante, condições de ingresso nos cursos, reduzida articulação e acesso entre as modalidades do ensino médio, para o direcionamento da formação profissional da clientela, avaliação do aluno para a escolha dos mais aptos da camada social em que está dirigido o ensino profissional e centralização administrativa e pedagógica para direcionar e estabelecer a padronização geral do ensino profissional.

Um sistema educacional dificilmente atinge total coerência externa, por causa das constantes inovações tecnológicas, colocando a escola, de certo modo, defasada em relação ao crescimento econômico. Esse aspecto é sentido pela Lei Orgânica do Ensino Industrial que tenta recorrer às indústrias, através da Confederação Nacional das Indústrias, para reduzir o hiato entre a preparação profissional dos seus trabalhadores.

As leis orgânicas mantêm a divisão do ensino médio estabelecida pela Reforma Francisco Campos, ou seja, em dois ciclos, que é uma tendência universal. O primeiro ciclo se caracteriza como pré-profissional e pré-especialização, formando o profissional semi-qualificado. Esse ciclo, também desempenha outra função, ou seja, mantêm o caráter propedêutico herdado da tradicional estrutura dualista ao estender a escolarização obrigatória (do nível primá

rio para o primeiro ciclo).

O segundo ciclo visa a diferenciação da formação e especialização profissional, estabelecendo maiores chances de adaptação às novas técnicas surgidas no mercado de trabalho, ou seja, traçando uma variedade de novos rumos. As leis orgânicas, de acordo com a pluralidade de ocupações das três áreas econômicas, discriminam os seguintes cursos ao nível de segundo ciclo: de formação, de continuação e de aperfeiçoamento. A Lei Orgânica do Ensino Industrial, ainda, institui os cursos de especialização e avulsos.

Os ensinos industrial, comercial e agrícola adquirem o sentido de aquisição de cultura geral paralela ao de cultura técnica, como partes integrantes de seus currículos plenos. É a busca de equilíbrio¹³⁵ entre o ensino livresco e a profissionalização tecnicista. As duas correntes opostas — humanismo e tecnologia — se completam no texto das leis orgânicas do ensino profissional.

As disciplinas de formação geral e técnica se integram às necessidades de produção, ampliando a instrução profissional. O constante ajustamento profissional às novas situações tecnológicas surgidas depende do objetivo, da forma e da perspectiva a serem dosados nessas disciplinas.

O equilíbrio estabelecido entre as disciplinas de cultura geral e técnica assume a função ideológica de dissimulação da discriminação social dos diferentes ramos do ensino médio com o objetivo de camuflar a verdadeira função de terminalidade das modalidades de ensino médio profissional, enquanto que o ensino médio secundário visa ao prosseguimento dos estudos.

O mecanismo de dissimulação da discriminação social exercido pelo ensino profissional, também, é sentido nas determinações de cooperação de círculos interessados e da gratuidade de ensino aos alunos sem recursos financeiros suficientes. A clientela menos favorecida tem assegura

da a entrada no mercado de trabalho, com maior grau de escolarização somente através do ensino profissional sem obtenção da real ascensão social.

Além das disciplinas de cultura geral e técnica, são instituídas práticas educativas — Instrução e/ou Educação Moral e Cívica, Canto Orfeônico e/ou Educação Musical, Educação Física, Instrução Pré-Militar — que caracterizam seus objetivos em termos fascistas e pára-fascista. As práticas educativas celebram e condicionam o nacionalismo e o patriotismo à sedimentação do contexto.

As determinações das leis orgânicas do ensino profissional levam: a escola a dar a preparação profissional básica, devendo se remodelar de acordo com as novas situações tecnológicas e os recursos disponíveis e a empresa a oferecer a conclusão do ciclo de treinamento profissional. Esse treinamento, de um modo geral, é obtido a curto prazo e acarreta à empresa uma mão-de-obra barata, porém produtiva e atendendo à sua própria demanda de recursos humanos.

A Constituição de 1937 é o núcleo que dá origem e impulsiona a idéia da necessidade de recorrer às empresas de produção e de distribuição de bens — além de outros círculos interessados — a ajudarem a solucionar as complexas e múltiplas exigências da preparação profissional de seu próprio pessoal. É evidente que a rede de estabelecimentos oficiais de ensino não se apresenta capaz em atender à demanda do sistema de produção do contexto, por causa do limitado número existente de vagas.

A necessidade de o Governo Federal ter que recorrer à iniciativa empresarial para suprir a lacuna da rede de estabelecimentos oficiais do ensino profissional origina, no período estudado¹³⁶, o SENAI e o SENAC para atenderem às necessidades dos setores, respectivamente, secundário e terciário.

A existência de sistema paralelo do ensino profis

sional, criado pelo estabelecimento do SENAI e SENAC, reflete mais um dos aspectos¹³⁷ dualista da estrutura educacional do País. Esse aspecto dual — como os demais — tem como função ideológica a manutenção da ordem vigente, ou seja, o governo "dirige" a estrutura paralela do ensino profissional às camadas inferiores urbanas. Com esse "derivativo" o governo mascara as reivindicações das camadas inferiores, enquanto que as camadas dominantes continuam a receber ensinos secundário e superior.

As leis orgânicas da década de quarenta estruturaram e fundamentam o ensino médio em variados ramos, introduzindo pequena flexibilidade na articulação e no acesso entre eles e em relação ao ensino superior.

É a primeira vez que a legislação educacional se expressa, no tocante ao estabelecimento de critérios de articulação e acesso, mormente entre os próprios cursos de cada ensino profissional e ao ingresso ao nível superior, apesar desses critérios se apresentarem restritos e estarem de acordo com a modalidade de ensino relacionado ao curso estudado¹³⁸.

As leis orgânicas dificultam a implantação efetiva do ensino médio profissional por causa da reduzida flexibilidade de articulação e de acesso entre seus cursos, além de acarretarem um ponto de estrangulamento do ensino médio através da interrupção dos seus ramos de ensino profissional, sem amplas possibilidades do educando atingir ao nível superior.

As leis em estudo criam um emaranhado de critérios específicos à seleção de sua clientela, oficializando o problema da seletividade em relação ao ensino profissional e sem apresentarem solução. A seletividade é acentuada através do sistema de avaliação do ensino dos cursos estabelecidos pelas leis orgânicas. A avaliação mantém a linha de detalhamento determinada no tocante à seleção ao ensino profissional.

Existem, além do vestibular e do sistema de avaliação, outros mecanismos de alta seletividade inerentes ao próprio contexto global, através de fatores de ordem econômico-sócio-cultural, dificultando o ingresso e a permanência das camadas menos favorecidas na escola por longos anos letivos.

A diretriz assumida em relação ao ensino acadêmico pela demanda social da educação, em detrimento ao ensino profissional, reflete a manutenção do sistema de reprodução social. O ensino médio profissional conserva o caráter de compartimentalização com as cinco subdivisões (secundário, industrial, comercial, agrícola e normal) e apresenta pequeno afluxo de educandos dos diferentes níveis de ensino e, conseqüentemente, das diferentes camadas sociais.

O ensino profissional, apesar de manter a compartimentalização, perde parcialmente o caráter estanque e passa a possuir certa conexão e integração entre suas modalidades de ensino. São propiciadas condições — se bem que restritas — de futuras mudanças sociais, principalmente aos indivíduos que conseguem "furar" o bloqueio institucionalizado pelas camadas privilegiadas, através de certo "esva-ziamento" das estruturas tradicionais de educação do País.

No período em que são promulgadas as três leis orgânicas, ou seja, de 1942 a 1946, é estabelecida a regulamentação de currículos¹³⁹ mencionada pelas leis. Os currículos determinados, inicialmente, apresentam-se rígidos e impermeáveis às flexibilidades necessárias à adequabilidade das evoluções pedagógica, tecnológica e do contexto, vencendo qualquer tentativa formativa, e só posteriormente — cerca de dez a quinze anos — surgem novos decretos, apresentando maior ajustamento e dinamização para esses currículos.

A política de centralização do Estado Novo e da estrutura geral do ensino profissional acentua e reflete a rigidez e a abrangência de critérios para todo o País — ape-

sar das disparidades regionais -- estabelecidos pelas leis orgânicas em relação aos seus ensinos, através de mecanismos de: articulação, acesso, transferências, seleção, avaliação e compartimentalização do ensino, além de currículos, programas e métodos.

As disposições minuciosas e exageradas determinadas pelas Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola tornam a estrutura dos respectivos tipos de ensino fechada e rígida. A falta de elasticidade apresentada pelas leis orgânicas estudadas evidencia a falta de estabilidade do momento político, que, pela legislação, visa à manutenção da ordem estabelecida, através de decisões partidas do centro, ou seja, de autoridades instituídas que buscam a legitimação.

A estrutura do ensino profissional de nível médio, elaborada pelas leis orgânicas, evidencia o caráter ideológico fascista, pãra-fascista, centralizador, autoritário, populista, anti-democrático, disciplinador, rígido, inflexível, dualista, minucioso, exagerado, em consonância com o contexto político e em desacordo com o contexto sócio-econômico.

Os equívocos, as indefinições e as contradições do texto das leis orgânicas são condensados a seguir.

A estrutura aristocrática mantida pelas leis orgânicas não reflete a nova estrutura político-sócio-econômica iniciada pela Segunda República. A arcaica estrutura livresco-acadêmica fundamentada na preparação de lideranças e nas carreiras liberais é preservada e alicerçada nos princípios fascista, populista, nacionalista e não se concretizam a efetiva implantação do ensino técnico-científico e a profissionalização.

As leis orgânicas ao serem posicionadas entre a necessidade de buscar novas soluções ou apoiar-se nas velhas, refletem a contradição das estruturas. Em relação ao contexto, esse tipo de oscilação tende fortemente para a

arcaica estrutura, porque o governo está comprometido com ela.

O contexto, em que as leis orgânicas estão inseridas, exige organização e dimensionamento próprios à integração do educando do ensino profissional ao processo de industrialização e tecnológico que atravessa o País e à sua elevação sócio-econômica. As leis orgânicas, porém, mantêm a estrutura dualista.

As leis orgânicas nem evidenciam o ensino médio profissional como requisito fundamental e fundamental e básico à formação maciça de mão-de-obra adequada, nem como instrumento de investimento de capital humano, indispensável ao processo de evolução do País. Elas não conseguem concretizar as necessidades econômicas e os anseios sociais do contexto.

O regime de admissão ao ensino profissional, com prova de conteúdo cultural e testes psicotécnicos, instituído pelas leis orgânicas, cria barreira ao ingresso dos próprios estratos sociais a que esse tipo de ensino está voltado, figurando como herança da mentalidade elitista de seletividade. A demonstração de aptidão mental para os candidatos, com rejeição dos menos aptos, pode representar o término da herança do ensino profissional estar voltado para a recuperação social¹⁴⁰.

O sistema de avaliação, instituído pelas leis orgânicas, é outro mecanismo de seleção. Esse sistema é rígido, controlador e exigente, com um grande número de testes, provas e exames, durante o período letivo.

As leis orgânicas ao estabelecerem mecanismos de seletividade, prosseguindo com os mesmos mecanismos mantidos pela anterior aristocratização do ensino e o consequente dualismo educacional, atendem ao objetivo dos legisladores de manutenção da ordem estabelecida, criando condições para que os ensinos industrial, comercial e agrícola passem a ser seletivos, como o ensino secundário. É impossível

vel que as leis orgânicas deixem de refletir a escala de valores próprios das camadas dominantes de que fazem parte os legisladores. São as camadas dominantes que traçam as diretrizes e os modelos de toda a estrutura do contexto.

A determinação de mecanismos de seletividade é inerente ao processo educativo, porque normalmente cada ensino está dirigido e limitado a uma camada social, tornando-se seletivo em relação aos demais estratos sociais. A sociedade de classes não consegue estabelecer a uniformização das camadas sociais, através dos seus próprios canais de educação.

A conscientização da classe dominante é preservada pelas leis orgânicas. Elas, porém, deslocam o processo de conscientização das camadas trabalhadoras.

As leis em relevo refletem certas pressões sociais da educação das camadas emergentes, por mais que as classes dominantes desviem e contenham essas pressões. As pressões se expressam como meio de ascensão social, surgidas pela maior diversificação da clientela, com novos interesses causados pelos processos de industrialização e urbanização e a conseqüente formação de novas camadas urbanas e a necessidade de mão-de-obra. As pressões sociais que as leis orgânicas refletem, são improvisadas e, de momento, estão voltadas para o aspecto quantitativo, sem atenderem às reais necessidades das camadas emergentes.

As leis orgânicas não conseguem extinguir a estrutura aristocratizante do ensino e oferecerem novos e distintos modelos mais adequados às camadas emergentes, apesar das pressões por novas oportunidades de educação escolar desses novos estratos. As leis orgânicas, pelo contrário, continuam a proporcionar uma estrutura tradicional, própria às camadas dominantes, voltadas para a estagnação social e conservando o caráter elitista da educação.

A elevação do ensino profissional ao nível médio,

em linhas gerais, necessitaria: estabelecer a igualdade em relação ao ensino secundário e extinguir o dualismo existente, conscientizar as camadas médias e inferiores para o ensino médio profissional evidenciando-o como o mais adequado a atendê-las e não generalizar o ensino academicista e elitista para todos com o objetivo de obter o *status* das camadas dominantes. Esses objetivos não são alcançados através da implantação das leis orgânicas, inclusive é reproduzida a divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho manual.

A Lei Orgânica do Ensino Secundário e a Constituição do Estado Novo (de 1937) explicitam mais clara e objetivamente o mecanismo de manutenção do *status quo* do ensino do que o texto das leis orgânicas das modalidades do ensino profissional.

As leis orgânicas estabelecem a mesma orientação de especialização, tanto para as profissões urbanas (setores industrial e comercial), como para as rurais (setor primário), tentando eliminar a defasagem de formação entre esses setores, ou seja, nivelando — ao ensino médio — a formação profissional. As profissões urbanas, até então, apresentavam maior especialização e as rurais, menores. E essas têm que passar a acompanhar a diversificação e a especialização progressivas daquelas. O nivelamento acarreta contradições ao habilitar as populações rurais, porque tenderão a migrar para as cidades.

As leis em exame para estarem plenamente de acordo com o momento em que se encontrava o processo de industrialização do País, necessitariam fixar as condições à incentivação e à difusão do ensino profissional. Elas, todavia preocupam-se mormente em torná-lo rígido e complicado por causa do excesso de detalhamento, dificultando a implantação dos ensinos industrial, comercial e agrícola.

O caráter de excessivo detalhamento, rigidez e uniformização das leis orgânicas e da regulamentação com -

plementar não permite os necessários ajustamentos regionais. Os administradores educacionais são transformados em meros burocratas executores dos dispositivos estabelecidos.

Não são dadas condições aos corpos administrativo e docente de refletirem e realizarem as adaptações adequadas às comunidades em que estão inseridos seus estabelecimentos de ensino. As normas e as diretrizes, além do caráter de policiamento, são entregues "prontas" e devem ser simplesmente executadas, não possibilitando a realização da ligação entre as comunidades — carentes ou não — e os ramos do ensino profissional legislados, além de não permitirem a estruturação adequada às atividades econômicas, sem a perfeita integração da escola às aspirações da comunidade¹⁴¹.

As leis orgânicas, apesar de serem promulgadas no momento em que o governo institui o sistema de "outorgas" para beneficiar "aparentemente" o operariado nascente, vão realmente atender às necessidades das empresas dos três setores econômicos, com uma mão-de-obra mais qualificada e especializada.

As leis em relevo deveriam extinguir o tradicional caráter estanque dos ensinos industrial, comercial e agrícola. Elas, porém, passam a compartimentalizá-los, com o estabelecimento do ensino médio em cinco modalidades distintas — secundário, industrial, comercial, agrícola e normal. A Lei Orgânica do Ensino Secundário direciona seu ensino ao ingresso nas universidades e como instrumento de ascensão social, mantendo sua função propedêutica, enquanto que as Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial, Agrícola e Normal têm a função de terminalidade, de pronta entrada no mercado de trabalho e de instrumento de reprodução social.

A Lei Orgânica do Ensino Comercial não está totalmente de acordo com a linha de terminalidade das demais leis orgânicas do ensino profissional, aproximando-se à do

ensino secundário. O ensino comercial se prende, mormente, em relação à linha propedêutica, academicista e teórico, estabelecendo maior prestígio social e representando veículo de ascensão social porque sua clientela está principalmente voltada para o ensino superior e para as atividades burocráticas, ou seja, necessitando de maiores conhecimentos gerais.

As leis orgânicas transplantam princípios fascistas — de ordem, disciplina, seletividade, nacionalismo e patriotismo — da reforma italiana (Reforma Gentile) da década de vinte, apesar do posicionamento do Brasil contra a Itália na Segunda Guerra Mundial. Esses princípios vão de encontro à nova direção que passa a adotar o País, mas são mantidos na estrutura educacional.

As leis em estudo criam novas situações de impasse aos egressos do curso primário no momento de admissão ao ensino médio através do leque de opções — os ramos secundário, industrial, comercial e normal — que têm que enfrentar na estrutura diversificada desse tipo de ensino. A opção é feita apenas no admissão, porque não são permitidas outras chances durante o curso, pela reduzida flexibilidade de articulação e acesso entre as cinco modalidades de ensino médio. O impasse estabelecido pode acarretar uma prematura e uma inadequada especialização¹⁴², porque é somente no segundo ciclo, de acordo com o desenvolvimento mental do educando, que se inicia a especialização nos quatro cursos profissionais — industrial, comercial, agrícola e normal.

O texto das leis orgânicas evidencia, ora tentativas de estabelecer as bases legais à mudança social, atingindo à industrialização, à estruturação social das camadas médias e inferiores e à formação de contingentes da força de trabalho dos três setores econômicos, através de profunda alteração da estrutura do ensino médio profissional, ora tentativas de estabelecer a conservação social da tradição aristocrático-latifundiária, com a acomodação dos

estratos sociais e os princípios arcaicos organizatórios desse mesmo ensino, marginais às necessidades do contexto.

A Lei Orgânica do Ensino Agrícola apresenta algumas preocupações (focalizadas anteriormente) em adequar o seu ensino ao meio, porém inflexível em relação à periodização do ano letivo, enquanto que o plantio e a colheita de cada cultura agrícola apresentam-se em períodos diferentes e em desacordo com o estabelecido pelo dispositivo legal, facilitando a evasão escolar rural.

As leis orgânicas estabelecem os Ministérios da Educação e da Agricultura como os responsáveis pelo controle e fiscalização dos seus ensinos, enquanto que, pelas tradicionais regulamentações legais, esses controle e fiscalização ficavam a cargo dos poderes estaduais e municipais a que estivessem voltados e pelos quais fossem patrocinados.

As leis em exame só podem ser aplicadas após uma volumosa e contínua regulamentação complementar, mesmo que as leis orgânicas se caracterizem como integrantes de uma legislação educacional do tipo centralizador, uniforme, pouco flexível, minudente e simétrica. Há a necessidade de regulamentar, entre outros itens, o ano letivo, a carga horária, os programas, os exames, os critérios de promoção, as férias.

As Leis Orgânicas dos Ensinos Comercial e Agrícola mostram-se contraditórias ao garantirem a gratuidade a todos¹⁴³ os alunos, ou seja, a todas as camadas sociais, favorecidas ou não, porque o ensino profissional se volta para as camadas menos favorecidas e não para todos.

Além das contradições inseridas no texto das leis em relevo, existem contradições na própria clientela do ensino profissional. A clientela do segundo ciclo dos ensinos comercial e normal se apresentam diferentemente das dos ensinos industrial e agrícola. As primeiras estão, mormente, voltadas para a função propedêutica do ensino, atenden

do às camadas médias urbanas — o ensino normal, eminentemente feminino para estas camadas — enquanto que os ensinos industrial e agrícola estão voltados para as camadas inferiores urbanas e rurais e, conseqüentemente, com a função de terminalidade.

As leis orgânicas não acarretam grandes inovações e não atendem às necessidades educacionais da conjuntura, porque não há colaboração por parte do processo de desenvolvimento. A etapa de desenvolvimento em que se encontra o País não cria condições para que elas extirpem a mentalidade retrógrada do ensino profissional. A manutenção da estrutura arcaica leva à situação contraditória, porque o ensino profissional continua defasado em relação ao processo de desenvolvimento e ao próprio processo educacional. E o desenvolvimento continua a se processar no País.

Outras contradições inseridas nas leis orgânicas ficam difíceis de serem definidas, por causa do forte jogo antagônico e da política de conciliação que envolve e estão profundamente enraizados em seu texto, dificultando a análise.

Apesar das contribuições apontadas anteriormente, as leis orgânicas implicam em reorientação e redefinição à consecução das metas colimadas, principalmente em relação aos ensinos industrial e agrícola. As leis orgânicas objetivam a ampliação das condições educacionais no tocante à qualificação e especialização profissionais, tentando adequá-las às necessidades do mercado de trabalho e desviando a caracterização de assistência, de preconceito contra o trabalho manual e de frustração social.

As flagrantes contradições¹⁴⁴ de princípios estabelecidos pelo texto das Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola refletem as defasagens entre a educação e o desenvolvimento e o arcaico e o moderno. As defasagens são aprofundadas pelas múltiplas contradições do próprio contexto político-econômico-sócio-cultural-adminis

trativo que tenta romper a estrutura semi-patriarcal e latifundiária, para alcançar o desenvolvimento. O rompimento está mais voltado para a importação de estruturas do que para a criação do próprio e adequado processo de desenvolvimento do País.

O texto das leis orgânicas é o reflexo do jogo antagônico e da polarização de interesses vividos pelo contexto e como desse resultado. As contradições das leis orgânicas mantêm certa funcionabilidade e lógica em relação ao contexto. Funcionabilidade e lógica necessárias à sedimentação do poder político e à manutenção do modelo sócio-econômico estabelecido no País.

É possível fazer conexão entre a tipologia¹⁴⁵ — que evidencia o real papel da escola e a ideologia determinada pela função social — estabelecida por Luís Antônio Cunha em relação às sociedades de classe e os objetivos das leis orgânicas¹⁴⁶. Dos três tipos caracterizados pelo autor, as leis orgânicas são predominantemente do tipo II, porém, também, apresentam certos aspectos que as emolduram no tipo III.

O tipo II caracteriza-se pela escola classista e as modalidades de ensino estabelecidas pelas leis orgânicas evidenciam esse caráter, principalmente, porque a Lei Orgânica do Ensino Secundário está voltada para "*a preparação das individualidades condutoras, isto é, dos homens que deverão assumir as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação*"¹⁴⁷, enquanto que as Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola estão voltadas para as massas trabalhadoras e, conseqüentemente, para as atividades não intelectuais.

As leis orgânicas não fogem à estrutura educacional do contexto, bastando verificar as suas diretrizes gerais, mormente as que determinam a gratuidade nos estabelecimentos de ensino oficial e as disciplinas de cultura geral para as cinco modalidades de ensino. Por esse ângulo,

é possível enquadrar as leis orgânicas no tipo III.

O tipo III se evidencia quando a educação é unificada e homogênea, porém dissimulando diferentes padrões de qualidade de ensino, de acordo com as classes sociais a que estão dirigidas. Com a gratuidade, as disciplinas de cultura geral e a restrita oportunidade de acesso ao ensino superior estabelecidas pelas Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial, Agrícola e Normal, verifica-se que as características determinadas por Luís Antônio Cunha como tipo III estão de acordo com as diretrizes gerais estabelecidas pelas leis orgânicas, camuflando as características do tipo II e o processo de reprodução das classes sociais.

A estrutura educacional do período em que estão inseridas as leis orgânicas não lhes fornece possibilidades de se desvincularem do dualismo da educação. Elas não apresentam condições de criarem um modelo de ensino profissional e imprescindível ao equilíbrio da formação profissional e as necessidades do sistema de produção, ou seja, de complementar o sistema global de desenvolvimento. As leis orgânicas estão, apenas, de acordo com a estrutura e a natureza da realidade social do contexto.

Mesmo que o tipo de análise adotado não atinja ao dimensionamento das Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola, porque visa unicamente o texto delas, aventa-se, a seguir, a mensuração dos seus resultados, no período em que vigoram. Apesar dessas leis orgânicas não terem gerado um adequado posicionamento no tocante ao ensino profissional, elas se apresentam como fator significativo e de repercussão na estrutura do ensino médio do País e são suscetíveis de observação e de controle. Esse tipo de levantamento reforça a análise do texto das Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola e constata as reais tomadas de posição adotadas por elas, além de evidenciar que essa análise é apenas introdutória, necessitando de futuros estudos para se chegar às reais consequências

obtidas por esses preceitos legais.

O levantamento de dados referentes aos ensinos industrial, comercial e agrícola é feito a partir do ano em que a respectiva lei orgânica é promulgada até o ano de 1961, quando a Lei nº 4024 de 20 de dezembro fixa as Diretrizes e Bases de Educação Nacional e o ensino médio passa a apresentar nova estruturação. O ensino industrial é o único que apresenta sua reorganização em 1959, com a Lei nº 3.552 de 16 de fevereiro, porém prefere-se, também, para essa modalidade de ensino o limite de 1961, porque a Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional engloba os diferentes ramos do ensino médio, permitindo a padronização ao dimensionamento.

É adotado o mesmo critério anterior de apresentação para o levantamento, ou seja, em primeiro lugar, é abordado o ensino industrial, seguido pelo ensino comercial e finaliza-se com o ensino agrícola. Os dados desses três ramos de ensino englobam os itens "unidades escolares", "matrícula efetiva" e "conclusões de curso". É apresentado, também, o levantamento da população do período com reforço das possíveis faixas etárias da clientela do ensino médio — 10 a 24 anos.

Para se visualizar o período imediatamente anterior às leis orgânicas, também, seleciona-se, para os ensinos industrial e comercial, os anos de 1937 e 1945 — início e término do Estado Novo — e escolhe-se para ano base o ano de promulgação das respectivas leis orgânicas. O ano de 1940 está incluído nos levantamentos dos ensinos industrial e comercial, para ajudar a análise dos dados populacionais. Os dados das três modalidades de ensino são relativos ao nível médio.

O levantamento da população e das faixas etárias entre 10 a 24 anos é feito através dos resultados dos censos demográficos de 1940, 1950 e 1960. Esses dados são apresentados pela Tabela 10 para facilitar o confronto entre

a expansão dos ensinos industrial, comercial e agrícola e a possível clientela brasileira dessas modalidades de ensino.

TABELA 10
RESULTADO DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS - 1940/1960
ANO BASE - 1940

ANOS	POPULAÇÃO TOTAL *		POPULAÇÃO 10 a 24 ANOS		$\frac{2}{1}$
	Nº Absoluto	Nº Índice	Nº Absoluto	Nº Índice	
1940	41.236.315	100	13.585.358	100	33
1950	51.944.397	126	16.802.021	124	32
1960	70.119.071	170	21.877.062	161	31

FONTE: Serviço Nacional de Recenseamento

*NOTA : A última coluna apresenta a porcentagem da faixa etária de 10 a 24 anos sobre a população total.

Mesmo não sendo possível considerar rigorosamente os critérios de levantamento dos dados estatísticos, adota se como ponto de partida o ensino industrial.

TABELA 11

SITUAÇÃO DO ENSINO INDUSTRIAL DE NÍVEL MÉDIO

— BRASIL — 1937 e 1942-1961 —

ANO BASE — 1946

ANOS	UNIDADES ESCOLARES		MATRÍCULA EFETIVA		CONCLUSÕES DE CURSO	
	Números Absolutos	Números Índices	Números Absolutos	Números Índices	Números Absolutos	Números Índices
1937	54	56	2.156	23	240	26
1940	61	63	3.902	41	440	47
1942	97	100	9.417	100	927	100
1943	316	326	14.553	155	1.757	190
1944	350	361	14.671	156	2.026	219
1945	255	263	15.124	161	2.353	254
1946	365	376	15.632	166	2.576	278
1947	368	379	16.648	177	2.656	287
1948	384	396	16.635	177	2.490	269
1949	399	411	16.650	177	2.460	265
1950	437	451	17.444	185	2.825	305
1951	421	434	17.013	181	2.795	302
1952	410	423	16.668	177	2.508	271
1953	414	427	16.913	180	2.804	302
1954	426	439	17.309	184	2.705	292
1955	450	464	18.517	197	2.788	301
1956	441	455	18.737	199	2.918	315
1957*	418	431	19.835	211	2.823	305
1958	436	449	20.234	215	2.900	313
1959	424	437	21.054	224	3.159	341
1960	427	440	23.928	254	3.624	391
1961	420	432	28.369	301	3.906	421

FONTE: Serviço de Estatística da Educação e Cultura

Dados de 1937 a 1958: IBGE, O Brasil em Números, Apêndice do Anuário Estatístico - 1960. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Estatística, p.131.

Dados de 1959 a 1961: IBGE, O Brasil em Números. Rio de Janeiro, Conselho de Estatística, v.2, 1966. p.147.

* Os dados de 1957 divergem nas duas fontes consultadas, prefere-se utilizar os do Apêndice do Anuário Estatístico de 1960.

A Lei Orgânica do Ensino Industrial é promulgada em 1942, mas apenas começa a vigorar a partir do ano seguinte. Realmente, a partir de 1943, a Tabela 11 reflete o aumento que recebe o ensino industrial. Esse crescimento é reforçado ao se visualizarem os dados de 1937, um lustro anterior à promulgação da Lei Orgânica do Ensino Industrial. Em números absolutos, comparando os dados de 1937 e 1943, verifica-se que eles sextuplicam em relação ao item "unidades escolares" e setuplicam os itens "matrícula efetiva" e "conclusões de curso".

Nas quase duas décadas em que vigora a Lei Orgânica do Ensino Industrial, verifica-se a evolução gradativa do seu ensino, em termos quantitativos, apesar de se constatar que no início da década de sessenta quadruplicam os itens "unidades escolares" e "conclusões de curso" e triplica o item "matrícula efetiva".

Comparando o crescimento do primeiro e dos dezoito anos restantes de vigência do ensino industrial pode-se constatar um mesmo tipo de fenômeno para os três quesitos apresentados, ou seja, no primeiro ano de vigência os itens "unidades escolares", "matrícula efetiva" e "conclusões de curso" crescem, respectivamente, 226%, 90% e 90%, enquanto que nos demais dezoito anos crescem, respectivamente, 2% a.a., 5% a.a. e 7% a.a.. Excluindo o primeiro ano de vigência da Lei Orgânica do Ensino Industrial, há uma evolução gradual, apenas o item "unidades escolares" se apresenta com um menor crescimento geral de 1943 a 1961.

Baseando-se nos dados da Tabela 11 constata-se que nos anos de 1940, 1950 e 1960 o quesito "matrícula efetiva" representa em relação à faixa etária populacional brasileira de 10 a 24 anos, respectivamente, 0,07%, 0,10% e 0,11%, enquanto que o quesito "conclusões de curso", respectivamente, 0,003%, 0,017% e 0,016%, ou seja, nos anos de 1950 e 1960, o quesito "matrícula efetiva" do ensino industrial atinge somente a um milésimo da população de 10 a 24 anos, enquanto que o quesito "conclusões de curso"

não ultrapassa, nos três anos mencionados, a dois décimos de milésimos da população de 10 a 24 anos.

Baseando-se nos dados de 1940 da Tabela 12 verifica-se que há crescimento do quesito "matrícula efetiva" em relação aos anos de 1950 e 1960 de, respectivamente, 327% e 513%, enquanto que a Tabela 11 evidencia que no tocante aos mesmos anos, a população total cresce de, respectivamente, 26% e 70%, ou seja, há um real crescimento desse quesito, não apenas acompanhando o crescimento da população.

TABELA 1.2

SITUAÇÃO DO ENSINO COMERCIAL DE NÍVEL MÉDIO

- BRASIL - 1937 e 1943-1961 -

ANO BASE - 1943

ANOS	UNIDADES ESCOLARES		MATRÍCULA EFETIVA		CONCLUSÕES DE CURSO	
	Números Absolutos	Números Índices	Números Absolutos	Números Índices	Números Absolutos	Números Índices
1937	482	68	30.122	47	6.627	46
1940	544	77	42.108	66	9.578	66
1943	706	100	63.440	100	14.520	100
1944	976	138	69.627	110	7.759	53
1945	935	132	73.339	116	14.894	103
1946	1.020	144	74.635	118	15.367	106
1947	939	133	74.272	117	13.169	91
1948	774	110	73.436	116	15.317	105
1949	735	104	68.863	109	15.673	108
1950	746	106	67.027	106	16.457	113
1951	752	107	71.077	112	15.151	104
1952	770	109	75.048	118	14.631	101
1953	864	122	82.913	131	17.279	119
1954	946	134	91.991	145	18.711	129
1955	947	134	101.082	159	19.117	132
1956	1.017	144	111.621	176	20.182	139
1957	1.095	155	124.327	196	22.109	152
1958	1.201	170	137.694	217	24.600	169
1959	1.277	181	151.579	239	27.039	186
1960	1.392	197	166.924	263	29.734	205
1961	1.436	203	187.694	296	33.090	228

FONTE: Serviço de Estatística da Educação e Cultura

Dados de 1937 a 1958: IBGE, O Brasil em Números, Apêndice do Anuário Estatístico - 1960. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Estatística, p.130.

Dados de 1959 a 1961: IBGE, O Brasil em Números. Rio de Janeiro, Conselho de Estatística, v.2, 1966, p.147.

Os dados da Tabela 12 evidenciam que o ensino comercial apresenta uma evolução mais ordenada do que a do ensino industrial, sem exprimir profundas alterações no primeiro ano de vigência de sua lei orgânica.

Pela Tabela 12 constata-se que, no período em que vigora a Lei Orgânica do Ensino Comercial, dobram os itens "unidades escolares" e "conclusões de curso", enquanto que triplica o item "matrícula efetiva". Somente esse item atinge a um incremento superior a 10% a.a., ou seja, a média de crescimento anual em relação aos itens "unidades escolares", "matrícula efetiva" e "conclusões de cursos" é de, respectivamente, 6%, 11,5% e 7,5%.

Com base nos dados de 1940 apresentados pela Tabela 12 verifica-se que há crescimento do quesito "matrícula efetiva" no tocante aos anos de 1950 e 1960 de, respectivamente, 59% e 296%, enquanto que, a Tabela 10 evidencia que em relação aos mesmos anos, a população total brasileira cresce de, respectivamente, 26% e 70%.

O aumento do item "matrícula efetiva" do ensino comercial, apesar de não atingir aos mesmos altos índices do ensino industrial, cresce em maior proporção do que a população total, ou seja, dobra em relação à 1950 e quadruplica em relação à 1960. É possível afirmar que o item "matrícula efetiva" do ensino comercial apresenta um real crescimento a partir da Lei Orgânica do Ensino Comercial.

Com base nos censos demográficos da Tabela 10 é possível verificar que nos anos de 1940, 1950 e 1960 o quesito "matrícula efetiva" cresce, em relação à faixa etária populacional brasileira de 10 a 24 anos, respectivamente, 0,3%, 0,4% e 0,7%, enquanto que o quesito "conclusões de curso", de, respectivamente, 0,07%, 0,10% e 0,14%. Mesmo sendo verificado pelas Tabelas 11 e 12 que o ensino comercial apresenta dados mais significativos que os dos ensinos industrial e agrícola, é possível afirmar que aquele ensino em relação ao quesito "matrícula efetiva" não atinge a

um centésimo da população de 10 a 24 anos, enquanto que o quesito "conclusões de curso" está em torno de um milésimo da população dessa faixa etária.

Entre os itens apresentados pela Tabela 12 no tocante ao ensino comercial, "unidades escolares" é o que apresenta evolução menos equilibrada, mostrando altas e quedas, apenas estabilizando-se a partir de 1950. O crescimento desse ensino torna-se acentuado ao completar uma década da entrada em vigor de sua lei orgânica, ou seja, a partir de 1953 dobram-se os três itens estudados, enquanto que durante a primeira década de vigência do preceito legal o crescimento do ensino comercial não ultrapassa a média de 35%.

Para finalizar o dimensionamento proposto, apresenta-se, através da Tabela 13, o levantamento do ensino agrícola.

TABELA 13

SITUAÇÃO DO ENSINO AGRÍCOLA DE NÍVEL MÉDIO

— BRASIL — 1945-1961 —

ANO BASE — 1946

ANOS	UNIDADES ESCOLARES		MATRÍCULA EFETIVA		CONCLUSÕES DE CURSO	
	Números Absolutos	Números Índices	Números Absolutos	Números Índices	Números Absolutos	Números Índices
1945	20	111	578	110	162	66
1946	18	100	524	100	247	100
1947	39	216	2.261	431	589	238
1948	38	211	2.094	400	634	257
1949	40	222	1.667	318	537	217
1950	48	267	1.813	346	613	248
1951	44	244	1.664	318	599	243
1952	33	183	1.162	222	410	166
1953	38	211	1.266	242	422	171
1954	43	239	1.464	279	492	200
1955	82	456	4.257	812	1.247	505
1956	79	439	4.236	808	1.289	522
1957	84	467	4.384	837	1.355	549
1958	89	494	4.995	953	1.396	565
1959	89	494	5.360	1.023	1.764	714
1960	98	544	6.263	1.195	1.914	775
1961	102	567	6.363	1.214	2.167	877

FONTE: Serviço de Estatística da Educação e Cultura

Dados de 1945 a 1958: IBGE, O Brasil em Números, Apêndice do Anuário Estatístico - 1960. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Estatística, p.131.

Dados de 1959 a 1961: IBGE, O Brasil em Números. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Estatística, v.2, 1966. p.148.

A Lei Orgânica do Ensino Agrícola é promulgada após a queda do Estado Novo, mas é projetada nesse período histórico, conseqüentemente, é, das três leis orgânicas focalizadas, a que apresenta menor vigência, ou seja, quinze

anos. E, entre as três modalidades de ensino estudadas, é a que exprime menor significação quantitativamente, apesar desse setor econômico se mostrar o mais expressivo em relação à população ativa brasileira.

Pelas Tabelas 11 e 13 verifica-se que o mesmo fenômeno ocorrido com o ensino industrial, se repete em relação ao ensino agrícola, ou seja, há imenso incremento no primeiro ano de promulgação da lei orgânica e, no restante da vigência, diminui acentuadamente essa ascensão. Pela Tabela 13 é evidente que, de 1946 para 1947, dobram os itens "unidades escolares" e "conclusões de curso", enquanto que quadruplica em relação ao quesito "matrícula efetiva". De 1947 a 1961, o item "unidades escolares" cresce de 161%, ou seja, de 11,5% a.a., o item "matrícula efetiva" cresce de 181%, ou seja, de 13% a.a., e o item "conclusões de curso" cresce de 268%, ou seja, de 19% a.a.. No primeiro ano de promulgação da Lei Orgânica do Ensino Agrícola, o quesito "matrícula efetiva" apresenta maior crescimento, porém no decorrer do restante da vigência dessa lei o item "conclusões de curso" é o que apresenta o maior incremento.

Para o ensino agrícola não são utilizados dados do censo de 1940, porque a sua lei orgânica somente é promulgada na segunda metade da década, prefere-se aproveitar apenas os dados dos censos de 1950 e 1960. Com base nos dados desses dois anos, verifica-se pela Tabela 13 o item "matrícula efetiva", em relação à faixa etária de 10 a 24 anos da população brasileira, cresce de, respectivamente, 0,01% e 0,03%, enquanto que o item "conclusões de curso", de, respectivamente, 0,04% e 0,009%. Nesses dois anos, o item "matrícula efetiva" do ensino agrícola varia de um a três décimos de milésimos da população, enquanto que o quesito "conclusões de curso" não atinge a um décimo de milésimo da população brasileira de 10 a 24 anos.

De acordo com os dados do censo de 1950, apresentados pela Tabela 10, verifica-se que há crescimento de 245% do quesito "matrícula efetiva" em relação ao ano de

1960 e de 35% no tocante à população total brasileira, ou seja, o crescimento do quesito "matrícula efetiva" não acompanha apenas o índice de crescimento da população total, chega a setuplicar, evidenciando que a Lei Orgânica do Ensino Agrícola acarreta um real crescimento ao seu ensino.

O ano exponencial do ensino agrícola é o de 1955, quando os itens "unidades escolares", "matrícula efetiva" e "conclusões de curso" chegam a, respectivamente, dobrar, triplicar e aumentar duas vezes e meia em relação ao ano anterior, ou seja, 1954. Esse aumento verificado é devido às modificações — principalmente curriculares — introduzidas pelo Regulamento aprovado pelo Decreto nº 38.042 de 10 de outubro de 1955.

A Tabela 13 demonstra que os períodos de evolução do ensino agrícola, a partir da sua lei orgânica até a aprovação do Regulamento de 1955 e desse até a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ou seja, a evolução de 1946 a 1955 e de 1955 a 1961 evidencia que esse segundo período — de seis anos — apresenta nítida vantagem em relação aos itens "matrícula efetiva" — diferença de 156% (435% - 279%) — e o item "conclusões de curso" — diferença de 52% (492% - 440%), apenas, o item "unidades escolares" exprime quase a mesma evolução — 239% (primeiro período) e 237% (segundo período). Com as modificações introduzidas em 1955, o ensino agrícola recebe novo estímulo iniciado com a Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

Engloba-se os dados dos ensinos industrial (Tabela 11), comercial (Tabela 12) e agrícola (Tabela 13) e comparando-os aos da população total e de 10 a 24 anos dos censos de 1950 e 1960 (Tabela 10), verifica-se que o item "matrícula efetiva" dos três tipos de ensino, em 1950, apenas atinge a meio centésimo — 0,51% — da população brasileira de faixa etária de 10 a 24 anos, e, em 1960, não atinge a um centésimo — 0,9% da mesma faixa populacional. O item "conclusões de curso" das três modalidades de ensino apresenta-se ainda mais restrito, ou seja, em 1950 e 1960 não

ultrapassa de um milésimo da população de 10 a 24 anos, respectivamente de 0,12% e 0,16%.

O manejo dos dados estatísticos oficiais dos ensinos industrial, comercial e agrícola, durante a vigência das respectivas leis orgânicas, reflete o lento e deficiente avanço desses ramos de ensino ao nível médio, sem atenderem eficazmente às necessidades do contexto. Registra-se, porém, crescimento em relação ao período anterior da promulgação delas, nos três itens abordados — "unidades escolares", "matrícula efetiva" e "conclusões de curso", principalmente em relação aos ensinos industrial e agrícola, que são os que se apresentavam mais carentes até aquele período.

O ensino comercial, por se manter mais próximo da linha propedêutica do ensino secundário, ou seja, estabelecer maior prestígio social atrai maior número de clientela e, conseqüentemente, obtém grande crescimento, enquanto que os ensinos industrial e agrícola apresentam menor número de "unidades escolares" e "matrícula efetiva", porque essas duas modalidades exigem instalações e aparelhagem onerosas, acentuando preparo técnico, uma clientela voltada para as atividades manuais e não oferecem o mesmo prestígio social das outras modalidades (comercial e normal) de ensino profissional.

A descompassada situação da estrutura educacional retratada evidencia que os ensinos industrial e agrícola não apresentam adequada infra-estrutura para desempenharem o papel que requer o contexto. O setor secundário exige abundante e preparada mão-de-obra e o setor primário ocupa a maior parte da população ativa do País, devendo apresentar-se mais qualificado e produtivo.

As leis orgânicas têm que lutar contra a pressão da demanda social da educação, para atingirem a demanda potencial da educação, além de lograrem real implantação.

O contexto, em que as leis orgânicas são geradas,

também, não apresenta estrutura adequada para que o ensino profissional médio propicie condições de se desenvolver apropriadamente. Somente a legislação, por si só, não tem força suficiente para promover a necessária mudança, sendo imprescindíveis inúmeros outros fatores, mormente aqueles voltados a sedimentar as inovações introduzidas pelo texto das leis orgânicas e pelas demais transformações exigidas pelo contexto.

CAPÍTULO V

5. CONCLUSÃO

É indispensável à pesquisa posicionar o texto das Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola através da evolução educacional republicana (até o Estado Novo) e dos variados aspectos do contexto em que elas são elaboradas e promulgadas.

A seguir é focalizado o relacionamento entre os itens acima e o texto das Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola, evidenciando os objetivos obtidos: pela evolução educacional republicana é mantida a tradicional ordem educacional brasileira e o texto está perfeitamente inserido no contexto republicano de reformas educacionais, pelos aspectos sociais são mantidos os mecanismos de dissimulação da discriminação social, ou seja, permanecem as situações de classes e *status quo* adquiridas, anteriormente, pelos grupos dominantes, que se fazem representar no governo autoritário pelo poder executivo e através da elaboração da legislação educacional; pelos aspectos econômicos não é constituído um modelo de sistema educacional adequado ao sistema geral de produção que exige a etapa do processo de industrialização que atravessa o País; pelos aspectos políticos são mantidos a sedimentação e o reforço do poder construído, da estruturação de dominar a partir da Segunda Guerra Mundial e das relações de dominação; pelos aspectos ideológicos é mantida a ordem estabelecida pela centralização e pelo autoritarismo do Estado.

As leis orgânicas, apesar de se constituírem reformas parciais, representam mais reformas entre as muitas elaboradas. O conjunto de reformas educacionais republicanas até o Estado Novo são simples disposições burocráticas e meras manobras das camadas dominantes, sem acarretar mudanças profundas. Na fase da Primeira República, as reformas gerais surgem em média de cinco em cinco anos. A década de vinte, sem causar substanciais reações políticas, é o

período das reformas estaduais implantadas pelos escolanovistas. Na Segunda República — que dura sete anos — tem-se mais uma reforma — Reforma Francisco Campos — abrangendo parte do ensino médio — secundário e comercial — e o ensino universitário, além de prosseguirem as reformas inovadoras de âmbito estadual. Passando o período de reformas estaduais e da instalação do novo regime, surge uma outra fase, a de sedimentação do poder e a de contra-reformas, dando origem às leis orgânicas.

O contexto do Estado Novo, em que estão inseridas as leis orgânicas focalizadas¹⁴⁸, não se caracteriza como patrocinador de mobilidade social e de demanda social, conseqüentemente elas não têm condições de se apresentarem como agente da renovação social como é evidente pelo dimensionamento¹⁴⁹ mostrado pelos ensinos industrial, comercial e agrícola após a promulgação de suas respectivas leis orgânicas. Se o contexto patrocinasse a mobilidade social e possibilitasse o aumento da demanda social escolar, as leis orgânicas seriam apresentadas diferentemente, ou talvez nem fossem elaboradas e promulgadas.

Os equívocos, as indefinições e as contradições verificadas no próprio texto das leis orgânicas e no próprio contexto refletem o dualismo social — arcaico x moderno — global que repercute na estrutura educacional.

As várias modalidades fragmentadas — secundário, industrial, comercial, agrícola e normal — de ensino médio instituídas pelo poder executivo de 1942 a 1946, através das diversas leis orgânicas, mantêm a linha da tradição educacional dualista, compartimentalizando o ensino profissional, sem determinarem os mesmos parâmetros para todo o ensino médio. A demanda social do ensino médio é mantida em dois níveis, ou seja, as camadas dominantes e médias estão voltadas para o ensino secundário de cunho propedêutico que propicia privilégios de classe, enquanto que as camadas inferiores estão voltadas para os ramos de ensino profissional — industrial, comercial, agrícola e normal —

que propicia a terminalidade e a rápida possibilidade de ingresso na força de trabalho. São sedimentadas as diferenças de classes e a estruturação social hierárquica antidemocrática.

O ensino médio sistematizado pelas leis orgânicas ativa e conduz a uma *praxis* intencional particular, com um tipo de ensino próprio a cada camada social. As leis orgânicas não chegam a elaborar a *praxis* intencional comum, imprescindível ao contexto. É impossível, mais uma vez, a construção de um modelo de sistema educacional próprio às necessidades emergentes do processo de desenvolvimento do País, mormente de acordo com as exigências dos setores de produção e a real demanda social de educação.

Não obstante a simetria verificada nas leis orgânicas, elas transplantam soluções importadas e mantêm a defasagem no tocante às reais necessidades econômicas do contexto, principalmente pela insuficiente coerência externa de seu texto em relação à efetivação do processo de desenvolvimento no País.

O autoritarismo do Estado Novo repercute no próprio processo de elaboração das leis orgânicas. Elas são concebidas nos bastidores — gabinetes — sem os necessários e os normais estudos, debates e discussões. Elas são silenciosas e rapidamente organizadas na etapa final (e ultrapassando-a) do período autoritário. Elas representam solução de emergência improvisada e baixada pelo poder executivo para reformular a estrutura do ensino profissional, elevando-o ao nível médio.

Sem a participação dos principais representantes da Escola Nova, as leis orgânicas retrocedem em vários aspectos, mormente pela: rigidez excessiva de organização, centralização e seletividade, insuficiente flexibilidade de articulação e de acesso e reduzida diversificação de oferta de ensinos. As leis orgânicas, porém, constituem um marco importante na trajetória do ensino profissional ao amenizarem a mentalidade assistencial e o caráter estanque

herdado através da elevação ao nível médio e da complexidade estabelecida pelos dois ciclos dos cursos instituídos.

As leis orgânicas, por fazerem parte do contexto educacional da sociedade capitalista brasileira, então a serviço da reprodução das relações de dominação e de exploração estabelecidas no processo de produção. As camadas dominantes, através das leis orgânicas, mantêm e preservam as estruturas, além de ajudarem a mascarar as reais necessidades do contexto sócio-econômico.

As leis orgânicas não fogem à regra mantida pela legislação educacional da sociedade capitalista, não obstante todo o aparato e do contexto próprio à transformação da ordem educacional nos setores econômicos. O ensino profissional não pode deixar de ser um dos agentes inculcadores da ideologia dominante da sociedade de classes, imprimindo-lhe maior funcionabilidade e afirmação, através da reprodução da submissão das camadas dominadas às regras da ordem vigente e da reprodução da aptidão de manipulação da camada dominante, para sedimentar ou recompor a dominação, com o objetivo de inculcar o papel que cada camada deve desempenhar "conscientemente".

O contexto autoritário, centralizar e com autonomia no aparato repressivo estabelece a fixidez do ensino profissional através das leis orgânicas. Solidificam-se e aperfeiçoam-se as funções ideológicas preparadas para o ensino médio. As leis orgânicas e, a criação do SENAI e SENAC refletem os seguintes mecanismos: sedimentação e manutenção das estruturas político-econômicas instituídas após a recomposição do próprio sistema instalado pela Segunda República, reprodução, discriminação, controle e conservação das relações sociais dominantes, diferenciação da sociedade de classes, dissimulação da demanda social de educação, consolidação da educação a serviço das classes dominantes, deslocamento do processo de conscientização e enquadramento da massa trabalhadora, tentativa governamental de solucionar a "questão social", inculcação da ideologia dominan

te através da ordem e disciplina, reprodução das relações de produção, conflito entre o arcaico e o moderno, compartimentalização das cinco modalidades do ensino médio — secundário, industrial, comercial, agrícola e normal —, maior participação das iniciativas privada e pública no setor educacional, com a conseqüente oferta de novas oportunidades educacionais, abundâncias e perspectivas do contexto. As leis orgânicas¹⁵⁰ cumprem executar o papel estabelecido pela cúpula do poder para o perfeito funcionamento da sociedade de classes, através da estrutura de dominação, acen tuando e aliando-se aos interesses das camadas dominantes, enquanto que em relação à necessidade de formação profis - sional da força de trabalho dos setores básicos da econo - mia, imprescindível ao processo de desenvolvimento que atravessava o País, são auxiliadas pela criação de um sis - tema escolar paralelo, através mormente da instituição do SENAI, do SENAC e das Escolas Técnicas Federais.

A solidificação da sociedade aberta e a conse - qüente reconstrução social, através da "equalização de oportunidade", representa uma das contribuições do apare - lho escolar, porém dificilmente é atingida em uma socieda de de classes, mesmo que sejam apregoados mecanismos — dis simuladores — para alcançá-la. Esses mecanismos apenas re - produzem a sociedade de classes em que o aparelho escolar está inserido e mantêm os padrões de ensino voltados para atender aos interesses das classes dominantes e das cama - das médias, como é verificado no texto das Leis Orgânicas dos Ensinos Industrial, Comercial e Agrícola.

A real construção de um sistema brasileiro de en - sino profissional e da *praxis* intencional comum, extinguindo o dualismo educacional, favorece ao ensino profissional um maior reconhecimento pela demanda social dando-lhe as mesmas igualdades do ensino academicista e atendendo às reivindicações da ordem sócio-econômico-cultural. O estabelecimento de uma estrutura — de acordo com os padrões cul - turais das camadas dominantes — e da conseqüente *praxis in*

tencional particular, com resultados estêreis, não correspondem às reais necessidades do contexto, com apenas modificações parciais, sem atingir globalmente a sociedade, sem equalizar as diferenças sociais, através da manutenção da estrutura educacional conservadora e defasada. Somente quando a política educacional puder constituir-se em agente de promoção social é que o sistema geral evolui no sentido de mobilização social.

O ensino profissional ao se apresentar diversificado e flexível, com *feedback*, redefinição e reestruturação de suas funções estará adequado à ideologia do desenvolvimento do contexto brasileiro e atenderá à constante modernização, produtividade, rendimento e eficiência de mão-de-obra. É indispensável o dinamismo no ensino profissional para ele poder contribuir mais ativa e poderosamente em relação às necessidades do contexto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ¹ O ensino profissional introduzido pelos jesuítas no Brasil não é mencionado porque se restringe a uma clientela específica e não se apresenta a nível médio. Não se pode esquecer o jesuíta Manoel da Nóbrega como o primeiro homem a perceber e pregar a necessidade de ensino profissional no País e o hiato deixado na estrutura educacional após a expulsão dos jesuítas na segunda metade do século XVIII.
- ² Não é citado o primeiro ministério — Ministério da Ins-trução, Correios e Telégrafos — voltado para esse tipo de assunto, criado em 19 de abril de 1890 e extin-to após dois anos, porque não tem condições de con-cretizar atos nesse sentido, principalmente pelo acú-mulo de funções diversificadas e pelo tipo de organi-zação peculiar.
- ³ O enfoque emendativo, também é dado ao ensino agrícola, mormente, aos Patronatos Agrícolas.
- ⁴ VIANNA, Agnelo Correa. *A Escola Técnica e a Formação Técnico-Industrial*. Rio de Janeiro, MEC-Diretoria do Ensino Industrial, 1967. p.20.
- ⁵ Esse decreto é considerado por Celso Suckow da Fonseca como "decreto benemérito" do ensino industrial. In: FONSECA, Celso Suckow. *História do Ensino Industrial no Brasil*. Rio de Janeiro, Escola Técnica Nacional do Rio de Janeiro, 1961 e 1962. 2 vols, 1º vol. p.163.
- ⁶ Novo enfoque surgido na evolução do ensino industrial ao ser especificado este tipo de preparo.
- ⁷ FONSECA, Celso Suckow, op. cit., p.167, apresenta a lista das dezenove escolas criadas.
- ⁸ Os regulamentos são: Decreto nº 9.070 de 25 de outubro

de 1911 (Regulamento Pedro Toledo); Decreto nº 13.064 de 12 de junho de 1918 (Regulamento Pereira Lima); e, Portaria de 13 de novembro de 1926.

- ⁹ O objetivo do órgão é a direção, a orientação e a fiscalização dos serviços relativos ao ensino profissional técnico, que recebessem subvenção, prêmio ou auxílio fiscal.
- ¹⁰ O ensino industrial recebe enfoque regional através da criação de seções regionais, porém são mantidas a organização didática e o regime escolar. Outra inovação obtida pela Superintendência é o entrosamento com associações industriais, reforçada pela Constituição de 1937.
- ¹¹ Pelo Decreto-lei nº 1238 de 2 de maio de 1939.
- ¹² O Regimento do SENAI é promulgado pelo Decreto nº 10.009 de 16 de julho de 1942, em pleno vigor da Lei Orgânica do Ensino Industrial, por isso, não são apresentados maiores destaques para este órgão educacional.
- ¹³ Posteriormente chamada de Instituto Comercial do Rio de Janeiro.
- ¹⁴ Órgão ligado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.
- ¹⁵ Ainda vinculado à herança propedêutica do curso geral.
- ¹⁶ Esses dados estatísticos diferem dos encontrados na "Sinopse Retrospectiva do Ensino no Brasil: 1871 a 1954" do Serviço de Estatística de Educação e Cultura. As duas fontes utilizadas, também, divergem nos dados de 1935 e 1940. Entre as duas, prefere-se a do INEP.
- ¹⁷ Com mais de quinhentos artigos.

- ¹⁸ Elas geram instabilidade, sem dar condições de amadurecimento dos tipos recém-criados. O único ramo de ensino agrícola que apresenta algum incremento é o superior, porque não segue na íntegra os moldes estabelecidos.
- ¹⁹ Órgão vinculado à Diretoria Geral de Agricultura e diretamente ligado ao Ministério da Agricultura.
- ²⁰ Os ministérios voltados diretamente para a educação não participam de qualquer atividade no sentido do ensino agrícola até o período proposto pela dissertação.
- ²¹ Em novembro de 1940 o órgão passa a ser rotulado de Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.
- ²² O ensino agrícola perde o caráter emendativo e é elevado ao nível médio.
- ²³ Essas não são encontradas apenas no período que antecede a "fase varguista". Elas podem ser encontradas desde o período colonial.
- ²⁴ FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: Histografia e História*. São Paulo, Editora Brasileira, 3.ed. 1975.p.19.
- ²⁵ SIMONSEN, Mário Henrique. *Brasil 2001*. Rio de Janeiro, APEC, 1974. p.45.
- ²⁶ No sentido de distinguir dois tipos diferentes de educação — teórica x prática, intelectual x treinamento, humanística x utilitária, letras x ciência, etc. — dirigidas às duas diferentes camadas sociais, respectivamente, a elite e a massa.
- ²⁷ Rótulos estabelecidos por Jorge Nagle, se bem que "otimismo pedagógico" é emprestado de Karl Mannheim. In: NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1975.
- ²⁸ PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação Popular e Educação de Adultos*. São Paulo, Loyola, 1973. p.26 e segs.
- ²⁹ Ibidem, p.16.

- ³⁰ Além do "entusiasmo pela educação", "otimismo pedagógico", "realismo educação", também são sentidas as influências das lideranças católicas através da reinvindicação de ensino religioso nas escolas.
- ³¹ Para maiores detalhes consultar os itens 2 e 3 do quarto capítulo de CUNHA, Luís Antônio. *Universidade Temporã: O Ensino Superior da Colônia à Era de Vargas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- ³² Os pedagogos são levados a adotarem cuidados excessivos com fatores internos do processo educacional e se desvincularem do conjunto da sociedade e do caráter ideológico da educação.
- ³³ Ela atinge reduzida escala em relação ao ensino superior.
- ³⁴ Os choques entre a extrema-direita e a extrema-esquerda tornam-se mais violentos de 1935 a 1937, acentuando a repressão policial.
- ³⁵ "O movimento é mais pragmático do que ideológico", porque "não havendo tradição anti-imperialista nas camadas dirigentes e sendo vaga esta idéia entre a camada pequeno-burguesa". CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro, DIFEL, 1976. p.72.
- ³⁶ SIMONSEN, Mário Henrique, op. cit., p.45.
- ³⁷ O modelo adotado é o fascista da reforma educacional italiana de Gentile, de 1923, através da função propedêutica, reforçando o objetivo de formar "indivíduos capazes de tomar decisões".
- ³⁸ Para maiores detalhes ver: Plano de Educação Nacional. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro (36):210-320, maio/ago. 1949.
- ³⁹ WEFORT, F.C. O Populismo na Política Brasileira. In: *Tempos Modernos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968. p.70.

- ⁴⁰ CARONE, Edgard, op. cit., p.313.
- ⁴¹ CHACON, Vamireh. *Estado e Povo no Brasil: as Experiências do Estado Novo e da Democracia Populista 1937-1964*. Rio de Janeiro, José Olympio; Brasília, Camara dos Deputados, 1977. p.40.
- ⁴² Ibidem, p.53.
- ⁴³ Ibidem, p.52.
- ⁴⁴ Ela se baseia nas exportações primárias, com deficits orçamentários, péssima situação do balanço de pagamento, emissão e desvalorização de dinheiro, desemprego, baixos salários, etc..
- ⁴⁵ SIMONSEN, Mário Henrique, op. cit., p.45.
- ⁴⁶ Ele mantém a função propedêutica ao ensino superior, estabelecida pela Reforma Francisco Campos de 1931, ao substituir o curso complementar pelo curso colegial ("clássico" ou "científico"), além de reforçar a linha fascista, copiada da reforma educacional italiana de Gentile de 1923.
- ⁴⁷ Ela se inspira nos movimentos fascistas aliados à Igreja, para maiores detalhes consultar: BRANDÃO, Berenice Cavalcante. *O Movimento Católico Leigo no Brasil (As Relações entre Igreja e Estado - 1930/1937)*, Niterói, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 1975. p.66-83.
- ⁴⁸ Principalmente Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Teixeira Freitas.
- ⁴⁹ VARGAS, Getúlio. *A Nova Política*. Rio de Janeiro, José Olympio, vol. 6, 1938. p. 107.
- ⁵⁰ As Leis Orgânicas dos Ensinos Primário, Normal e Agrícola são elaboradas no Estado Novo, porém, somente promulgadas em 1946.

- ⁵¹ SILVA, Marinete dos Santos. *A Educação Brasileira no Estado Novo (2937-2945)*. São Paulo, Editorial Livramento, 1980. p.34.
- ⁵² Redação dada pelo Decreto-lei nº 8.680 de 15 de janeiro de 1946.
- ⁵³ Ibidem.
- ⁵⁴ Redação dada pelo Decreto-lei nº 9.183 de 15 de abril de 1946.
- ⁵⁵ Ibidem, Decreto-lei 8.680.
- ⁵⁶ Ibidem, Decreto-lei nº 9.183.
- ⁵⁷ Ibidem.
- ⁵⁸ Ibidem.
- ⁵⁹ Ibidem, Decreto-lei nº 8.680.
- ⁶⁰ Ibidem.
- ⁶¹ Ibidem.
- ⁶² Redação dada pelo Decreto-lei nº 8.196 de 20 de novembro de 1945.
- ⁶³ Ibidem.
- ⁶⁴ Ibidem, Decreto-lei nº 8.680.
- ⁶⁵ Ibidem, Decreto-lei nº 8.196.
- ⁶⁶ Ibidem.
- ⁶⁷ Ibidem, Decreto-lei nº 8.680.
- ⁶⁸ Ibidem, Decreto-lei nº 8.196.
- ⁶⁹ Redação dada pelo Decreto-lei nº 8.347 de 10 de dezembro de 1945.
- ⁷⁰ Ibidem.

- ⁷¹ Redação dada pelo Decreto-lei nº 8.347 de 10 de dezembro de 1945.
- ⁷² Ibidem.
- ⁷³ Ibidem.
- ⁷⁴ Ibidem.
- ⁷⁵ Ibidem.
- ⁷⁶ Ibidem, Decreto-lei nº 8.196 de 20 de novembro de 1945.
- ⁷⁷ Esta categoria foi introduzida *ex vi* do Decreto-lei nº 8.680 de 15 de janeiro de 1946.
- ⁷⁸ Lei Orgânica do Ensino Industrial apresenta outro significado para "aluno ouvinte", ou seja, é o componente de auditório dos cursos avulsos.
- ⁷⁹ Ibidem, Decreto-lei nº 8.680.
- ⁸⁰ Setores incluídos no objetivo geral da Lei Orgânica do Ensino Industrial.
- ⁸¹ A diferenciação está em consonância com a luta travada, desde a década de trinta, entre os representantes das duas políticas educacionais do período. Por um lado, os liberais da educação eram favoráveis a co-educação e a co-instrução e por outro lado, os movimentos fascistas e a Igreja eram contrários.
- ⁸² Esse item não é mencionado pela Lei Orgânica do Ensino Comercial.
- ⁸³ Esses cursos não têm a aceitação determinada pela legislação. As empresas não viam com bons olhos os egressos desses cursos, porque teriam que pagar melhores salários a jovens sem experiência profissional — mas com diploma nas mãos — que passariam a dirigir homens experimentados.
- ⁸⁴ Nenhuma escola fez funcionar cursos artesanais e o Mi-

nistro Capanema pretendeu reformular esses cursos, mas o término do Estado Novo, também simboliza o fim de suas pretensões. Os cursos artesanais contradizem o momento do processo de industrialização que atravessa o País ao ser elaborada a Lei Orgânica do Ensino Industrial pela tentativa de preservar o artesanato.

⁸⁵ Nesse aspecto acompanha a mesma linha dos cursos de continuação.

⁸⁶ A Lei orgânica do Ensino Comercial não discrimina esses cursos.

⁸⁷ De acordo com a organização, regime e funcionamento determinados pelas leis orgânicas e legislação complementar.

⁸⁸ Os Territórios têm assegurados a manutenção de escolas de ensino comercial e agrícola.

⁸⁹ Após onze anos de promulgação da Lei Orgânica do Ensino Industrial é que a Lei nº 1.821 de 12 de março de 1953 estabelece os cursos de engenharia, química industrial, arquitetura, matemática, física, química e desenho, como os cursos de ensino superior relacionados ao ensino industrial de segundo ciclo e determina que o candidato ao ensino superior demonstre ter cursado certas disciplinas de cultura geral ou tenha certificado de aprovação em exames dessas disciplinas em estabelecimentos de ensino secundário federal ou equiparado. Somente a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é que é possível o ingresso dos concluintes do ensino médio em qualquer curso do ensino superior, ou seja, sem restrições.

⁹⁰ Influência da Escola Profissional de Mecânica do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, desde 1924, e, dos cursos ferroviários de aprendizagem que, desde 1930, utilizavam métodos psicotécnicos para a seleção e a formação profissional de seus candidatos.

- ⁹¹ Esses cursos, porém, têm que ministrar práticas educativas, porque essas estendem-se a todos os cursos, segundo a Constituição vigente.
- ⁹² Ela é introduzida pela Reforma Luíz Alves-Rocha Vaz, de 1925, tratada como educação pelo ensino comercial e, ora como instrução, ora como educação pelo ensino agrícola. Não dá para verificar se é apenas jogo de palavras, imprecisão terminológica ou se os legisladores dão conotações diferentes aos dois termos.
- ⁹³ LIMA, Lauro de Oliveira. *Estórias da Educação no Brasil: de Pombal a Passarinho*. Brasília, Editora Brasília, 1974. p.102.
- ⁹⁴ A Lei Orgânica do Ensino Industrial não relaciona esse quesito.
- ⁹⁵ A Lei Orgânica do Ensino Industrial não relaciona os itens conservação e ordem do material, trabalhos complementares e frequência do corpo docente.
- ⁹⁶ A Lei Orgânica do Ensino Comercial não aborda estágios e bolsas de estudos.
- ⁹⁷ A Lei Orgânica do Ensino Agrícola evidencia o regime de externato, porém não exclui a possibilidade das demais modalidades, além de relacionar os regimes de estudos com o tipo de clientela, enquanto que a Lei Orgânica do Ensino Comercial determina que o regimento de cada escola estabeleça a própria modalidade de regime de estudos.
- ⁹⁸ Não são especificados os estágios pela Lei Orgânica do Ensino Comercial e as atividades sociais pela Lei Orgânica do Ensino Industrial.
- ⁹⁹ Essas determinações seguem as mesmas diretrizes da Reforma Francisco Campos de 1931, criadas no início do período revolucionário.

- ¹⁰⁰ A verificação não é feita para as práticas educativas, porém elas têm frequência assegurada, exceto para a Educação Religiosa nos ensinos comercial e agrícola.
- ¹⁰¹ Os exames são instituídos pela Reforma Luís Alves- Rocha Vaz, de 1925, e mantidos pela Reforma Francisco Campos, de 1931.
- ¹⁰² A Lei Orgânica do Ensino Industrial não discrimina as disciplinas, enquanto que a Lei Orgânica do Ensino Comercial deixa a critério dos estabelecimentos de ensino a escolha das disciplinas para admissão aos cursos técnicos.
- ¹⁰³ Entre as instituições a Lei Orgânica do Ensino Agrícola especifica a criação de cooperativa em cada estabelecimento de seu ensino. O sistema de cooperativas é uma atividade normal da vida agrícola profissional, justificando a necessidade do aluno de ensino agrícola começar a entender e a participar de seus mecanismos, ainda durante o ambiente escolar.
- ¹⁰⁴ Principalmente através da manutenção da ordem, da disciplina e da seletividade (ver p. 69 e 191).
- ¹⁰⁵ Entre as providências complementares da Lei Orgânica do Ensino Industrial — Decreto-lei nº 4119 de 21 de fevereiro de 1942 — fica determinado o "ensino industrial de emergência", por causa da guerra, a fim de atender à urgente necessidade de preparação profissional, para o trabalho nacional, especialmente para o das indústrias e empresas mais diretamente relacionadas com a defesa nacional, através de organização de cursos extraordinários, de continuação, de aperfeiçoamento e de especialização, em turnos diurno e noturno, para jovens e adultos nos estabelecimentos oficiais.
- ¹⁰⁶ No caso do curso ser patrocinado por mais de um estabelecimento industrial.

- ¹⁰⁷ Esta categoria é introduzida *ex vi* do Decreto-lei nº 8680 de 15 de janeiro de 1946.
- ¹⁰⁸ Esta regulamentação é baixada pelo próprio ministro Campanema, através das Portarias nºs 162 e 169, respectivamente, em 1 de março de 1943 e 15 de março de 1943.
- ¹⁰⁹ Ele segue a linha adotada pela Lei Orgânica do Ensino Secundário para os "exames de licença" nos moldes do *baccalaureat* do sistema educacional francês.
- ¹¹⁰ O autor afirma que "a classe que domina materialmente é a que domina também a sua moral, sua educação e suas idéias". In: PONCE, Anibal. *Educación y Lucha de Clases*. Buenos Aires, Ateneo, 1943. p.287.
- ¹¹¹ CUNHA, Luís Antônio. *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975. p. 113-115.
- ¹¹² Ibidem, p.57 e segs.
- ¹¹³ Ibidem, p.57.
- ¹¹⁴ Apesar da ideologia dessa sociedade alegar perfeita mobilidade social.
- ¹¹⁵ Segundo Anísio Teixeira: "daí não ser a educação mais do que um esforço para redistribuir os homens pelas diversas ocupações e meios de vida em que se repartem as atividades humanas". In: TEIXEIRA, Anísio. *Educação para a Democracia*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1936. p.24.
- ¹¹⁶ ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Lisboa, Editorial Presença, 1974. Trad. Joaquim José de Moura Ramos.
- ¹¹⁷ A reprodução das relações de produção torna-se indispensável à classe dominante porque é através dos dife -

rentes códigos de comportamento determinados pela formação da força de trabalho que é possível a adequação da ordem estabelecida por essa classe.

¹¹⁸ ALTHUSSER, Louis, op. cit., p.66-67.

¹¹⁹ Segundo Althusser, os Aparelhos Ideológicos de Estado — AIE — são as instituições distintas e especializadas, relativamente autônomas que "funcionam de maneira massivamente prevalente pela ideologia" e secundariamente pela repressão. Para o autor os AIE não se confundem com o Aparelho (repressivo) do Estado, existindo uma pluralidade de AIE e apenas um Aparelho (repressivo) do Estado.

¹²⁰ ALTHUSSER, Louis, op. cit., p.62.

¹²¹ Ibidem, p.57.

¹²² SILVA, Marinete dos Santos, op. cit., p.25.

¹²³ VARGAS, Getúlio, op. cit., vol.5, p.104.

¹²⁴ CAPANEMA, Gustavo. Panorama da Educação Nacional (discursos do presidente Vargas e do ministro Gustavo Capanema). In: *Realizações*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1937. p.21.

¹²⁵ Apesar delas terem ocorrido, o Estado Novo não elimina totalmente a estrutura oligárquica.

¹²⁶ Ele se expressa através de um setor econômico dependente do agrário-comercial e o contingente industrial-urbano-financeiro é de reduzida significação. Mais de 65% da população economicamente ativa está voltada para o setor primário e menos de 15% para o setor secundário, ou seja, pelo Censo de 1920 o setor primário chega a 69,7% e o secundário a 13,8% e o de 1940 mostra que o setor primário atinge a 65,1% e o secundário a 14,8%. Dados extraídos de BAER, Werner. *A Industrialização e o Desenvolvimento Eco-*

nômico do Brasil. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1966. p.20 e 22.

- 127 O investimento em capital humano no processo de industrialização pode acarretar resultados opostos, ou acelerando, ou retardando o processo.
- 128 A Reforma Francisco Campos legisla, também, o nível superior.
- 129 VARGAS, Getúlio, op. cit., v.6. p.10.
- 130 CAPANEMA, Gustavo, op. cit., p.28.
- 131 As soluções se avolumam, também, fora do setor educacional.
- 132 Anteriormente às leis orgânicas, os ensinos industrial, comercial e agrícola, somente apresentavam fundamentos em estado implícito.
- 133 A lei do ensino secundário (não faz parte da população alvo da dissertação) é a que mais evidencia esse tipo de propaganda, mormente em sua exposição de motivos e é confirmada em seu conteúdo (cf. p.69).
- 134 Na realidade a "Juventude Brasileira" não se fez presente porque os cursos artesanais não tiveram oportunidade de funcionar.
- 135 Luís Antônio Cunha evidencia que a origem do ensino técnico-industrial está situada nesse equilíbrio, ou seja, surge da reunião das escolas profissionais para operários — cultura técnica, com conteúdo prático, além de seus laboratórios e um pouco de seu prestígio. CUNHA, Luís Antônio. *A Política Educacional no Brasil: A Profissionalização no Ensino Médio*. Rio de Janeiro, Eldorado, 1973. p.62.
- 136 O SENAR — Serviço Nacional de Formação Profissional Rural — somente é criado após quatro décadas, ou seja,

pelo Decreto nº 77.354 de 31 de março de 1976.

- 137 Outros aspectos dualistas do contexto são: educação livresca x educação profissional; educação elitista x educação popular; educação secundária x educação industrial, comercial, agrícola e normal; educação masculina x educação feminina; educação privada x educação pública, etc.
- 138 A articulação só é ampliada pelas Leis nºs 1.076 de 31 de março de 1950 e 1.821 de 12 de março de 1953 (Lei de Equivalência), que tornam possível a integração das diferentes modalidades do ensino médio.
- 139 A Lei Orgânica do Ensino Industrial tem seus currículos de ensino regulamentados através do Decreto nº 8.673 de 3 de fevereiro de 1942; o ensino comercial tem regulamentados os currículos pelo Decreto nº 14.373 de 28 de dezembro de 1943 (modificado pelo Decreto nº 42.671 de 20 de novembro de 1957 e pela Portaria nº 435 de 30 de dezembro de 1957) e o ensino agrícola pelo Decreto nº 21.667 de 20 de agosto de 1946 (modificado pelo Decreto nº 38.042 de 10 de outubro de 1955).
- 140 Segundo Celso Suckow da Fonseca, os testes psicotécnicos nos exames de admissão ajudam, a longo prazo, a formar uma elite industrial. O autor apenas focaliza a Lei Orgânica do Ensino Industrial, porém se pode estender às áreas de atuação das demais leis orgânicas do ensino profissional, com a escolha dos mais aptos para cada setor em que está voltado o ensino. Cf. FONSECA, Celso Suckow da., op. cit., vol.1, p.269.
- 141 Com exceção da "educação agrícola circunvizinha" estabelecida pela Lei Orgânica do Ensino Agrícola, com o objetivo de influenciar às práticas agrícolas da vizinhança.

- ¹⁴² A Lei Orgânica do Ensino Industrial reduz esse entrave ao estabelecer a observação pedagógica nos cursos industriais, durante os primeiros quatro meses de vida escolar do aluno, com o objetivo de auxiliá-lo na sua adaptação e facilitá-lo na escolha do curso mais adequado à sua capacidade.
- ¹⁴³ A Lei Orgânica do Ensino Industrial discrimina que a gratuidade deve ser principalmente para alunos privados de meios financeiros suficientes. Essa lei orgânica não exclui totalmente os alunos de camadas mais favorecidas.
- ¹⁴⁴ O contexto não permite contradições ideológicas em torno dos problemas educacionais, por causa do autoritarismo e do ostracismo dos principais profissionais da educação. É a contradição das contradições do contexto educacional.
- ¹⁴⁵ Para maiores detalhes consultar p. 175.
- ¹⁴⁶ Especificamente com elas porque formam a população alvo da dissertação, como, também, com a legislação educacional de um modo geral do País.
- ¹⁴⁷ Exposição de Motivos da Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1 de abril de 1942.
- ¹⁴⁸ A Lei Orgânica do Ensino Agrícola não é promulgada durante esse período, porém é reflexo dele.
- ¹⁴⁹ O aumento quantitativo das três modalidades de ensino somente atinge a um centésimo da população brasileira de faixa etária entre 10 e 24 anos.
- ¹⁵⁰ Além de outros movimentos educacionais, principalmente, os relativos a difusão do ensino elementar, como evidência Vanilda Pereira Paiva.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Jayme. Tendências Antagônicas do Ensino Secundário Brasileiro. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro (78):3-18, abr./jun. 1960.

———. Aspectos Profissionais no Ensino de Nível Médio. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, 37(85):210-13, jan./mar. 1962.

———. Educação e Desenvolvimento Sócio-Econômico na América Latina. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, 37(86):5-31, abr./jun. 1962.

———. Fatores Sociais Atuantes no Currículo da Escola Secundária. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, 44(99):53-71, jul./set. 1965.

ABREU, Jayme & CUNHA, Nádia. Papel da Cultura Geral na Formação Técnico Especializado. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, 54(120):289-300, out./dez. 1970.

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Lisboa, Editorial Presença, s.d.

ALVES, Isaias. *Educação e Brasilidade* (idéias forças do Estado Novo). Rio de Janeiro, José Olympio, 1939.

ARAÚJO, André Vidal de. *Segunda Hora do Estado Novo; a função docente do Estado Novo*. s.c.p. Manaus, 1939.

AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira; introdução ao Estudo da Cultura no Brasil*. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Instituto de Geografia e Estatística, 1943.

———. *A Educação entre Dois Mundos*. São Paulo, Melhoramentos, 1958.

AZEVEDO, Fernando de. *Velha e Nova Política, aspectos e figuras da Educação Nacional*. São Paulo, Nacional, 1943.

———. *Novos Caminhos e Novos Fins; a Nova Política de Educação no Brasil*. São Paulo, Nacional, 1931.

———. A Unidade Nacional e a Educação. *Revista Brasileira de Estatística*. Rio de Janeiro, (8):851-82, 1941.

AZEVEDO, Fernando et alii. Nova Etapa no Movimento de Reconstrução Educacional. Mensagem dos Pioneiros da Educação Nova ao Povo e ao Governo do Brasil. *Educadores del Mundo*, Santiago do Chile, (15):4-7, out. 1959.

BACCHETTO, Sinésio. *Educação e Ideologia*. Rio de Janeiro, Vozes, 1967.

BAER, Werner. *A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1966.

BARTH, Hans. *Verdade e Ideologia*. México, Buenos Aires, Fondo de Cultura, 1951.

BASBAUM, Leoncio. *História Sincera da República de 1930 a 1960*. São Paulo, Edaglit, 1962.

BECHARA, Miguel. *Extensão Agrícola*. São Paulo, Secretaria da Agricultura, Departamento da Produção Vegetal, 1954.

BELLEZA, Newton. Diretrizes para o Ensino Agrícola. *Revista de Serviço Público*, Rio de Janeiro, 66(1):65-70, jan. 1955.

———. Esquema da Evolução do Ensino Agrícola. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, 69(1):26-31, out. 1955.

BERFORD, Alvaro Bittencourt. *O Estado Nacional e a Constituição de Novembro de 1937*. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa e Propaganda, 1944.

- BICUDO, Joaquim de Campos. *O Ensino Secundário no Brasil e a sua Legislação*. São Paulo, Impressora José Magalhães, suplemento nº 1, jan./maio, 1942.
- BITTENCOURT, Raul. *Perspectiva Histórica dos Ideais de Educação no Brasil*. Rio de Janeiro, (Separata de Nueva Era, (15)), 1945.
- . A Educação Brasileira no Império e na República. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, 19(49):41-76, jan./mar. 1953.
- BOLOGNA, Ítalo. O Sistema Educacional Brasileiro. *IDORT — Revista Brasileira de Produtividade*, São Paulo, (529/530):12-17, mar./abr. 1976.
- BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean-Claude. *A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.
- BRANDÃO, Berenice Cavalcanti. *O Movimento Católico Leigo no Brasil (As Relações entre Igreja e Estado — 1930-1937)*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (tese de Mestrado em História), 1975.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *O Ensino no Brasil — em 1935*. Rio de Janeiro, Serviço de Estatística da Educação e Cultura, 1941.
- . *O Ensino no Brasil — em 1940*. Rio de Janeiro, Serviço de Estatística da Educação e Cultura, s.d.
- . Pesquisa sobre o Desenvolvimento da População do Brasil. *O Brasil em Números — Apêndice do Anuário Estatístico do Brasil — 1960*. Rio de Janeiro, Serviço de Estatística da Educação e Cultura, 1960.
- . *Repertório Estatístico do Brasil, Situação Cultural*, Rio de Janeiro, (1), 1941.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Anuário Estatístico do Brasil - 1960.

———. *O Brasil em Números.* Rio de Janeiro, Conselho de Estatística, (2), 1966.

———. *Organização da Aprendizagem Industrial no Brasil.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Serviço de Documentação, folheto 13, 1943.

BREJON, Moysés. *Recursos Humanos, Ensino Técnico e Desenvolvimento: uma Perspectiva Brasileira.* São Paulo, Pioneira, 1968.

CAMPOS, Francisco. Consolidação da Reforma do Ensino Secundário. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, 60(135):426-60, jul./set. 1974.

———. *O Estado Nacional, sua estrutura, seu conteúdo ideológico.* Rio de Janeiro, José Olympio, 1941.

———. *Educação e Cultura.* Rio de Janeiro, José Olympio, 1941.

———. *Os Problemas do Brasil e as Grandes Soluções do Novo Regime.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938.

———. *O Estado Nacional e suas Diretrizes.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1937.

CAPANEMA, Gustavo. *Os Grandes Dias do Brasil Novo.* Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa e Propaganda, 1939.

———. *Panorama da Educação Nacional (discurso do Presidente Vargas e do Ministro Gustavo Capanema), Realizações,* Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1937.

CARONE, Edgard. *A Terceira República (1937-1945)*. São Paulo, DIFEL, 1976.

———. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo, DIFEL, 1976.

CARVALHO, Hernani de. *Sociologia da Vida Rural Brasileira* (Subsídios para o seu Estudo). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1951.

CARVALHO, Luís Antônio da Costa. *As Realizações do Governo Getúlio Vargas no Campo do Direito*. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa e Propaganda, 1942.

CARVALHO, Manoel Marques. Situação Atual e Tendências do Ensino Técnico Comercial no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, 99(44):72-98, jul./set. 1965.

CASTRO, Cláudio de Moura. Secundário Profissionalizante: Prêmio de Consolação. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, (17): 41-52, jun. 1976.

CAVALCANTI, Themistocles Brandão. Reflexões sobre o Problema Ideológico. *Revista de Direito Público e Ciência Política*, Rio de Janeiro, 8(3):84-100, set./dez. 1965.

CHACON, Vamireh. *Estado e Povo no Brasil: as Experiências do Estado Novo e da Democracia Populista, 1937-1964*. Rio de Janeiro, José Olympio, Brasília, Câmara dos Deputados, 1977.

CHRISTERSON, Reo M. et alii. *Ideologias & Política Moderna*. São Paulo, IBRASA, 1974.

CUNHA, Luís Antônio. *Política Educacional no Brasil: a Profissionalização no Ensino Médio*. Rio de Janeiro, Eldorado, 1973.

———. *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.

CUNHA, Luís Antônio. *Universidade Temporã: o Ensino Superior da Colônia à Era de Vargas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

CUNHA, Nádía. Implicações de uma Redefinição da Política Educacional. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, 60(135):291-304, jul./set. 1974.

DEBRUN, Michel. *Ideologia e Realidade*. Rio de Janeiro, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959.

DINIZ, Osório da Rocha. *A Estrutura e o Desenvolvimento Econômico do Brasil*. São Paulo, Saraiva, 1957.

DOBRUCKI, Gustavo. Exposição Geral de Motivos sobre o Projeto de Lei Relativo à Organização do Ensino Polonês em 1927. *Boletim*, Ministério de Educação e Saúde, 1 (1/2): 91-3, jan./jun. 1931.

DUARTE, Gil. *A Paisagem Legal do Estado Novo*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1941.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 30: Historiografia e História*. São Paulo, Brasiliense, 1975.

———. *Pequenos Ensaios de História da República (1889/1945)*. São Paulo, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, Caderno 10, 197.

FERNANDES, Florestan. *Educação e Sociedade no Brasil*. São Paulo, Dominus, 1966.

FONSECA, Celso Suckow da. *História do Ensino Industrial no Brasil*. Rio de Janeiro, Escola Técnica Nacional do Rio de Janeiro, 1961 e 1962, 2 vols.

FOUCAULT, Michel. A Verdade e a Forma Jurídica. *Caderno da PUC*, Rio de Janeiro, Divisão de Intercâmbio e Edições, 1974.

———. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

- FREITAS, Bezerra de. *Fisionomia e Estrutura do Estado Novo*. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1941.
- FREITAS, M.A.Teixeira. Novos Objetivos para a Educação no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, (12), jun. 1945.
- GOUVEIA NETO, Hermano. *Anísio Teixeira, Educador Singular*. São Paulo, Nacional, 1973.
- GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- GRANDE, Humberto. *A Pedagogia no Estado Novo*. Rio de Janeiro, Gráfica Guarany, 1941.
- GUIMARÃES JÚNIOR, Coronel Castro. Educação e Programas de Ensino. *Revista do Clube Militar*, Rio de Janeiro, (53): 43-45, abr. 1940.
- HARNECKER, Marta. *Los Conceptos Elementares del Materialismo Histórico*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1974.
- HENRIQUES, Afonso. *Ascensão e Queda de Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro, Record, s.d., vol.1.
- HILDEBRAND, Armando. Novas Diretrizes e Novas Bases para a Educação Nacional. *Boletim*, Rio de Janeiro, (6):4-19, jun. 1947.
- IANNI, Octávio. *Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.
- . *Estado e Planejamento Econômico no Brasil* (30-70). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. *Oportunidades de Preparação no Ensino Industrial*. Rio de Janeiro, Seção de Orientação Educacional e Profissional, publicação nº 43, 1949.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. *Oportunidades de Preparação do Ensino Comercial*. Rio de Janeiro, Seção de Orientação Educacional e Profissional, publicação nº 44, 1949.

———. *Oportunidades de Preparação do Ensino Agrícola e Veterinário*. Rio de Janeiro, Seção de Orientação Educacional e Profissional, publicação nº 45, 1949.

JAGUARIBE, Hélio. *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*. Rio de Janeiro, Instituto Superior de Estudos Brasileiros do Ministério de Educação e Cultura, 1958.

KONDER, Leandro. *Introdução ao Fascismo*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

LEFEBRE, Henri. *Sociologia de Marx*. Rio de Janeiro, Forense, 1968.

LEVINE, Robert M. *O Regime de Vargas: os Anos Críticos - 1934-1938*. Trad. Raul de Sã Barbosa. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

LIMA, Alceu Amoroso. *Indicações Políticas da Revolução à Constituição*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1936.

———. *Diretrizes do Pensamento Brasileiro. A Ordem*, Rio de Janeiro, (22):327-348, jul./dez. 1939.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergstrom. *Tendências da Educação Brasileira*. São Paulo, Melhoramentos, 1940.

———. *Tendências da Educação Brasileira. Formação*, Rio de Janeiro, (24):13-41, 1940.

LUDERITZ, João. *Passado e Presente do Nosso Ensino Industrial*. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, 4(11):223-28, maio 1945.

- MACHADO, Jorge Figueira. *Política de Segurança Nacional e Política de Educação*. s.l.p., s.c.p., 1942.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.
- MARQUES, Aguinaldo N. *Fundamentos do Nacionalismo*. São Paulo, Fulgor, 1960.
- MATOS, Francisco Gomes. *Ensino Comercial para o Desenvolvimento Nacional*. Rio de Janeiro, SENAC, 1961.
- MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia Autoritária no Brasil - 1930/1945*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1978.
- MENNUCI, Sud. *Cem Anos de Instrução Pública (1822-1922)*. São Paulo, Salles Oliveira, Rocha, 1932.
- MIRANDA, Joaquim Cardoso de. *O Ensino Agrícola no Ministério da Agricultura*. Rio de Janeiro, Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão da Universidade Rural, nº 6, 1949.
- MIRANDA, Maria do Carmo Tavares de. *Educação no Brasil (Esboço de Estudo Histórico)*. Recife, Universitária, 1975.
- MORAES, Deodato de. *Fundamentos Científicos da Escola Nacionalista*. *Nação Armada*, Rio de Janeiro, (10):20-8, set. 1940.
- . *Educação e Estado Novo*. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, (9):26-36, 1941.
- . *Culto à Nacionalidade*. *Nação Armada*, Rio de Janeiro, (13):117-27, dez. 1940.
- MOREIRA, J. Roberto. *Educação e Desenvolvimento no Brasil*. Rio de Janeiro, Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, 1960.
- MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Ideologia de Cultura Brasileira: Pontos de partida para uma Revisão Histórica*. São

- Paulo, Ática, 1977.
- NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo, EPU, Universidade de São Paulo, 1974.
- NÓBREGA, Vandick Londres da. *Enciclopédia da Legislação do Ensino*. Rio de Janeiro, Ed. Revista dos Tribunais, 1972.
- NOGUEIRA DE PAULA, L. *Os Modelos Econômicos na Pesquisa e no Ensino*. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1957.
- NUNES, Clarice. *Escola & Dependência: O Ensino Secundário e a Manutenção da Ordem*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1980.
- OLIVEIRA LIMA, Lauro de. *Estórias da Educação no Brasil: de Pombal a Passarinho*. Brasília, Ed. Brasília, 1974.
- . *O Impasse na Educação*. Petrópolis, Vozes, 1969.
- PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação Popular e Educação de Adultos*. São Paulo, Loyola, 1973.
- PENTEADO JÚNIOR, Onofre A. O Manifesto e a Educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, 33(71):154-58, jul./set. 1958.
- PEREIRA, Luiz. *Trabalho e Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, DIFEL, 1965.
- PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, (36):210-320, maio/ago. 1949.
- PONCE, Aníbal. *Educación y Lucha de Clases*. Buenos Aires, Ateneo, 1943.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1956.
- PRIMITIVO MOACIR. *A Instrução e o Império: Subsídios para a História da Educação no Brasil - 1854-1889*. São Paulo, Nacional, 1938, vol.3.

- PRIMITIVO MOACIR. Ensino Técnico Industrial (1892-1929) e Ensino Comercial (1892-1928). *A Instrução e a República*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942. vol. 6.
- . Ensino Agrônômico (1892-1929). *A Instrução e a República*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942.vol. 7.
- RACHID, Cora Bastos Freitas. Perspectivas do Ensino Técnico Comercial. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, 120(54):350-364, out./dez. 1970.
- REIS VELOSO, João Paulo dos. Ensino Técnico de Nível Médio: Aspectos de sua Programação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, 54(120):280-88, out./dez. 1970.
- RODRIGUES, José Honório. *Civilização e Reforma no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930-1973)*. Petrópolis, Vozes, 1978.
- ROSSI, Wagner Gonçalves. *Capitalismo e Educação: Contribuição ao Estudo Crítico da Economia da Educação Capitalista*. São Paulo, Cortez & Moraes, 1978.
- SAMPAIO, Nelson de Souza. *Ideologia e Ciência Política*. Salvador, Livraria Progresso Editora, 1953.
- SANTOS, Francisco Martins de. O Moderno no Ensino Industrial Brasileiro. *Revista de Serviço Público*, Rio de Janeiro, 4(1), out. 1943.
- SANTOS, Theotonio. O Novo Caráter de Dependência. In: PEREIRA, Luiz (org.), *Perspectivas do Capitalismo Moderno*, Rio de Janeiro, Zahar, 1971.
- SAVIANI, Dermeval. *Educação Brasileira: Estrutura e Sistema*. São Paulo, Saraiva, 1978.
- SENA, Adalberto Correa. *Legislação Brasileira no Ensino Se*

undário (de 1901 a 1939). Rio de Janeiro, Edição da Li
vraria Central, 1939.

SILVA, Marinete dos Santos. *A Educação Brasileira no Esta-*
do Novo (1937-1945). São Paulo, Livramento, 1980.

SIMONSEN, Mário Henrique. *Brasil 2001*. Rio de Janeiro, APEC,
1974.

———. *Brasil 2002*. Rio de Janeiro, APEC, 1974.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. São
Paulo, Brasiliense, 1964.

SOLA, Lourdes. O Golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTA, Car
los Guilherme (org.), *Brasil em Perspectivas*, São Paulo,
DIFEL, 257-86, 1969.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930 -*
1964). Rio de Janeiro, Saga, 1969.

TEIXEIRA, Anísio Spinola. *O Problema Brasileiro de Educa-*
ção e Cultura. s.l.p., Oficina Gráfica do Departamento
de Educação, 1934.

———. A Crise Educacional Brasileira. *Revista Brasi-*
leira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, 19 (49):
20-43, 1953.

———. *A Educação e a Crise Brasileira*. São Paulo, Na
cional, 1956.

———. *Educação não é Privilégio*. São Paulo, José Olym
pio, 1957.

———. Estado Atual da Educação. *Revista Brasileira*
de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, 34(89):8-16,
jan./mar. 1963.

———. *Educação é um Direito*. São Paulo, Nacional, 1968.

———. *Educação no Brasil*. São Paulo, Nacional, 1969.

- TEIXEIRA, Anísio Spínola. A Escola Brasileira e a Estabilidade Social. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, 3(5):27-128, jan. 1969.
- VARGAS, Getúlio. As Classes Armadas de Terra e Mar. *Revista do Globo*, Edição Especial, A Revolução de Outubro de 1930, Porto Alegre, 1931.
- . *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1938, 10 vols.
- VASCONCELOS, General José Meira de. Juventude Brasileira. *Revista do Clube Militar*, Rio de Janeiro, (70):33-34, mar./abr. 1943.
- VAZ, P. Henrique. Ideologia e Verdade. *Revista Vozes*, Rio de Janeiro, 60(4), abr. 1966.
- VIANNA, Agnelo Correa. *A Escola Técnica e a Formação do Técnico-Industrial*. Rio de Janeiro, Diretoria do Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura, 1967.
- VIEIRA, Álvaro Pinto. *Consciência e Realidade Nacional*. Rio de Janeiro, ISEB, 1960.
- VILLALOBO, João Eduardo Rodrigues. *Diretrizes e Bases da Educação: Ensino e Liberdade*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1969.
- WARDE, Mirian Jorge. *Educação e Estrutura Social: a Profissionalização em Questão*. São Paulo, Cortez & Moraes, 1977.
- WATKINS, Frederick Mundell. *A Idade da Ideologia: O Pensamento Político de 1750 até o Presente*. Rio de Janeiro, Zahar, 1966.
- WINNARD, Vee. Importância do Ensino Profissional na Educação e na Cultura. *Boletim*, Rio de Janeiro, 9(1), 1342-3, jan. 1955.
- WIRTH, John D. *A Política do Desenvolvimento na Era de War*

gas. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1973.

WEREBE, Maria José Garcia. *Grandezas e Misérias do Ensino no Brasil*. São Paulo, DIFEL, 1963.

WEFFORT, F.C. O Populismo na Política Brasileira. *Tempos Modernos*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.

Tese apresentada aos senhores:

Nome dos
componentes
da banca
examinadora

Luiz Felipe Almeida Costa

Manoel de Jesus Araújo Soares

Isador Akersberg
f.

Visto e permitida a impressão

Rio de Janeiro, 29/ 12/ 80

Newton Lima

Coordenador Geral de Ensino

Marcelo Roberto Costa Colares

Coordenador Geral de Pesquisa